

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

RAILENE OLIVEIRA BORGES

**IMPACTO DA IFRS 3 – *BUSINESS COMBINATION* – NAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE EMPRESAS BRITÂNICAS DO
SEGMENTO DE PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA EM 2005.**

UBERLÂNDIA

2007

RAILENE OLIVEIRA BORGES

**IMPACTO DA IFRS 3 – *BUSINESS COMBINATION* – NAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE EMPRESAS BRITÂNICAS DO
SEGMENTO DE PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA EM 2005.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Profª Dra. Sirlei Lemes.

UBERLÂNDIA

2007

Reitor da Universidade Federal de Uberlândia

Arquimedes Diógenes Ciloni

Diretor da Faculdade de Gestão e Negócios

Reinaldo Campos Andraus

Coordenado do Programa de Pós-Graduação em Administração

Valdir Machado Valadão Júnior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B732i Borges, Railene Oliveira, 1968-
Impacto da IFRS 3 – Business combination – nas demonstrações contábeis de empresas britânicas do segmento de petróleo, gás e energia, em 2005 / Railene Oliveira Borges. - 2007.
144 f. : il.

Orientadora: Sirlei Lemes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Administração.
Inclui bibliografia.

1. Contabilidade - Normas - Teses. I. Lemes, Sirlei. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU: 657 (083.74)

RAILENE OLIVEIRA BORGES

**IMPACTO DA IFRS 3 – *BUSINESS COMBINATION* – NAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE EMPRESAS BRITÂNICAS DO
SEGMENTO DE PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA EM 2005.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a Dra. Sirlei Lemes.

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 20 de Março de 2007

Prof^a. Dra. Sirlei Lemes (Orientadora)

Prof. Dr. Fábio Moraes da Costa (Examinador)

Prof. Dr. Ernando Reis (Examinador)

DEDICATÓRIA

A meus pais, Edson e Dinair, por seu amor, dedicação e apoio incondicionais.

Aos meus irmãos, Edson Jr., Jeane e Rosiane, por acreditarem na minha capacidade e compartilharem meus sonhos.

A minha sobrinha Rafaela por sua alegria contagiante.

AGRADECIMENTOS

À professora Sirlei Lemes, pela leitura atenta, pela orientação segura, pelo carinho e pelo incentivo.

À banca examinadora, formada pelos professores Ernando Reis, Fábio Moraes da Costa e Karem Cristina de S. Ribeiro, pela leitura cuidadosa e contribuições preciosas, nos momentos da qualificação e da defesa.

Aos professores do mestrado da Faculdade de Administração e Negócios – FAGEN – pelas contribuições na construção deste trabalho.

Aos colegas e amigos da turma, os quais foram fontes preciosas de companheirismo e conhecimento. De forma especial ao Márcio Viana Rolim, pela parceria em tantos trabalhos.

Aos meus familiares e amigos pela cooperação e incentivo até o último momento. Que Deus Abençoe a todos.

RESUMO

O processo de internacionalização dos meios de produção e o aumento do volume do comércio mundial de bens, de serviços e de capitais reforçam a necessidade de uma linguagem universal, confiável e comum para o setor empresarial. Esta linguagem está presente nos relatórios contábeis e financeiros. Como as informações contábeis podem variar substancialmente de um país para outro, de acordo com os princípios de contabilidade que os governam, e com as práticas empresariais adotadas, as Normas Internacionais de Contabilidade – IASB – buscam a convergência das normas contábeis de cada país para as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS. O presente trabalho visa detectar os impactos provenientes das operações de *business combinations*, nas demonstrações financeiras apresentadas pelas empresas Britânicas do segmento de petróleo, gás e energia que negociam títulos na bolsa de Londres. A pesquisa envolveu uma amostra de 19 empresas no total de 44 organizações, que são listadas na Bolsa de Londres (FTSE). Esse mercado foi escolhido por ele ser membro da União Européia e por esta organização obrigar todas as empresas com ações em suas bolsas a apresentarem suas demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais, a partir de 2005. Mas também, porque as empresas deste segmento fazem parte dos dois principais índices de avaliação da bolsa de Londres, O FTSE 100 e FTSE 250. Como metodologia, utilizou-se a pesquisa documental e a análise de conteúdo. O estudo considerou os seguintes aspectos: forma de cumprimento das IFRS em 2005, uso das exceções previstas pela IFRS 1 e a adoção da IFRS 3 - *Business Combination*. A pesquisa mostrou que todas as empresas pesquisadas apresentaram as demonstrações contábeis em IFRS em 2005. Houve alterações nos valores do ativo das empresas, a maioria para menor. Somente oito empresas evidenciaram impacto do goodwill nos relatórios contábeis. Todas as empresas informaram que, no balanço de abertura, foi realizada a reavaliação dos ativos pelo teste de *Impairment*, e não houve mais amortização de *goodwill*, conforme determinado pelo IASB. O número de empresas pesquisadas foi pequeno em relação à quantidade de empresas com ações negociadas na Bolsa de Valores de Londres, em função da limitação do setor de petróleo, gás e energia. Essas considerações expõem limites, mas mostram que, para as empresas britânicas, o processo de convergência das demonstrações contábeis para a Norma Internacional irá continuar.

Palavras-Chave: Convergência Contábil, IFRS, *Business combination*.

ABSTRACT

The process of internationalization of the means of production and the increase of worldwide commerce of goods, services and capitals strengthen the necessity of a universal, trustworthy and common language for the enterprise sector. This language is present in the accounting and financial reports. As the accounting information can change substantially from a country to another one, in accordance with the principles of accounting that govern them, and with practical the enterprise adopted, the International Accounting Standards Board - IASB - search the convergence from a National Accounting set of rules to the International Financial Reporting Standards - IFRS. This study examines the impacts proceeding from the operations of business combinations, at the financial demonstrations presented by the oil, gas and energy companies that negotiate headings in the stock market of London. The research involved a sample of 19 companies in the total of 44 organizations; those are listed in the Stock market of London (FTSE). This market was chosen by it to be member of the European Union and by this organization to compel all the companies with action in its stock markets to present its Financial Reporting in accordance with the international Standards, from 2005. But also, because the companies are part of the two main indices of evaluation of the stock market of London, the FTSE 100 and FTSE 250. As methodology, it was used documentary research and the content analysis. The study it considered the following aspects: form of fulfillments of the IFRS in 2005, use of the exceptions foreseen for the IFRS the 1 and adoption of the 3 IFRS - Business Combination. The research concluded that all the searched companies had presented the financial reporting at IFRS in 2005. All The companies presented alterations at the amount of the asset, the majority for minor. Eight companies had only evidenced impact of goodwill in the accounting reports. All the companies had informed that, in the opening balance sheet, the reevaluation of the assets for the test of Impairment was carried through, and did not have more amortization of goodwill, as determined for the IASB. The number of searched companies was small in relation to the amount of companies with actions negotiated in the Stock Exchange of London, in function of the limitation of the sector of oil, gas and energy. These considerations display limits, but they show that, for the British companies, the process of convergence of the accounting report for the International standards will go to continue.

Palavras-Chave: Accounting Convergence, IFRS, Business combination.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis observadas e respectivas forma de observação	34
Quadro 2 – Características de fusões e aquisições	58
Quadro 3 - Empresas Britânicas listadas no setor principal da Bolsa de Londres, no setor de Petróleo, Gás e Energia	69
Quadro 4 - As Empresas de Auditoria	70
Quadro 5 - Classificação das empresas	71
Quadro 6 - Reconciliação do Patrimônio Líquido de UK GAAP para IFRS	73
Quadro 7 - Balanço Patrimonial Grupo <i>Abbot</i> em 1/01/2004.	74
Quadro 8 - Ajustes no Patrimônio Líquido em 31/12/04	75
Quadro 9 - Reconciliação do Lucro Líquido em 31/12/04	76
Quadro 10 – Balanço Patrimonial Grupo BG em 1/01/2003	78
Quadro 11- Ajustes no Lucro do ano em 2003 e 2004	81
Quadro 12 - valores de <i>Goodwill</i> ajustados em IFRS	81
Quadro 13 - Balanço patrimonial de Abertura do grupo <i>Burren</i> em IFRS	83
Quadro 14 - Balanço Patrimonial Consolidado, em IFRS, 2004	84
Quadro 15 - Demonstração de Resultado de Exercícios em 31/12/04	85
Quadro 16 - Lucro antes e após IFRS	88
Quadro 17 - Reconciliação do Patrimônio Líquido antes e após IFRS	89
Quadro 18 - Reconciliação do Lucro antes e após IFRS	90
Quadro 19 - Balanço de Abertura em IFRS de 1 de Janeiro de 2004	91
Quadro 20 - Resumo Impacto IFRS.	93
Quadro 21 - Ajustes no valor do <i>goodwill</i>	94
Quadro 22 - Impacto no lucro	95
Quadro 23 - Balanço Patrimonial Consolidado Jan. e Dez. 2004	96
Quadro 24 - Ajustes das IFRS no Balanço Patrimonial de 31/12/04.	98
Quadro 25 - Principais mudanças nas informações Financeiras de 2004	99
Quadro 26 - Ajustes na Demonstração de Resultados	100
Quadro 27 - Impacto das IFRS no Balanço Patrimonial de 2004	102
Quadro 28 - Reconciliação do Patrimônio líquido de 2004	104
Quadro 29 - Reconciliação dos Lucros	105
Quadro 30 - Alteração do <i>Goodwill</i> .	107

Quadro 31 - Impacto da Adoção nos Lucros e Patrimônio Líquido de 2004.....	108
Quadro 32 - Impacto das IFRS no Patrimônio Líquido	109
Quadro 33 - Impacto da adoção das IFRS	112
Quadro 34 - Reconciliação no Lucro	113
Quadro 35 – Impacto no Lucro da Sondex	114
Quadro 36 - Impacto na transição nos Resultados em UK GAAP para IFRS....	116
Quadro 37 - Impacto das IFRS	117
Quadro 38 - <i>Goodwill</i> e outros ativos intangíveis	120

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fusões e Aquisições no Reino Unido de 1997 a 2006	28
Figura 2 - Fluxograma da pesquisa	36
Figura 3 - Estrutura da Fundação IASC.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - IFRS Adotadas pelas Empresas	122
Gráfico 02 - Data Balanço de Abertura	123
Gráfico 03 - Uso da IFRS 1	124
Gráfico 04 - Impacto dos ajustes no Ativo	126
Gráfico 05: Balanço de Abertura em IFRS	129
Gráfico 06: Impacto do <i>Goodwill</i> no Balanço de Fechamento em IFRS	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Impacto dos Ajustes no Total do Ativo em relação à norma local.	123
Tabela 02: Impacto no Total do Ativo, no Balanço de Abertura em IFRS	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

APEC – Asia-Pacific Economic Cooperation

barrels of oil equivalent or boe - uma medida do total da reserva de petróleo ou produção de componentes de gás convertidas em seu equivalente em barris

bbl - barrel (1 barrel = 6.3 m³)

CERS - *Committee of European Securities Regulators*

CFC – Conselho Federal de contabilidade

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

EU – *European Union*

FASB - Financial Accounting Standards Board

FTSE - Financial Times Stock Exchange

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

IAS 10 - Eventos após a data do Balanço

IAS 12 - Imposto de Renda

IAS 14 - Relatório por Segmento

IAS 16 - Imobilizado

IAS 17 - *Lesing*

IAS 18 - Receitas

IAS 19 - Benefícios de empregados

IAS 21 - Efeitos de Mudanças em Taxas Cambiais

IAS 23 - Custos dos Empréstimos

IAS 29 - Relatórios Contábeis em Economias Hiper inflacionárias

IAS 33 - Lucro por ações

IAS 34 - Relatórios Contábeis Intermediários

IAS 36 - *Impairment* de Ativos

IAS 37 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

IAS 38 - Ativos Intangíveis

IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

IAS 40 - Propriedades de Investimento

IAS 8 - Políticas contábeis, Mudanças em Estimativas contábeis e erros

IASB – Junta de Normas de Contabilidade Financeira

IBRACON - Instituto dos Auditores independentes do Brasil

IFRS – Normas Internacionais de Relatórios Financeiros

IFRS 1 - Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatórios financeiros

IFRS 2 - Pagamento com Base em Ações

IFRS 3 - Combinações de Negócios

IFRS 4 - Contratos de Seguros

IFRS 5 - Ativos não correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.

IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais

Mmboe – Milhões de Barris de Petróleo Equivalente (1 boe = 164 m³ gas = 5.8 mil pés cúbicos)

PLC – *Public Limited company*

PRT - *Petroleum Revenue Tax*

SEC - Securities and Exchange Commission

UK GAAP – Princípios Geralmente Aceitos de Contabilidade do Reino Unido

UKOOA - *United Kingdom Offshore Operators Association*

UNCTAD - *United Nations Conference on Trade and Development*

SUMÁRIO

RESUMO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1. INTRODUÇÃO	19
1.1 Definição do tema e problematizarão	19
1.2 Objetivos	25
1.3 Justificativa do estudo	26
1.4 Metodologia da pesquisa	30
1.5 Estrutura do trabalho	36
2. AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	37
2.1. IASB – Junta de Normas Internacionais de Contabilidade	37
2.2. IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	39
2.3. <i>IFRS3 - Business Combination</i>	42
2.3.1. Controladora, controlada e controle	45
2.3.2. A contabilização das operações	46
2.3.2.1. Data de Aquisição	46
2.3.2.2. Identificação da Entidade Adquirente	47
2.3.2.3. Custo de Aquisição	48
2.3.3. Diferenças em relação ao valor contábil do Investimento	49
2.3.4. <i>Goodwill</i> ou ágio	49
2.3.5. <i>Goodwill</i> Negativo ou deságio	51
2.4. Teste de <i>Impairment</i>	52
2.5. Formas de Reestruturação Societária	55
2.5.1. Transformação	56
2.5.2. Incorporação	57
2.5.3. Fusão	57
2.5.4. Cisão	59
2.6. Método de contabilização de <i>Business Combination</i>	60

2.6.1. Método de Equivalência Patrimonial	61
2.6.2. Método de Comunhão de interesses	62
2.6.3. Método de Compra	63
2.6.4. <i>Push-Down Accounting</i>	65
3. O IMPACTO DA ADOÇÃO DAS IFRS	66
3.1. Os critérios da pesquisa	66
3.2. Amostra das Empresas	69
3.3. Dados da Empresas	70
3.4. As Empresas e as IFRS	72
3.4.1. Abbot Group	72
3.4.2. BG Group	77
3.4.3. <i>British Petroleum – BP</i>	79
3.4.4. <i>Burren Energy</i>	82
3.4.5. <i>Cairn Energy</i>	86
3.4.6. <i>Dana Petroleum</i>	87
3.4.7. <i>Emerald Energy</i>	89
3.4.8. <i>Expro International Group</i>	92
3.4.9. <i>Hunting</i>	95
3.4.10. <i>JKX Oil & Gas</i>	99
3.4.11. <i>Melrose Resources</i>	103
3.4.12. <i>Petrofac</i>	105
3.4.13. <i>Premier Oil</i>	107
3.4.14. <i>Royal Dutch Shell</i>	110
3.4.15. <i>Soco International</i>	112
3.4.16. <i>Sondex</i>	113
3.4.17. <i>Tullow Oil plc</i>	115
3.4.18. <i>Venture</i>	117
3.4.19. <i>Wood Group Plc</i>	118
3.5. Os Resultados da pesquisa	121
3.5.1. Data da Adoção das IFRS	123
3.5.2. O uso da Exceção	124
3.5.3. Efeitos da adoção das normas internacionais no balanço patrimonial	125

3.5.4. Combinações de Negócios e Efeitos do <i>Goodwill</i>	128
3.6. Resumo dos Resultados	130
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136

1. INTRODUÇÃO

Esse capítulo contempla os aspectos introdutórios ao estudo. Portanto, efetua uma contextualização concernente à temática abordada, evidenciando a delimitação do problema de pesquisa, os objetivos propostos, assim como as justificativas e a metodologia utilizadas para consecução do trabalho.

1.1. DEFINIÇÃO DO TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO

A globalização, entendida como o processo de integração mundial ocorrida com a abertura do comércio internacional, estimula o avanço do capitalismo, no sentido de reduzir custos, aumentar a produtividade e a circulação de bens e serviços. Além disso, configura-se como um processo, onde as grandes corporações eliminam as fronteiras territoriais dos países em termos de investimentos, produção, comercialização e captação de recursos visando aumentar a capacidade competitiva e a garantir a continuidade e o crescimento das suas operações (SANTOS, 2005).

A queda de barreiras alfandegária entre os países e o desenvolvimento tecnológico foi fatores que favoreceram a expansão das empresas para as diversas regiões do globo e o conseqüente aumento na escala de produção. Nesse contexto, a abertura comercial, configurada pela gradual redução das alíquotas incidentes nos bens importados, consistiu-se na estratégia utilizada para o aumento da competitividade da economia. Conquanto, medidas como o processo de desregulamentação da economia, o programa de privatização das estatais, a abertura do mercado financeiro ao capital internacional, consubstanciaram-se para a formação das bases com o intuito de integrar a economia ao processo de globalização (ANJOS, 2002).

Nesse sentido, é possível observar que a globalização tem aumentado a complexidade do cenário corporativo, acirrando a competitividade e estimulando as empresas a decidirem estrategicamente pela associação, fusão ou outro tipo de transformação de sociedades, para aumentarem a escala de vendas e a

produtividade. Dentre as estratégias de internacionalizações possíveis, as fusões e as aquisições destacam-se por gerarem crescimento rápido e por causarem significativas mudanças no mercado e no ambiente interno das organizações envolvidas. De acordo com a KPMG (2006), essas operações tiveram um crescimento de 38%, de 2005 para 2006, movimentando capitais no valor de mais de 3 trilhões de dólares. Tais operações, denominadas internacionalmente como *business combinations*, podem ser entendidas como a união de empresas distintas sob o controle de um grupo único.

Sob esse enfoque, observa-se que os países da Europa, da Ásia e da América do Sul unem-se para formar grandes potências em níveis de mercados internacionais, originando a formação de blocos econômicos, como o a União Européia¹ (EU), a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico² (APEC), a ALCA³ e o MERCOSUL⁴. Estas associações têm como objetivo facilitar o comércio entre os países membros, por meio da redução ou da isenção de impostos ou de tarifas alfandegárias, mas, principalmente, para diminuir os custos de transações comerciais entre os países membros.

Nessas circunstâncias, os novos rumos da economia e da internacionalização do capital demandam investimentos em literatura contábil e agilidade na construção de uma legislação pertinente para oferecer informações seguras e objetivas aos seus usuários. De acordo com SFAC nº 1, usuários são todos aqueles que tenham interesse econômico direto no acompanhamento e ou no desempenho de uma determinada entidade, seja esse interno ou externo à organização. Entre eles, podemos destacar proprietários, investidores, credores, gerentes, diretores, autoridades regulatórias e o público em geral, entre outros.

A Deliberação nº 29, da CVM, de 5 de Fevereiro de 1986, define a contabilidade como "... um sistema de Informação e Avaliação, destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira,

¹ A União Européia (EU) é formada, atualmente, por 25 Estados e tem três sedes principais, a da Comissão Européia (braço executivo da UE), que fica em Bruxelas (Bélgica), a do Parlamento, que fica em Estrasburgo (França) e a do Banco Central, em Frankfurt (Alemanha).

² A APEC tornou-se bloco econômico em 1993, na conferência de Seattle, quando seus 21 membros comprometeram-se para tornar o Pacífico uma área de livre comércio.

³ A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi criado em 1994 por 34 países da América, com o objetivo de eliminar, paulatinamente, as barreiras alfandegárias entre os países.

⁴ O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado em 26/03/1991 com a assinatura do Tratado de Assunção no Paraguai. Fazem parte deste bloco econômico da América do Sul os seguintes países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

física e de produtividade com relação à entidade objeto de contabilização”. Da mesma forma, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2003), entende que a Contabilidade possui como objeto de estudo o patrimônio das entidades.

Assim, considerando o fato de os relatórios contábeis serem a principal linguagem de comunicação dos agentes econômicos para a avaliação de investimentos ou do risco de suas transações, o uso de práticas contábeis distintas tem trazido dificuldades para a compreensão e para a comparabilidade das informações de natureza econômico-financeira em nível internacional. Isso tem reforçado a busca pela convergência das normas contábeis para as entidades que tenham interesse em que suas demonstrações contábeis sejam adequadamente avaliadas também no exterior.

Conseqüentemente, visando reduzir as diferenças nas práticas contábeis entre os países proveniente das divergências nas regulamentações e dos interesses particulares de cada usuário, estabeleceu-se a constituição de um processo de convergência⁵ das normas contábeis, existentes em cada país, para uma norma internacional⁶, de caráter unificador (EL HAJJ e LISBOA 2001). Nesse sentido, com as possibilidades de transações entre investidores de diversas nacionalidades, em empresas de diferentes países, a contabilidade internacional tornou-se relevante uma vez que essa área do conhecimento fornece informações para auxiliar os administradores, investidores e acionistas, entre outros, no processo decisório (WEFFORT, 2005).

Deste modo, fez-se necessário um conjunto de normas contábeis internacionais as quais permitissem a convergência das demonstrações financeiras, em bases comuns de apresentação, para os diversos países. Esse evento permitiria o aumento na confiabilidade dos dados e o acesso ao capital internacional a custos mais baixos.

Ainda contextualizando, verifica-se que o crescimento da economia e o sucesso dos investimentos produtivos estão relacionados à participação dos acionistas, cujos interesses de participação nos resultados impulsionam o

⁵ Os primeiros termos apresentados nos documentos relativos aos esforços dos países para adotarem um conjunto de padrões globais de normas contábeis eram: conversão e harmonização, mas, com o avanço das discussões e a possibilidade de melhores resultados, o termo empregado, a partir de 2000, é convergência, o qual será utilizado neste trabalho.

⁶ Neste trabalho, as normas internacionais representam as diretrizes emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

crescimento das empresas. Esta participação acontece por meio do mercado de capitais que proporciona desenvolvimento econômico às organizações ao intermediar recursos financeiros de médio e longo prazo entre os agentes poupadores e os que apresentam déficit de investimentos (ASSAF NETO, 2003). Do mesmo modo, observa-se que os recursos financeiros podem ser oriundos de qualquer parte do mundo, assim sendo, eles prescindem de uma estrutura segura e confiável para regulamentar essa intermediação.

Dentro dessa perspectiva, nota-se que as bolsas de valores, por meio de órgãos reguladores como a *Financial Services Authority* (FSA) em Londres, a CVM, no Brasil, a SEC, nos Estados Unidos, procuram adotar as melhores práticas de controle para a publicação dos demonstrativos financeiros para, dentre outros fatores, coibirem processos fraudulentos que, apesar das imposições legais e a fiscalização dos órgãos reguladores, ainda persistem nas corporações. Nesse sentido, o mercado de capitais configura-se como um importante aliado para proteger os interesses dos acionistas e dos investidores. Para tanto, a Junta de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB⁷) ofereceu um conjunto de Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) visando prestar assistência, de modo geral às empresas e aos governos, e de modo particular aos contadores, para a publicação dos relatórios contábeis em uma linguagem homogênea, confiável e sem distorções culturais e legais de cada país.

O processo de convergência das normas contábeis nacionais para as internacionais teve forte influência da tradição do sistema contábil europeu⁸, principalmente, o classificado no modelo Anglo-Saxão⁹. As principais características predominantes desse modelo são, de acordo com Niyama, (2005): a atuação dos profissionais da área, a participação dos mercados de capitais no desenvolvimento das organizações, a baixa interferência do governo na definição das práticas contábeis e na importância das Demonstrações Contábeis para os investidores.

A Grã-Bretanha possui um sistema contábil baseado em forte atuação profissional, regulamentado, altamente organizado e voltado para os investidores.

⁷ Até 2001, antes da reestruturação, era conhecido como IASC - *Internacional Accounting Standard Committee*.

⁸ De acordo com Niyama (2005, p. 16), os procedimentos de preparação e apresentação das demonstrações financeiras das empresas são elaborados com base em dois modelos distintos: o modelo Anglo-Saxão e o modelo continental.

⁹ Os principais países que desenvolveram o sistema contábil de acordo com esta classificação são: Inglaterra, País de Gales, Irlanda, Escócia, Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, Canadá, Malásia, Índia, África do sul e Cingapura.

Esta tradição faz com que os relatórios contábeis sejam elaborados de acordo com o *fair and true view*, maior transparência para os acionistas, e com base no *common-law*. Ou seja, um sistema legal baseado na tradição onde tudo é permitido, desde que não esteja explicitamente proibido pela lei. (NIYAMA, 2005).

Essa decisão foi estimulada, também, devido a casos de manipulação de informações e a existência de impunidade nas situações em que foram descumpridos os regulamentos pertinentes. Como exemplos das afirmativas realizadas encontram-se os casos da *Enron* e da *WorldCom*, nos Estados Unidos¹⁰. Esses eventos intensificaram as discussões para a aceitação da Norma Internacional de Relatórios Financeiros, considerando a relevante existência e a aplicação da contabilidade para manter o controle do patrimônio, em seus aspectos qualitativo e quantitativo, de maneira uniforme, e com base nos Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos (GAAP¹¹).

Com a regulamentação das ações contábeis pelo IASB, pressupõe-se que as organizações, sejam elas públicas ou privadas, efetuem a aplicação das normas citadas, tornando dentre outros fatores, os usuários em geral, mais seguros quanto ao uso dos dados em suas decisões.

Contudo, o processo de adoção dessas normas pelas principais economias do mundo, Estados Unidos e Japão, não é obrigatório. Porém, a União Européia, através da Regulamentação 1606/2002, na tentativa de reduzir as diferenças e melhorar o controle sobre as demonstrações financeiras consolidadas, adotou as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros em 2005, de forma obrigatória, para todas as empresas que transacionam ações nos mercados de capitais em sua área de atuação.

Dentro dessa perspectiva, é válido salientar a importância assumida pelo Reino Unido, para a realização de pesquisas relativas a adoção e ao uso das normas em questão. Uma vez que, de acordo com dados de 2005 do Banco Mundial, este país representa a quinta economia do mundo, em relação ao Produto Nacional Bruto; possui o terceiro maior mercado financeiro do globo e conta com a

¹⁰ A Enron, empresa americana do setor de energia, alvo de denúncias de fraudes contábeis e fiscais, sendo uma dos primeiros de uma série de escândalos corporativos que atingiram os EUA a partir do ano 2000. Depois da Enron, seguiram-se as quebras na WorldCom, da Global Crossing e da Adelphia. Estas fraudes propiciaram a aprovação da Lei Sarbanes-Oxley, que visa coibir crimes fiscais e práticas ilícitas de corporações americanas.

¹¹ GAAP (**Generally Accepted Accounting Principles**), em inglês.

Bolsa de Londres (FTSE)¹² na qual transacionam-se os principais papéis de 2.750 empresas.

Não obstante, o Reino Unido está entre os 10 maiores produtores de petróleo e gás do Mundo e utiliza 73% desta fonte de energia para a sua produção industrial. O setor de petróleo e energia do Reino Unido movimenta cerca de £27 bilhões de Libras Esterlinas e contribui com 13% para o Valor Agregado Bruto do país, constituindo-se, assim, em um importante segmento industrial. Apesar desses dados, no ano de 2005, esse segmento foi responsável por aumentar o déficit da balança comercial Inglesa em £47 bilhões de Libras Esterlinas, no total de £75 bilhões de Libras Esterlinas (UKOOA, 2006).

Algumas pesquisas realizadas, como as de Jermakowicz e Gornik-Tomaszewski (2006), mostraram que a transição da publicação de relatórios financeiros, de acordo com os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos, para a Norma Internacional possibilita a ocorrência de algumas distorções nos valores destas empresas. Essas distorções podem aparecer em todas as contas patrimoniais e de resultado, causando ajustes contábeis, inclusive nos ativos intangíveis das empresas, e de modo especial, no valor do *goodwill*¹³, que pode ser entendido como o “excesso de preço pago pela compra de um empreendimento ou patrimônio sobre o valor de mercado de seus ativos líquidos ou nas consolidações de empresas” (LUDÍCIBUS, 1997, p.205). O *goodwill* pode surgir nas operações de combinações de negócios de qualquer segmento industrial, sendo importante considerar que mensurar e reconhecer este grupo patrimonial possibilita alterações no resultado das empresas e no valor de seu patrimônio.

Partindo dessa contextualização, o presente trabalho se estrutura em torno de responder a seguinte indagação: **Quais os impactos da adoção da IFRS 3 – Business Combination – nas empresas britânicas, do segmento de Petróleo e Energia, que apresentaram suas demonstrações contábeis de acordo com as**

¹² *Financial Times Stock Exchange* (FTSE) é o índice que reflete a performance das empresas listadas na Bolsa de Londres. O FTSE 100 e o FTSE 250 são, respectivamente, os índices de ações das 100 e 250 empresas com maior capital negociado no mercado. As empresas objeto de estudo deste trabalho compõem estas listas. Sendo que as 02 empresas mais capitalizadas são a *Royal Dutch Shell* e a *British Petroleum*. (FTSE Group, 2006)

¹³ A palavra significa literalmente: boa vontade, mas para este trabalho será utilizada como o pagamento feito pelo adquirente, em antecipação de benefícios econômicos futuros, de ativos que não têm condições de ser individualmente e separadamente identificados e reconhecidos. (IFRS 3, 2006)

Normas Internacionais de Contabilidade, na bolsa de valores de Londres, no ano de 2005?

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Define-se como objetivo geral deste trabalho examinar os impactos da adoção da IFRS 3 – *Business Combination* – nas empresas britânicas, do segmento de Petróleo e Energia, que apresentaram suas demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, na bolsa de valores de Londres, no ano de 2005.

1.2.2. Objetivos Específicos

Assim, os objetivos específicos contemplados para responder ao problema da pesquisa foram:

- Verificar a forma de adoção das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros;
- Apresentar os impactos da adoção das IFRS no Balanço Patrimonial de transição;
- Identificar as empresas que realizaram operações de *business combination* de acordo com a Norma Internacional IFRS 3;
- Verificar o tratamento do *goodwill nas operações de business combination* de tais empresas;
- Apontar os ajustes realizados pelas empresas nas demonstrações contábeis de transição.

1.3. JUSTIFICATIVAS DO ESTUDO

O cenário empresarial, a partir da globalização da economia, vem assumindo uma nova atitude quanto à adoção de certas normas e técnicas de controle uma vez que, anteriormente, como os ambientes eram restritos, as normas também atendiam às necessidades momentâneas. Sob esse enfoque torna-se indispensável o uso da contabilidade como um instrumento que auxilia os gestores na administração e coordenação dos trabalhos. Ainda, entre os inúmeros fatores a serem trabalhados em direção à integração de países e mercados, um deles diz respeito aos instrumentos pelos quais as empresas, transnacionais ou não, informam à sociedade sua situação patrimonial e financeira (ELKHAROUF *apud* CASTRO NETO, 1998).

As alterações nos resultados das organizações, principalmente as que fazem ajustes nas demonstrações financeiras de acordo com as exigências dos mercados nos quais elas são publicadas e utilizadas, tornam contundente e relevante o empreendimento de estudos acerca dessa temática, como demonstra o caso da companhia *Daimler - Benz*, da Alemanha. Essa empresa, no balanço do primeiro semestre de 1993, apresentou um lucro de 168 milhões de Marcos Alemães, pelas normas contábeis da Alemanha e, segundo as normas norte-americanas, evidenciou uma perda líquida de 949 milhões de Marcos Alemães. (Gazeta Mercantil, 2000)

Observa-se, portanto, que a contabilidade, na condição de ciência social deve evoluir para que possa adaptar-se ao mundo moderno e propiciar informações seguras e oportunas aos seus usuários por meio das demonstrações financeiras. Esses instrumentos, fornecidos pela contabilidade, passam por reestruturações e por um processo de convergência, no sentido de unificar as informações contábeis e facilitar o entendimento delas para os diferentes usuários, em países diferentes. De acordo com Lisboa (1995) sistemas contábeis conciliados em nível mundial podem facilitar análises comparativas de resultados financeiros de empresas nacionais e estrangeiras, colaborando com os usuários externos das demonstrações financeiras para avaliar o desempenho das empresas a nível mundial.

Conforme aponta Borely *et ali*, (2006), os investidores estrangeiros terão informações mais confiáveis se as empresas divulgarem as informações contábeis de acordo com as IFRS. Para Freitas (2006), as demonstrações contábeis em IFRS

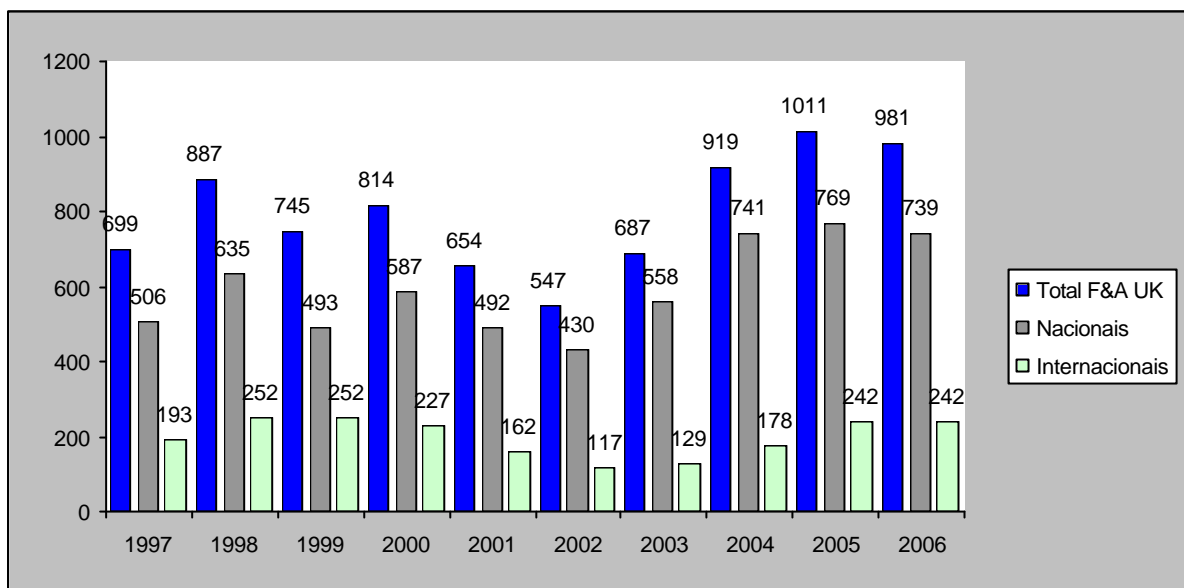
propiciarão mais confiabilidade às informações prestadas pelas empresas e, ao quebrarem barreiras da falta de transparência e credibilidade, aumentarão para as organizações as possibilidades de negócios e de exposição mundial.

Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento¹⁴(UNCTAD-2007), em nível mundial o mercado de fusões e aquisições internacionais gerou, em 2005, um fluxo financeiro de US\$ 916 bilhões de dólares, o que representa mais de 50% dos investimentos diretos no exterior, realizados no mesmo período. Em 2006, o volume movimentado por operações de Fusões e Aquisições anunciadas no mundo todo foi de US\$ 3,8 trilhões de dólares, volume 37,9% a mais que em 2005. A Europa recebeu 39% das transações, em comparação com 2005, num total de 1,43 trilhão de dólares. O Reino Unido, nessa ótica, foi o país com maior volume individual, recebendo 165 bilhões de dólares em investimentos diretos. A principal transação foi a fusão da *Shell Transport and Trading* com a *Royal Dutch Petroleum*, no valor de US\$ 74 bilhões de dólares. Já os EUA contabilizaram 122 bilhões em negócios realizados, 36% a mais do que em 2005.

No Reino Unido, nos últimos 10 anos, foram realizadas 7.944 fusões e aquisições, das quais 1.994 foram por empresas de capital estrangeiro. A frequência de fusões e aquisições envolvendo as empresas britânicas é apresentada na figura 1, em que é possível observar que existe uma tendência cíclica e, portanto, não passageira. Nota-se que há uma predominância de empresas nacionais no processo de aquisições e fusões. Isto mostra a participação das empresas britânicas e a força para ampliar a sua participação no mercado por estes meios. (STATISTICS UK, 2007)

¹⁴ UNCTAD - *United Nations Conference on Trade and Development*.

Figura 1 – Fusões e Aquisições no Reino Unido de 1997 a 2006



Fonte: www.statistics.gov.uk/ (2007)

O aumento das operações de compra, vendas, incorporações e fusões de empresas, ocorridas nos últimos anos enseja a necessidade de investigar se a diferença entre o valor dos ativos e os valores pagos nessas transações são iguais ou se aparece a diferença denominada de *goodwill*. Ou seja, mediante essas negociações entre empresas, constata-se um acréscimo de valor, baseado na marca, imagem, posição comercial, fidelidade de clientes.

O *goodwill* pode ser entendido sob diferentes perspectivas, entre elas: a) excesso de preço pago na compra de um negócio sobre o valor de mercado de seus ativos líquidos; b) nas consolidações, é o excesso de valor pago pela investidora por sua participação sobre os ativos da subsidiária; c) valor atual dos lucros futuros esperados, descontados por seus custos de oportunidade - Goodwill subjetivo (LUDÍCIBUS, 1997)

Neste trabalho, o goodwill será tratado como um item do ativo intangível da empresa que, em momentos de negociação apresentam um valor de aquisição maior do que os itens patrimoniais tangíveis. Nesse sentido, segundo a definição de Hendriksen e Breda (1999), considera-se que os ativos devem ser definidos como potenciais fluxos de serviço ou como direitos a benefícios futuros sob o controle da

organização, desde que sejam reconhecidamente de propriedade da empresa e possam ser mensurados monetariamente.

Para o *International Accounting Standard 9* (IAS 38), o ativo intangível deve ser reconhecido nas demonstrações financeiras quando puder ser identificado, controlado e claramente distinguível do *goodwill* de um empreendimento e puder ser medido confiavelmente.

Então, o *goodwill* é definido como sendo qualquer excesso de valor pago em uma aquisição, em relação à participação do adquirente no valor justo dos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida. A expressão valor justo, que é utilizada nas normas internacionais, não corresponde ao valor de mercado utilizado nas normas brasileiras, mas sim ao valor pela qual o ativo ou passivo pode ser trocado, existindo um conhecimento amplo e disposição por parte dos envolvidos no negócio, em uma transação sem favorecimentos. (SCHMIDT e SANTOS, 2003)

Por fim, o *goodwill*, adquirido de acordo com as normas internacionais, somente é evidenciado nas demonstrações financeiras consolidadas. O *IASB* entende que as demonstrações financeiras consolidadas fornecem informações mais úteis e significativas a seus usuários do que as fornecidas pelas demonstrações individuais.

Na verdade, os conceitos acima foram apresentados de forma a situar o *goodwill* como o ativo intangível, cujo valor pode apresentar-se em uma combinação de negócios, em que duas ou mais empresas juntam-se sob um controle comum. Outros trabalhos foram desenvolvidos com o objetivo de analisar a comparação das normas contábeis brasileiras com as normas norte-americanas e a internacional, dentre os quais podem ser destacados:

- A dissertação de Mestrado intitulada *Business Combination* e Consolidação das Demonstrações Contábeis: Uma Abordagem Comparativa entre os Pronunciamentos e Normas dos US-GAAP, IASC e Brasil, de Zaina El Hajj, em 1999;
- A dissertação de mestrado intitulada *Business Combination* – aspectos contábeis e tributários: um estudo comparativo entre as normas e práticas aplicáveis nos Estados Unidos e no Brasil -, de Edigar Bernardo dos Santos, em 2005;
- A dissertação de mestrado intitulada: Estudo Comparativo sobre as Formas de Combinações de Empresas Segundo as Normas Internacionais e

Brasileiras de Contabilidade, de Christiane Calado Vieira de Melo Lopes. 2001.

Esses trabalhos, embora não sendo os únicos, foram importantes fontes de pesquisa, em que, respectivamente, o primeiro trata da comparação das normas brasileiras com as Norte Americanas e as Normas Internacionais; o segundo analisa as normas contábeis e tributárias aplicáveis nos estados Unidos e no Brasil em relação às operações de *Business Combinations*; e o último compara o tratamento contábil entre as formas de combinação de empresa, segundo o IASB e as normas de Contabilidade Brasileiras. Portanto, todos diferentes da pesquisa aqui proposta.

Este trabalho pretende contribuir com os estudiosos, as entidades emissoras de normas contábeis e com os profissionais de contabilidade, para sanar as dificuldades de convergência das normas nacionais para as internacionais (IFRS), e os impactos nas demonstrações financeiras das empresas.

Cabe ressaltar que a pesquisa foi realizada nas demonstrações financeiras de 2005, de acordo com as normas, pronunciamentos e leis emitidas até o ano de 2006, quando se encerrou a presente pesquisa. Dessa forma, qualquer legislação emitida após esta data pode estar em desacordo com o material aqui incluído.

1.4. METODOLOGIA DA PESQUISA

De acordo com Severiano Filho (1998), em uma metodologia a presença do marco teórico consente que o pesquisador expresse as concepções gerais por ele adotadas e que nortearam a condução da pesquisa, tendo em vista que o marco decorre da revisão bibliográfica realizada para a fundamentação teórica do trabalho.

Assim sendo, em consonância com o alcance dos objetivos propostos, o marco teórico do presente estudo teve como referência os estudo relativo às Normas Internacionais de Contabilidade, especificamente as IRFS 3 relativo a *business combination*.

1.4.1. Sujeito e Objeto de pesquisa

Segundo Ruiz (1996), o sujeito de uma pesquisa pode ser definido como a pessoa, o fato ou o fenômeno a respeito do qual se quer saber alguma coisa. Nesse estudo, o Relatório Anual das empresas Britânicas constitui-se no sujeito da pesquisa realizada. Os documentos foram selecionados entre as empresas britânicas, do segmento de Petróleo, Gás e Energia, com base nos seguintes critérios: (1) integrarem o mercado principal da bolsa de Londres; (2) pertencerem ao segmento de Óleo, Gás e Energia; (3) terem adotado as normas do IASB em suas demonstrações contábeis em 2005; (4) terem passado por processo de fusão e aquisição nos últimos anos; (5) terem reconhecido *goodwill* – *positivo ou negativo*.

Ainda, conforme Ruiz (1996), o objeto de uma pesquisa é aquilo que se pretende conhecer relativo ao sujeito enfocado. Nesse sentido, para a pesquisa empreendida, o objeto se constitui no impacto da adoção da IFRS 3 nas empresas britânicas, do segmento de Petróleo, Gás e Energia, que apresentaram suas demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, na bolsa de valores de Londres, no ano de 2005.

1.4.2. Classificação da Pesquisa

De acordo com Andrade (1997) e Silva e Menezes (2001), uma pesquisa científica pode ser classificada, entre outros, quanto à natureza, à abordagem do método, aos objetivos e aos procedimentos técnicos. No entanto, esta estrutura não é rígida e está diretamente relacionada com as particularidades de cada trabalho.

Quanto à natureza esta dissertação se classifica como pesquisa aplicada. Segundo Silva e Menezes (2001, p.20), este tipo de pesquisa “objetiva gerar conhecimento para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos”. A implementação das IFRS nos relatórios financeiros das companhias da Comunidade Européia, em 2005, representa um marco histórico e significativo no processo de convergência das Demonstrações Contábeis. Esse fator servirá de

parâmetro para outros países no momento de transição das Normas Nacionais para as Normas Internacionais.

Com relação à abordagem do problema, o estudo é classificado como qualitativo, pois, esta abordagem busca “provocar o conhecimento de uma situação e a tomada de consciência pelos próprios pesquisadores de seus problemas e das condições que os geram levando-os a buscar meios e estratégias para a sua solução” (LAKATOS, 1995, p. 64).

De forma semelhante, Silva e Menezes (2001, p.20) observam que há uma relação dinâmica entre o mundo real, estando o sujeito como algo indissociável e o pesquisador como instrumento-chave no processo de análise dos dados, sob a perspectiva da indução. A esse respeito, convém lembrar que, para Lakatos e Marconi (1995, p.47), a indução é “um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”.

Além disso, por definição, a pesquisa qualitativa, cuja referência é o fenômeno social concreto, rejeita a expressão quantitativa numérica. Todavia, ela adquire coerência e consistência pelas expressões utilizadas para evidenciar seus resultados, baseadas, por exemplo, em descrições, narrativas, declarações de pessoas e noutros recursos que possam dar o fundamento a ela.

Com relação aos objetivos, a pesquisa apresenta-se como descritiva, uma vez que têm como principal objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis. Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza desta relação. Neste caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa (GIL, 2002).

Vergara (1997) informa que a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, podendo, também, estabelecer correlações entre variáveis, definindo sua natureza. Assim, observa-se que a pesquisa descritiva serve de base para explicar os fenômenos que descreve.

Sob a ótica dos procedimentos técnicos, os dados dessa pesquisa foram obtidos por meio da combinação de dois métodos: a pesquisa documental e a análise de conteúdo. A pesquisa documental é aquela em que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo-se em dados primários (LAKATOS; MARCONI, 1995). Já a análise de conteúdo caracteriza-se por

ser um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) desta mensagem (BARDIN, 1977).

Do ponto de vista analítico instrumental, esse conceito foi fundamental para a compreensão dos dados pesquisados, mediante deduções lógicas e justificadas, referentes aos dados em estudo.

1.4.3. Estratégia de Pesquisa

O planejamento da pesquisa constitui-se uma etapa importante para a realização do estudo. Se bem estruturado, previne o pesquisador contra possíveis desvios dos objetivos propostos. O plano de estudo pode ser expresso pelo delineamento das variáveis a serem pesquisadas, sendo que para Lakatos e Marconi (1995), uma variável pode ser considerada como uma medida ou uma classificação; uma quantidade que varia; um conceito operacional que contém ou apresenta valores. Esse conceito operacional pode ser um objeto, processo, agente, fenômeno, problema etc.

Severiano Filho (1998) menciona que as variáveis de investigação são constituídas pelos elementos da pesquisa que deverão ser rastreados com o intuito de permitir a obtenção de respostas e/ou explicações aos objetivos previamente definidos. Para que as variáveis de investigação sejam mensuradas, é necessário que a elas sejam agregadas indicadores, possibilitando estabelecer uma correspondência entre as dimensões de cada conceito, em função de determinadas regras do trabalho. Os indicadores podem ser quantidades, qualidades, características, magnitudes, traços etc. que se alteram em cada caso particular e são totalmente abrangentes e mutuamente exclusivos (LAKATOS E MARCONI, 1995). Dessa forma, a investigação não deve ser engessada, seguindo uma única metodologia, mas representar o plano de estudo, observando as limitações e as necessidades impostas pela pesquisa.

Assim, visando ao alcance dos objetivos pretendidos, a pesquisa, inicialmente, foi constituída por uma revisão teórica sobre as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, que serviu para direcionar a identificação de prováveis variáveis e atributos dos estudos, que podem ser chamados de proposições.

Sobre a revisão teórica tem-se a visão de que ela seja apenas realizada, pelos pesquisadores iniciantes, com o propósito de “determinar as respostas sobre o que se sabe a respeito de um tópico; não obstante, os pesquisadores experientes analisam pesquisas anteriores para desenvolver questões mais objetivas e perspicazes sob o mesmo tópico” (YIN, 2001, p.28).

Nessa pesquisa, as variáveis observadas com suas respectivas formas de observação são descritas no quadro a seguir.

Variável	Formas de Observação e divulgação dos itens
Empresas Listadas no Mercado Principal	Escolher empresas do mercado principal da bolsa, pertencentes ao segmento de Petróleo, Gás e Energia
Adoção das IFRS	Verificar a divulgação da adoção nas IFRS nos Relatórios Anuais das companhias.
Uso da IFRS 1	Identificar quais os itens da IFRS 1 foram adotados no balanço de abertura em IFRS.
Impacto no Patrimônio Líquido da Empresa	Mensurar o valor do impacto no resultado e no patrimônio líquido
Combinação de negócios	Verificar se as empresas passaram pelo processo de combinação de negócios e se apresentaram <i>goodwill</i> .
Tratamento do <i>goodwill</i>	Identificar quais os ajustes realizados na mensuração do <i>goodwill</i> .

Quadro 1 – Variáveis observadas e as formas de observação
Fonte: pesquisa direta (2007)

1.4.4. Coleta de Dados

A Bolsa de Valores de Londres possui mais de 2.000 empresas listadas em suas operações, em diversos segmentos, e o mercado principal conta com 1.286 empresas. No segmento de Petróleo, Gás e Energia, são 44 empresas. Dentre estas, 19 atendem ao requisito de serem Britânicas e transacionarem suas ações no mercado principal. (*London stock exchange*, 2006)

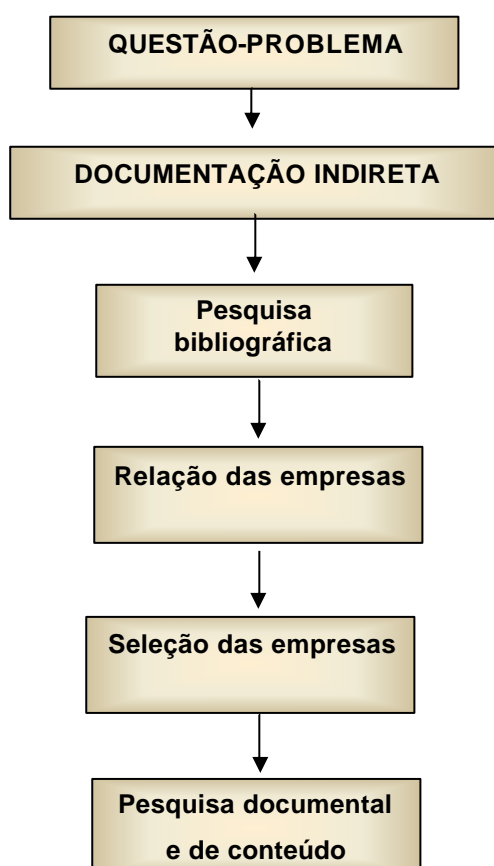
Para investigar o impacto da adoção das IFRS nos Relatórios Contábeis das empresas britânicas de petróleo, gás e energia, foram estudados os Relatórios Anuais dos 19 grupos, disponíveis no endereço eletrônico oficial das empresas.

Além disso, Essa pesquisa utilizou livros, artigos científicos publicados em revistas, congressos e seminários e teses de mestrado, nacionais e estrangeiras. Estas fontes consistiram em importante fonte de dados, sendo a maior parte das informações obtida via *web*.

1.4.5. Tratamento e Análise dos Dados

Considerando a natureza do estudo realizado, os dados desta pesquisa receberam um tratamento qualitativo, ou seja, foram interpretados e expressos baseando-se nos impactos causados nos resultados do grupo de empresas pela adoção das IFRS. Desse modo, foi realizada: uma descrição geral das empresas estudadas, abordando, quando disponível, as características do patrimônio líquido, total do ativo, receita de vendas, lucro líquido e por ações e o número de funcionários.

Como forma de esclarecer a metodologia utilizada, a seguinte figura retrata o fluxograma geral do roteiro da pesquisa empreendida.



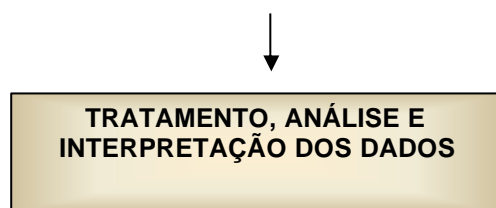


FIGURA 2: Fluxograma da pesquisa
Fonte: pesquisa direta (2007)

1.5. Estrutura do Trabalho

Este trabalho está estruturado em quatro Capítulos. No Capítulo 1, a introdução apresenta a contextualização do tema, a justificativa do trabalho, o problema de pesquisa, os objetivos da pesquisa, a metodologia, a contribuição do estudo e a estrutura do trabalho. O referencial teórico é descrito no segundo capítulo, que trata das Normas Internacionais de Contabilidade e da definição do termo *business combinations*, No capítulo 3, o impacto da adoção da IFRS nas empresas britânicas que divulgaram as demonstrações contábeis na bolsa de Londres e a análise da adoção da IFRS 3 em empresas com operações de *business combination* são proporcionadas. Para finalizar o trabalho, são apresentados as considerações finais e o referencial bibliográfico.

2. AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Inicialmente esta revisão de literatura apresenta a sua constituição, a estrutura e os objetivos do Comitê Internacional de Normas de Contabilidade (IASC). Em seguida, discute-se as normas IFRS 1 e IFRS 3, as definições e os conceitos básicos de combinação de negócios, as formas de reestruturação societária e, posteriormente, os métodos de contabilização das operações de combinações de negócios. Esta análise conduz à contraposição entre literaturas que procuram a convergência das práticas de contabilização desta transação para os moldes internacionais.

2.1. Junta de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB)

A data de origem do Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASC) é 29 de Junho de 1973, quando as organizações profissionais de contabilidade de dez países – Austrália, Canadá, França, Irlanda, Japão, México, Holanda, Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha – juntaram-se para buscar a convergência internacional das normas de contabilidade.

O *International Accounting Standards Board* - IASB é o órgão membro do IASC, reestruturado em 2001, e representa o principal esforço internacional em estabelecer a legitimidade das ações de uma organização emissora de um conjunto internacional de normas de contabilidade, onde seus membros são peritos técnicos em suas áreas e representam a comunidade com a mais larga experiência e independência nos estudos e aplicação desta ciência (IASB, 2006)¹⁵.

Esta instituição é gerenciada por um corpo de curadores (22 *trustees*) da Fundação do Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade. Esses, por sua vez, apontam os 14 membros do Conselho de Normas Internacionais de

¹⁵ Tradução Livre do original: *The structure achieves its purpose by a balance of the functions of the various parts of the organisation, through the operational relationship shown in the diagram. The composition of the oversight body (the Trustees of the International Accounting Standards Committee Foundation), the advisory body (the Standards Advisory Council) and the interpretative body (the International Financial Reporting Interpretations Committee) represents the wider community by reflecting a diversity of geographical or professional backgrounds and membership of the standard-setting body (the International Accounting Standards Board) is based on the principles of technical competence and independence.*

Contabilidade (IASB), e do corpo interpretativo do Comitê Permanente de interpretações (SIC), hoje IFRIC, e do Conselho Consultivo de Normas (SAC). A participação nestes órgãos baseia-se nos princípios da competência e da independência técnica. Nesse sentido, os curadores (*trustees*) que pertencem às diversas regiões do mundo, exercem o melhor julgamento possível para assegurar-se de que o IASB não seja dominado por qualquer interesse regional ou interesses políticos específicos de uma parcela da sociedade.

Na seqüência é apresentada a figura 2, na qual é destacada a estrutura do IASCF – Fundação do Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade:

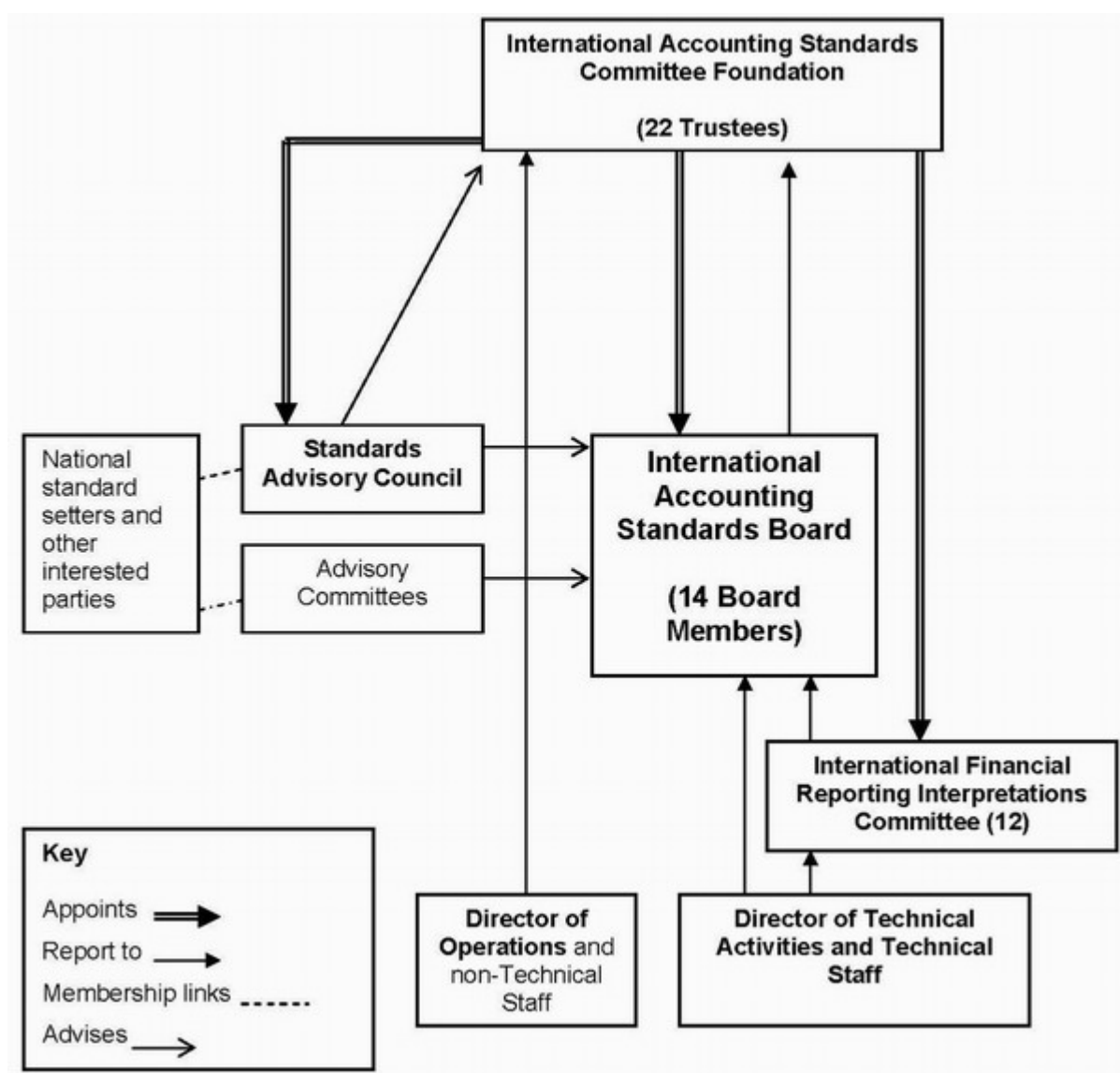


Figura 3 - Estrutura da Fundação IASC.

Fonte: IASB, 2006

De acordo com a Fundação do Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB, 2005), o IASC foi criado para atender os seguintes objetivos:

- a) desenvolver, no interesse público, um conjunto único de normas contábeis globais de alta qualidade, que seja compreensível, transparente e que, além disso, resguarde a comparabilidade das informações constantes nas demonstrações contábeis, com a finalidade de facilitar o processo de análise e julgamento dos participantes dos mercados de capitais ao redor do mundo e de outros usuários que tomam decisões econômicas;
- b) promover o uso e a aplicação rigorosa das normas internacionais de contabilidade;
- c) cumprir os objetivos associados de (a) e (b), levando em conta, quando apropriado, as necessidades especiais de pequenas e médias entidades e de economias emergentes; e
- d) promover a convergência de normas nacionais com as internacionais de contabilidade, com soluções de alta qualidade.

Apesar deste processo enfrentar forte resistência do FASB até 2001, com a ocorrência dos escândalos contábeis nos Estados Unidos, a convergência para as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) passou a ser desenvolvido com interesses mais próximos pelos dois grandes órgãos normatizadores. O Memorando de Entendimento¹⁶ emitido entre o FASB e o IASB, em fevereiro 2006, fortalece os esforços para diminuir as divergências entre estes dois conjuntos de Normas. (PricewaterhouseCoopers, 2006)

2.2. IFRS 1 – A adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros

Com o objetivo de facilitar o cumprimento da norma internacional nos países da União Européia, o Comitê Regulador dos Valores Mobiliários Europeu (*Committee of European Securities Regulators - CERS*) publicou, em dezembro de 2003, um guia de recomendações adicionais para a transição para as IFRS, de acordo com a IFRS 1. Esse documento recomendava que o complexo processo de transição para as IFRS deveria ser acompanhado de evidenciações contábeis gradual, preparando o mercado para avaliar o impacto da transição nos demonstrativos financeiros consolidados (CERS, 2003). O guia recomendava,

¹⁶ Memorandum of Understanding with the FASB, (MOU). (IASB, 2006)

também, que as empresas poderiam explicar o impacto da adoção das IFRS de forma mais razoavelmente exequível.

Em 19 de Junho de 2003, o IASB emitiu a norma IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2004. A IFRS 1 fornece a estrutura aplicável às entidades que adotam a IFRS pela primeira vez, de acordo com as normas internacionais como sua base contábil. A Norma estabelece os procedimentos que a entidade deve seguir quando adotar a IFRS pela primeira vez e como preparar os relatórios financeiros.

De acordo com Carvalho, Lemes e Costa (2006, p.19), “a aprovação da IFRS 1 ganhou relevância pela obrigatoriedade das empresas listadas nas bolsas de valores da União Européia terem de apresentar os relatórios financeiros de acordo com as normas internacionais a partir de janeiro de 2005.”

A norma define, ainda, as primeiras demonstrações contábeis em IFRS quando a entidade declarar de forma explícita e sem reservas que os relatórios financeiros apresentados estão em acordo com a IFRS. O IASB lista os passos necessários do processo da transição para as demonstrações financeiras de acordo com a norma internacional. Os passos estão transcritos a seguir:

1. Selecionar as políticas de contabilidade que cumprem com as IFRS.
2. Comparar as Informações financeiras preparadas e apresentadas com base nas IFRS em vigor na data das demonstrações contábeis. A data de transição para as IFRS é o início do período mais antigo para o qual a empresa apresenta a informação comparativa completa com as IFRS, em suas primeiras demonstrações contábeis em IFRS.
3. Determinar as estimativas sob IFRS para o balanço patrimonial inicial e para os outros períodos apresentados para as primeiras demonstrações em IFRS da entidade.
4. Apresentar e divulgar os relatórios contábeis de transição preparados de acordo com a IFRS 1.

Para tanto, a empresa deve preparar um balanço patrimonial de abertura na data de transição para as IFRS. O balanço patrimonial de abertura em IFRS é o ponto de partida para o uso subsequente das demonstrações contábeis de acordo

com as IFRS. Os ajustes decorrentes da adoção das IFRS pela primeira vez são geralmente lançados à conta de lucros acumulados, ou se apropriados, em outra categoria do patrimônio líquido na data de transição para o qual está sendo apresentado o resultado em IFRS, a menos que a mudança resulte do reconhecimento de um ativo intangível que havia sido incorporado ao *goodwill*.

Vale explicar que, quando da adoção pela primeira vez das IFRS, o IASB permite exceções no cumprimento de determinadas exigências e proíbe a aplicação retroativa de algumas de suas normas. Algumas das exceções referem-se à: (1) operações de combinações de negócios; (2) custo estimado para certos ativos não financeiros de valor justo ou reavaliações; (3) ajustes cumulativos de conversão de moedas estrangeiras; (4) instrumentos financeiros compostos; (5) ativos e passivos de controladas, coligadas e *joint-venture*. As proibições referem-se à: (1) baixa de ativos financeiros; (2) contabilização de *hedges*; (3) estimativas contábeis e (4) ativos mantidos para a venda.

Por um lado, as exceções à aplicação retrospectiva têm por objetivo reduzir o esforço exigido para a conversão das demonstrações contábeis em áreas onde os custos associados poderiam superar os benefícios para os usuários. Por outro lado, as proibições aplicam-se aos casos em que o tratamento retrospectivo não seria apropriado (IBRACON, 2006).

Retomando os objetivos deste estudo, interessa para esse trabalho a possibilidade da exceção referente às operações de combinação de negócios. A empresa que escolher não aplicar a IFRS 3 retrospectivamente para combinações ocorridas antes da data de transição para as IFRS pode ter um impacto significativo em seus resultados futuros. Esta possibilidade justifica-se, de acordo com Carvalho, Lemes e Costa (2006, p.28):

[...] pelo fato de que, se a aplicação retrospectiva da IFRS 3 fosse obrigatória, determinaria estimativas – ou em alguns casos aproximações grosseiras – sobre condições que prevaleciam na data da combinação, o que comprometeria a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis.

A empresa pode decidir não usar essa exceção e reconhecer qualquer combinação de negócios de acordo com a IFRS 3; no entanto, ela deverá adotar o mesmo procedimento para todas as combinações de negócios posteriormente

ocorridas, o que implica adotar a IAS 36 – *Impairment* de ativos - e a IAS 38 – Ativos Intangíveis para a data da combinação de negócios.

2.3. IFRS 3 - *Business combination*

Com o objetivo de atingir a convergência das normas contábeis de cada país para uma única norma internacional e, mais especificamente, de melhorar a contabilização das operações de combinação de negócios, o IASC, através da IFRS 3, define os procedimentos a ser adotados para a contabilização, reconhecimento e mensuração desta operação.

De acordo com Carvalho, Lemes e Costa (2006, p.58), a IFRS 3, emitida em 2004, uma Norma e algumas interpretações:

A IFRS 3 substitui a IAS 22 (combinação de negócios) as interpretações SIC 9 (Combinação de negócios: Classificação como Aquisições ou União de Interesses), SIC 22 (Combinação de Negócios: Ajustes subsequentes de valores justos e *goodwill* apresentado inicialmente) e SIC 28 (combinação de negócios: Data do Cambio e Valor Justo de Ações).

No Brasil, El Hajj (2001) define *business combination* como “uma transação econômica em que uma empresa obtém o controle de outra, independentemente da forma legal de como o controle é obtido e da forma resultante na(s) empresa(s) remanescente(s)”. Portanto, no Brasil, o termo “Reestruturação Societária” é empregado para a ocorrência de qualquer forma ou processo de modificação de uma sociedade, independente da existência de controle. Os procedimentos de reestruturação societária encontram-se definidos pela Lei 6.404, de dezembro de 1976, denominados de Lei das Sociedades por Ações. Segundo Coelho (2004, p. 221):

[...] são quatro operações, pelas quais as sociedades mudam de tipo, aglutinam-se ou dividem-se, procurando os seus sócios e acionistas dotá-las do perfil mais adequado à realização dos negócios sociais ou, mesmo, ao cumprimento das obrigações tributárias.

Para Lopes (2003, p.2), “*business combination* é a união de empresas distintas em um único patrimônio, de forma física ou econômica”. De forma similar, o

IASB (2006), por meio da IFRS 3 explica que uma combinação de negócios é uma união de empresas distintas em uma única entidade econômica, como resultado de haver uma empresa se unido à outra ou haver obtido o controle sobre o seu ativo líquido e operações.

Ainda, de acordo com o IASB (2006), a combinação de negócios pode envolver a compra de ações de outras entidades ou a compra do patrimônio líquido de outra entidade, sendo que a negociação pode ser realizada por meio da emissão de ações, dinheiro, equivalentes a dinheiro ou outros ativos. Os acionistas podem ser os mesmos das empresas que se unem ou outros acionistas quaisquer. Além disso, a combinação pode envolver:

- criação de uma nova entidade, que exercerá o controle sobre as entidades que se unem;
- transferência do patrimônio líquido de uma ou mais entidades que se unem para outra entidade;
- dissolução de uma ou mais das entidades que se combinam.

Para o *Financial Accounting Standards Board (FASB)*, entidade americana, emissora de normas contábeis, uma combinação de negócios ocorre quando duas ou mais entidades se unem para formar uma única sociedade. A combinação de ativos ocorre quando uma entidade adquire ativos de uma ou mais entidades, ou quando uma nova entidade é criada para adquirir os ativos de duas ou mais entidades existentes. Logo, a companhia-alvo (entidade que teve os seus ativos adquiridos por uma outra) deixa de existir como entidade operacional e pode ser liquidada ou transformada em uma companhia de investimento.

De acordo com o § 10 do *Statement Financial Accounting Standards (SFAS 141)*, aplicável tanto às sociedades anônimas, quanto às demais sociedades, são consideradas combinações de negócios, independentemente da forma de pagamento, as transações nas quais:

- uma ou mais entidades são incorporadas ou transformadas em subsidiárias;
- uma entidade transfere ativos líquidos ou seus proprietários transferem suas participações em ações para outros;

- todas as entidades transferem ativos líquidos ou os proprietários dessas entidades transferem suas participações em ações para uma nova entidade recentemente formada.

Segundo o § 9 do SFAS 141, uma transação na qual o controle é adquirido através de outros meios que não a aquisição de ativos líquidos ou a participação acionária não faz parte do escopo do pronunciamento. Portanto, a formação de uma *joint venture* não é uma combinação de negócios.

De acordo com o conceito contábil refletido no parágrafo 1 do "*Accounting Principles Board Opinion nº 16*" (APB 16), uma operação de *business combination* ocorre quando "uma corporação e um ou mais de um negócio são incorporados sob uma única entidade. A nova entidade continua com as atividades e os negócios que eram previamente separados e independentes".

Conforme já mencionado, o termo combinação de negócios não está previsto na legislação societária brasileira de forma explícita, como nas normas americanas e internacionais. Contudo, a Lei nº 6.404/76 e a CVM (instrução 247/96) consideram as combinações quanto à forma jurídica (incorporação, fusão e cisão), embora na essência, elas sejam praticadas.

Segundo a lei 6404/76 (BRASIL, 1998), nos artigos citados a seguir, tem-se as formas de reestruturação societária previstas no Brasil:

- Artigo 220: A transformação [...] a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro.
- Artigo 227: A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.
- Artigo 228: A fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.
- Artigo 229: A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.

Neste trabalho, o conceito de *business combination* refere-se à transação econômica em que ocorre a transferência do controle societário ou operacional de uma empresa ou de um grupo de empresas, para uma empresa centralizada, seja através da compra da maioria das ações com direito a voto ou da compra de toda a operação da empresa.

2.3.1. Controlada, Controladora e Controle

O IASB e o FASB utilizam os termos *parent* e *subsidiary* traduzidas para o português como “sociedade controladora” e “sociedade controlada (direta ou indiretamente)”, respectivamente, presentes na Instrução CVM 247/96 e demais normas brasileiras. A IFRS 3 define controle como o poder de administrar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade ou negócio, de modo a obter benefícios de suas atividades.

Assim como o IASB, por um lado, a Instrução CVM 247 enfatiza que o controle é caracterizado pela existência de direitos de sócios que “assegurem de modo permanente a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger ou destituir a maioria dos administradores”. Por outro lado, o SFAS 94 é mais específico, pois determina que o critério básico é a propriedade de mais de 50% das ações com direito a voto, o que não ocorre no IASB e na CVM. Todavia, o SFAS 94 também admite que o controle possa existir com participação inferior a 50%, desde que haja, por exemplo, condições contratuais, acordo ou decisões judiciais. A CVM também segue esta linha do FASB e amplia as circunstâncias que evidenciam o controle.

De acordo com as normas internacionais e as norte-americanas, as operações de combinação de negócios englobam apenas a aquisição do controle acionário, a incorporação e a fusão, ou seja, a cisão não é contemplada nas normas emitidas pelo IASB e FASB.

O artigo 183, item III, da Lei 6.404/76, determina que no Balanço Patrimonial, os investimentos em participação no capital de outras sociedades, ressalvado o disposto nos artigos 248 a 250, serão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas prováveis na realização de seu valor, quando esta perda estiver comprovada como permanente, e que não será modificado em razão do recebimento, sem custo para a companhia, de ações ou quotas bonificadas.

As aquisições societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (momento em que a legislação brasileira reconhece o *goodwill* na forma de ágio) devem ser desmembradas do valor total da aquisição, conforme descritos por Iudícibus (1999):

Valor contábil do investimento:
Custo de aquisição
(+) equivalência patrimonial
(+) ágio não amortizado
(-) deságio não amortizado
(-) provisão para perdas (somente perdas efetivas)

A legislação brasileira considera um investimento societário, adquirido como parte de uma combinação de negócios, não de forma isolada ou separada, mas na composição do ágio ou deságio na aquisição de investimentos, quando avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.3.2. A contabilização das Operações

2.3.2.1. Data de Aquisição

A data de aquisição de uma combinação de negócios é aquela em que a adquirente efetivamente obtém o controle da adquirida. De acordo com a IFRS 3, a IAS 38, a IAS 39, a data de aquisição é a data na qual o controle é transferido ao adquirente. Entretanto, uma combinação de negócios pode envolver mais de uma transação de troca, por exemplo, quando é obtida em estágios por aquisições sucessivas de ação. Quando isso ocorre a data da troca é aquela de cada transação. A data da aquisição é a data na qual o adquirente obtém controle do adquirido.

2.3.2.2. Identificação da entidade adquirente

O adquirente em uma combinação de entidades é aquele que obtém controle sobre outras entidades ou negócios da combinação, conforme a IFRS 3. Carvalho, Lemes e Costa (2006, p.63), definem controle como:

o poder de administrar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade ou dos negócios de forma a obter benefícios de suas atividades. Em termos práticos, o controle se configura para a entidade que adquire mais de 50% das ações com direito a voto de outra entidade, a menos que a propriedade de tal direito de voto não constitua controle. Em casos em que nenhuma das entidades envolvidas adquira mais de 50% do direito de voto, o controle sobre outra entidade pode ser caracterizado se a adquirente obtiver um dos seguintes poderes:

- a) equivalente a mais da metade do direito de voto de outra entidade, em virtude de acordo com outros investidores;
- b) de administrar as políticas operacionais e financeiras da empresa por força estatutária ou por acordo;
- c) de apontar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou órgão de administração equivalente da outra entidade; ou
- d) de dispor da maioria dos votos nas reuniões da diretoria ou órgão de administração equivalente da outra entidade.

Segundo a IFRS 3, o método de comunhão de interesses é proibido e a entidade adquirente deve ser identificada para todas as combinações de negócio. Como em alguns casos a identificação apresenta algumas dificuldades, as indicações para identificação de uma entidade adquirente podem ser evidenciadas quando:

- o valor justo significativamente mais alto de uma das entidades;
- for a entidade que efetua pagamento em dinheiro; e
- a administração é capaz de dominar a escolha da equipe de gestão da entidade combinada.

Assim também na determinação de qual grupo de acionistas mantém ou recebe a maior porção dos direitos de voto nas empresas combinadas, devem ser considerados a existência de qualquer bloco votante maior, acordos de votos especiais ou incomuns, opções ou valores mobiliários conversíveis.

2.3.2.3. Custo de Aquisição

Para a adquirente de operação, o custo de uma combinação de negócios, de acordo com a IFRS 3, é contabilizado pelo somatório dos valores justos, na data da troca, de ativos entregues, dos passivos incorridos ou assumidos, com as ações emitidas pela adquirente, em troca do controle da adquirida; e, também, de todo o custo, diretamente, atribuível à combinação de negócios.

Ainda de acordo com a IFRS 3, o custo da combinação de negócios é a quantia de dinheiro ou de equivalentes de dinheiro pago, ou o valor justo de outra forma de pagamento utilizada, mais qualquer custo diretamente atribuível à aquisição. Esse valor é determinado na data da troca e incluem os honorários profissionais envolvidos na operação, porém, excluem os custos de emissão de instrumentos de dívida e patrimônio, que são deduzidos do valor contábil da dívida ou do valor da emissão de patrimônio.

Com relação aos custos internos, eles são incluídos à medida que puderem ser atribuídos diretamente à aquisição em questão. As contingências são provisionadas no momento em que se torna provável que o passivo será pago e a sua quantia pode ser determinada com segurança. O preço de compra, subsequente, é ajustado contra o ágio, pelo valor estimado desse passivo.

Quaisquer pagamentos feitos pelo adquirente, em cumprimento à cláusula de garantia do valor de suas ações ou títulos de dívida dados como forma de pagamento, não aumentam o custo de aquisição.

Porém, a menos que a quantidade de ações esteja sujeita à variação nos termos do contrato de aquisição, o valor justo de ações de capital, negociadas em bolsa, emitidas pelo adquirente, geralmente, é balizado por seu preço de mercado praticado num período de tempo razoável, antes e depois das partes chegarem a um acordo sobre os termos da aquisição e fazerem seu anúncio.

O custo de aquisição inclui custos diretos da combinação de negócios. As despesas gerais indiretas são lançadas em resultado quando incorridas. Os custos de emissão de instrumentos de dívida são parte do custo do serviço da dívida e não devem ser incluídos no custo da entidade adquirida. Os custos de registro e de emissão de ações de capital são deduzidos do patrimônio líquido e não são incluídos no custo da entidade adquirida.

Vale ressaltar o pagamento contingente (por exemplo, possíveis pagamentos futuros, em dinheiro ou em ações) que é parte do custo de aquisição (assim como

ágio) e deve ser reconhecido quando a contingência for resolvida e o pagamento tornar-se exigível.

Tal como na IFRS 3, o pagamento contingente, que seja efetivamente uma garantia do preço de compra de uma entidade adquirida, não resulta em custo adicional da aquisição quando da resolução da contingência; na realidade, a quantia garantida está incluída na determinação do custo da entidade adquirida, na data da aquisição.

2.3.3. Diferenças em relação ao valor contábil do Investimento

A diferença entre o valor pago e o valor contábil pelo investidor, mesmo sendo devido ao valor de mercado dos ativos líquidos, deve ser alocada de acordo com o valor de mercado dos respectivos ativos e passivos na data efetiva da aquisição. No entanto, se após a realização da alocação ainda houver algum saldo remanescente da diferença, esse valor deverá ser reconhecido como *goodwill* ou *goodwill* negativo.

2.3.3.1. *Goodwill* ou Ágio

O *goodwill* pode ser identificado como o resíduo existente entre a soma dos itens patrimoniais mensurados individualmente e o valor global da empresa. (MARTINS, 2002 p. 122). Não obstante, Ludícibus (2000, p. 211) afirma que o *goodwill* possui a característica de ser o ativo mais intangível dos intangíveis, apresentado-se como um assunto bastante complexo na contabilidade, analisando-o sob as seguintes perspectivas:

- a) excesso de preço pago na compra de um negócio sobre o valor de mercado de seus ativos líquidos;
- b) nas consolidações, é o excesso de valor pago pela investidora por sua participação sobre os ativos da subsidiária;
- c) valor atual dos lucros futuros esperados, descontados por seus custos de oportunidade (*goodwill* subjetivo).

O registro do *goodwill*, sob as perspectivas “a” e “b” acima, acontecem normalmente, enquanto que a perspectiva “c” não é registrada pelas empresas devido às suas dificuldades de mensuração.

Segundo Ross, Westerfield, Jaffe (2002, p. 657), *goodwill* apresenta-se simplesmente como “a diferença positiva entre o preço de compra e a soma dos valores justos de mercado dos ativos adquiridos”. Para Ludícibus (2000, p. 211), o *goodwill* pode ser entendido como a diferença entre o lucro projetado para os períodos menos o valor do patrimônio líquido expresso a valores de realização no início de cada período multiplicado pela taxa de custo de oportunidade em que cada diferença é dividida pela taxa desejada de retorno.

Conforme entendimento do IASB, o *goodwill* pode ser caracterizado como os benefícios futuros oriundos de ativos que não são identificáveis e reconhecíveis individualmente.

Por conseguinte, *goodwill* é aquele “algo mais” pago sobre o valor de mercado do patrimônio líquido das entidades adquiridas, devido a uma expectativa (subjéitiva) de lucros futuros, em excesso aos seus custos de oportunidade, resultante da sinergia existente entre os ativos da entidade.

Neste sentido, o *goodwill* adquirido surge exatamente por este “algo mais” pago sobre o custo da aquisição a *fair value* dos itens adquiridos, representando um pagamento antecipado feito pela adquirente em função destes benefícios futuros não identificáveis individualmente, sendo reconhecido como um ativo na data de aquisição.

Segundo o IASB, o *goodwill* adquirido na combinação de negócios não deve ser amortizado, pois sua vida útil econômica é considerada como indefinida, a partir da mudança introduzida em 2004. Assim sendo, ele apenas está sujeito ao teste de *impairment* para ajuste de valor e deverá ser apresentado ao custo menos qualquer perda acumulada por *impairment*, se existente.

A IFRS 3 define *goodwill* como o pagamento feito pelo adquirente, em antecipação de benefícios econômicos futuros, de ativos que não têm condições de ser individualmente e separadamente identificados e reconhecidos. Segundo o IASB (2006), “o *goodwill* surge pela diferença entre o custo da combinação e a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida, reconhecidos na combinação de negócios”.

Ele, inicialmente, é reconhecido ao custo, ou seja, residual de custo após reconhecimento de ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis pelo adquirente. Seu reconhecimento será como um ativo, na data da aquisição.

O FASB, através do SFAS 142, § B67, define *goodwill* “como o excesso do custo de aquisição do investimento sobre a soma dos montantes registrados para ativos adquiridos e passivos assumidos”.

Por outro lado, as normas brasileiras utilizam o termo ágio, que é obtido através da diferença entre preço de aquisição e o valor de mercado dos itens patrimoniais adquiridos, desde que seja em função da expectativa de lucros futuros.

2.3.3.2. *Goodwill* negativo ou deságio

O IASB considera que a origem do *goodwill* negativo (deságio) tem por causas principais: (a) erros nas avaliações, como possíveis custos futuros oriundos da combinação não refletidos no valor justo dos itens adquiridos; (b) a permissão por outras normas contábeis de se assumirem determinados valores como se fossem os valores justos; e (c) pela própria negociação da compra da outra empresa. E, portanto, a IFRS 3 não permite o reconhecimento, como conta patrimonial, do *goodwill* negativo (ou deságio) oriundo da combinação de negócios.

Por um lado, se houver excesso da participação nos valores justos dos itens adquiridos sobre o custo da aquisição, o adquirente deverá, após rever a identificação e mensuração daqueles itens e a mensuração do custo da combinação, reconhecer, imediatamente, qualquer excesso remanescente no resultado do período.

Por outro lado, o *goodwill* negativo surge quando o valor pago pelo investimento é inferior ao valor justo dos ativos líquidos. Segundo Ludícibus (2000, p. 220), o *goodwill* negativo deveria ser considerado como uma conta retificadora, devendo o seu valor ser transferido para o resultado do exercício num espaço de tempo considerado razoável.

Apesar desta hipótese não ser totalmente impossível, dificilmente alguém adquirirá um empreendimento que tenha perspectiva futura desfavorável, apesar de

toda prudência, devendo o mesmo ser consequência de diferenças de avaliação dos elementos do ativo líquido.

Entretanto, cabe ressaltar que, segundo o IASB, não é permitido o reconhecimento do *goodwill* negativo, oriundo da combinação de negócios. Dessa forma, se ele existir, a entidade deverá, após rever a identificação e mensuração de todos os itens e a sua combinação, reconhecer qualquer excesso remanescente nas contas de resultado.

2.4. Teste de *Impairment*

O teste de *impairment* tem como objetivo reconhecer a perda de valor de um ativo intangível, ou seja, a redução das estimativas de fluxos de caixa futuros, inclusive do *goodwill*. Este reconhecimento é realizado quando for identificado que o valor contábil do ativo, passivo e instrumento financeiro é maior do que o seu valor recuperável. Nestes casos, deve-se reduzir o valor contábil ao seu valor justo, se menor (SFAS 142 2001).

Neste mesmo sentido, para Schmidt *et al* (2003, p. 3) o teste de *impairment* consiste:

Na comparação entre o valor contábil do ativo intangível e o seu valor justo. Se o valor contábil exceder o valor justo, uma perda por *impairment* será reconhecida, no valor desse excesso, o que implica em dizer que a perda decorrente da redução do valor do ativo intangível será reconhecida no resultado do exercício.

Algumas evidências indicativas de *impairment* são, por exemplo, o declínio significativo no valor de mercado de um ativo; mudanças adversas da tecnologia, do mercado, ou do ambiente econômico ou legal; decisões sobre planos de descontinuidade ou reestruturações das operações; ativos com desempenho abaixo do esperado, entre outros.

Segundo o IASB, o valor recuperável de: ativos intangíveis com vida útil definida; ativos intangíveis ainda indisponíveis para uso; e *goodwill* adquirido em uma combinação de negócios, devem ser avaliados anualmente, independentemente de existir qualquer indicação de perda por *impairment*. Assim, o

valor recuperável dos outros ativos deve ser estimado somente quando existirem estas indicações.

Define-se como valor recuperável o maior valor entre o valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso do ativo ou da entidade geradora de caixa.

Vale esclarecer que o valor justo menos custos para vender refere-se ao preço de venda de uma transação sem favorecimentos entre agentes conhecedores e dispostos a negociar, deduzidos dos seus custos de negociação. Segundo o IASB, a melhor evidência deste valor é o preço de um contrato de venda isento e na sua inexistência, o preço negociado em um mercado ativo.

Já o valor contábil é o montante pelo qual um ativo é reconhecido após deduzir suas depreciações, amortizações e perdas por *impairment*, quando houver. O valor em uso, por sua vez, é o montante resultante do cálculo do valor presente líquido dos fluxos futuros de caixa esperados do ativo em questão.

Logo, em termos de reconhecimento, segundo o IASB, uma perda por *impairment* deve ser reconhecida imediatamente na demonstração de resultados, a menos que o ativo esteja registrado ao valor reavaliado. Neste caso, o IASB recomenda que qualquer perda por *impairment* deva ser tratada como uma redução da reserva de reavaliação, sem exceder este saldo de reserva.

Por um lado, nos casos em que a perda por *impairment* ultrapassa o valor contábil do ativo, o IASB recomenda que a entidade deva reconhecer tal diferença como um passivo, salvo exigências em contrário constante em outra Norma.

Por outro lado, como o *goodwill* adquirido em uma combinação de negócios representa um pagamento antecipado feito pela entidade em função de benefícios futuros não identificados individualmente, o mesmo não gera fluxo de caixa independente de outros bens, ou seja, ele contribui para o fluxo de caixa destas unidades geradoras de caixa.

Dessa forma, para aplicação do teste de *impairment*, o IASB orienta que o *goodwill* deverá ser alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que se beneficiam da sinergia da combinação.

Isso acontece porque a identificação de perdas por *impairment* para esta unidade geradora de caixa (ao qual o *goodwill* adquirido é alocado) deriva exatamente da comparação do valor contábil da unidade, incluindo o *goodwill*, com o valor recuperável da unidade. Assim, quando o valor contábil excede o valor

recuperável da unidade, sua perda deverá reduzir o valor contábil dos ativos daquela unidade.

Nestes casos, o valor contábil de um ativo não poderá ficar abaixo do maior entre: a) o valor justo menos os custos para vender; b) o valor em uso e; c) zero. Assim, o valor da perda deverá ser alocado proporcionalmente aos outros ativos da unidade geradora de caixa. Cabe ressaltar, no entanto, que quando ocorrerem mudanças nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável dos ativos (exceto *goodwill*), a perda por *impairment* anteriormente reconhecida deverá ser revertida. Nesta reversão, o IASB instrui que o valor contábil do ativo deverá ser aumentado, sem contudo exceder o valor contábil existente anteriormente, caso a perda por *impairment* nunca tivesse sido reconhecida. Isso porque qualquer aumento do valor contábil do ativo acima do valor contábil anterior é uma reavaliação, devendo ser contabilizada como tal.

Essa contrapartida do aumento do valor contábil do ativo, em consequência da reversão de uma perda por *impairment*, deverá ser reconhecida em resultados, a menos que se refira a uma ativo reavaliado, como dito anteriormente nesta seção.

Neste caso, a reversão de uma perda por *impairment* de um ativo reavaliado será reconhecida como aumento da reserva de reavaliação, exceto quando tal perda foi anteriormente reconhecida em resultados, quando, então, a reversão deverá ser reconhecida como receita.

Ressalte-se, também, que a reversão de uma perda por *impairment* de uma unidade geradora de caixa não deverá aumentar o valor contábil do ativo para um montante acima do menor valor entre: a) seu valor recuperável e; b) seu valor contábil antes do reconhecimento da perda. Nestas situações, a reversão da perda deve ser alocada a outros ativos da unidade.

Quanto ao *goodwill*, um aumento no valor recuperável do *goodwill* em períodos seguintes ao reconhecimento de uma perda por *impairment* provavelmente se refere a um aumento no valor do *goodwill* gerado internamente, e não a uma reversão de *impairment* reconhecido para *goodwill* gerado internamente.

Por conseguinte, como o IASB, por meio da IAS 38, proíbe o reconhecimento de *goodwill* gerado internamente, uma reversão de uma perda por *impairment* de um *goodwill* nunca deverá ser reconhecida.

Neste sentido, Martins (2002, p. 240) destaca dois aspectos problemáticos decorrentes do teste de *impairment* para ativos intangíveis, como o *goodwill*:

Primeiro, quando, ao se efetuar o teste de recuperabilidade de custo, verifica-se que os fluxos futuros esperados aumentaram, implicando no aumento do potencial de geração de riqueza do ativo. Pelo conservadorismo esse aumento de valor econômico não é registrado, de maneira que o valor do ativo fica limitado ao seu custo máximo histórico, dado pelo valor de aquisição. Gerencialmente recomenda-se que tais ganhos não realizados sejam registrados. O segundo decorre da confusão entre o *goodwill* adquirido e o gerado internamente. Quando verifica-se o aumento do potencial econômico do ativo, normalmente é difícil atribuir esse aumento de valor ao *goodwill* adquirido já existente ou a geração de um novo ativo *goodwill*.

A realização do teste de *impairment* ainda gera divergências pela dificuldade de identificar o valor recuperável dos ativos intangíveis adquiridos e deverá ser apreciado futuramente pelo IASB.

2.5. Formas de Reestruturação Societária

A crescente disputa de mercados, a partir dos anos 90, trouxe mudanças importante no comportamento das empresas acirrando a competitividade e estimulando formas de reorganizações que fortalecessem suas posições frente ao mercado e aos concorrentes. Em função disso, as empresas necessitam atingir economias de escala, melhorar o fluxo de caixa, minimizar custos, reduzir carga tributária a fim de se manterem competitivas no mercado, através de métodos denominados de incorporação, de fusão, de cisão e de aquisição do controle acionário.

Business Combination é o termo conhecido internacionalmente para designar reestruturação ou reorganização societária. Ele caracteriza-se, principalmente, pela obtenção de controle, por parte de uma empresa investidora sobre a sociedade investida ou pela união de dois grupos independentes com ou sem as operações de fusão ou incorporação.

No Brasil, as principais orientações contábil e jurídica, quanto às formas de reorganização societária, estão contidas na Lei 6.404 de 1976 – Lei das Sociedades por Ações – e na Instrução Normativa 247/96 e a 285/98 emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A primeira, por tratar-se da Lei que normatiza e conduz as sociedades a utilizar corretamente as formas de reestruturação societária. A

segunda, determina os procedimentos contábeis a ser utilizados nos investimentos permanentes em outras sociedades adquiridas. As na Instrução Normativa da CVM 319 e 320, de 1999, objetivam maior transparência nas operações de incorporação, fusão e cisão, além das regras emitidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade e pelo Código Civil.

2.5.1. Transformação

A forma de reestruturação societária mais simples é a transformação onde não ocorre a alteração da pessoa jurídica, mas apenas o regime jurídico societário, não ocorrendo a sucessão do empregador. Conforme Coelho (2004, p. 221), “[...] a transformação não extingue a pessoa jurídica da sociedade, nem cria uma nova. É o mesmo sujeito de direito coletivo anterior à transformação que permanece.”

Além disso, é importante destacar que a transformação de qualquer sociedade em sociedade anônima obedecerá aos princípios legais sobre a constituição da sociedade anônima, sendo que não será permitido que pessoas estranhas ao quadro social anterior façam parte da nova sociedade, visto que, no processo de transformação, mesmo que a pessoa jurídica mude de espécie, permanecem os mesmos elementos que compunham a sociedade transformada.

2.5.2. Incorporação

A incorporação dos negócios é a mais abrangente das formas de reestruturação societária. Tem por finalidade agregar todas as ações de uma sociedade ao patrimônio líquido de outra que sucede a sociedade incorporada em todos os seus direitos e obrigações. Este tipo de reestruturação societária ocorre quando uma das empresas adquire a maioria das ações com direito a voto de outra

ou outras empresas, mas as companhias continuam existindo com operações em separado.

Uma outra forma de *business combination* através da incorporação societária acontece quando apenas uma das companhias envolvida na operação continua existindo e a empresa incorporadora absorve todos os ativos e passivos da empresa incorporada, assim como os direitos e obrigações em geral.

Há, ainda, a incorporação das atividades operacionais, que caracteriza o tipo de *business combination* em que a empresa adquire as atividades operacionais da outra, através de um contrato de cessão de ativos e assunção de obrigações, e as integra em suas operações. Neste caso, as duas empresas continuam existindo, sem vínculo societário

De acordo com Martins (2002), depois da aprovação do laudo de avaliação e da incorporação, a sociedade incorporada extingue-se, sendo que a incorporadora torna-se responsável pelo arquivamento e a publicação dos atos finais. Já na incorporação de sociedades controladas, os motivos e as justificativas da operação devem ser apresentados em assembleia, bem como os cálculos das relações de substituição das ações dos acionistas minoritários da controlada, com base na comparação dos dois patrimônios, sendo ambos os patrimônios avaliados na mesma data e a preço de mercado.

2.5.3. Fusão

Para Barros, Souza e Steuer (2003, p.19), fusões envolvem “uma completa combinação de duas ou mais empresas que deixam de existir legalmente para formar uma terceira com nova identidade, teoricamente sem predominância de nenhuma das empresas anteriores”.

Os termos fusões e aquisições utilizados no Brasil, para identificar os processos de reestruturação societária e de mudança de controle nas empresas através de incorporação, associação, compra, permuta de controle de uma companhia, consistem na integração técnica, administrativa e cultural de duas ou mais sociedades em uma organização maior. Sendo assim, pela Lei 6404/76, art. 228, quando ocorre a fusão entre sociedades através da união de duas ou mais

entidades, por meio de troca de ações com direito a voto, as organizações fundidas (combinadas) são dissolvidas, ou seja, extintas, sendo formada uma terceira sociedade, e esta assumirá todos os ativos e passivos da(s) sociedade(s) fusionada(s).

No entanto, fusões e aquisições são operações distintas. Para Kramer, Dougherty e Pierce (2004, p. 75), fusões consistem em sociedades relativamente equivalentes combinando ativos para criar uma nova organização de características diferentes, enquanto aquisições envolvem parceiros desiguais. Desta forma, uma organização maior compra uma organização menor e absorve suas atividades e patrimônio.

Sendo assim, o processo de fusão pode ser definido como uma estratégia através da qual duas firmas concordam em integrar suas operações em base relativamente co-igual, porque têm recursos e capacidades que, juntas, podem criar uma vantagem competitiva mais forte. Entende-se, então, que quando os termos são utilizados em conjunto, eles representam uma operação de tomada de controle de capital da empresa-alvo.

Ainda pode-se distinguir as principais características das operações de combinação de negócios através do termo genérico de “fusões e aquisições”, conforme o quadro abaixo, desenvolvido por Casali (2006):

Características	Fusões	Aquisições
Organização resultante	Nova organização	Manutenção de identidade da adquirente
Parceiros	Aproximadamente iguais	Desiguais – o adquirente é maior que o adquirido.
Pagamento	Permuta de ações	Dinheiro, ações ou títulos
Setor de atividades	Em geral do mesmo setor	Mesmos setor ou setores diferentes
Integração	Total	Diversos níveis

Quadro 2 – Características de fusões e aquisições
Fonte: Casali (2006)

2.5.4. Cisão – Company Split

Cisão é a forma de reestruturação societária utilizada para divisão e segregação de sociedades, ocorrendo a divisão da sociedade em unidades menores e/ou na constituição de sociedades novas. É também um dos meios que possibilita sócios e/ou acionistas a se separarem, sem que para isso seja necessário extinguir a sociedade.

Há duas possibilidades de ocorrer cisão: de forma parcial ou total. A primeira, o patrimônio é dividido em partes, portanto, somente partes do patrimônio são transferidas para a sociedade nova, sendo que a outra permanece na sociedade cindida, na sua continuidade. A segunda, não há continuidade das operações, ocorrendo a extinção da entidade, que transfere o patrimônio para outra sociedade.

Nos casos de cisão com versão parcial do patrimônio, o arquivamento e a publicação dos atos da operação ficam sob a responsabilidade dos administradores da empresa cindida e dos administradores que absorverem parcelas do patrimônio. As ações integralizadas com parcelas de patrimônio da companhia cindida serão distribuídas aos acionistas, proporcionalmente às ações que eles possuíam antes da cisão. Qualquer não-conformidade na distribuição das ações, deve ser apontada e levada à apreciação de todos os titulares, mesmo aqueles que possuem ações sem direito a voto.

Neste contexto, percebe-se a relevância da possibilidade de as empresas terem a liberdade de poder optar pela cisão em seus processos de reestruturação societária, podendo solucionar impasses entre sócios e acionistas, tornando-se uma saída no contexto nacional e internacional para evitarem o gigantismo de sociedades e o seu monopólio.

2.6. Método de Contabilização de Combinação de negócios - *business combination*

As formas societárias e jurídicas de combinações de empresas são passíveis de reconhecimento contábil e devem seguir as orientações da IFRS 3, emitida pelo IASB para o reconhecimento de acordo com a norma internacional, e nos Estados

Unidos, a norma Norte-americana, conforme as recomendações dos FAS 94, 141 e 142.

De acordo com a IFRS 3 e o FAS 141, ocorrendo a reestruturação societária, a empresa deve utilizar-se do método de compra, denominado *purchase*. A *Securities Exchange Commission* (SEC), órgão que controla os interesses dos acionistas nos Estados Unidos, exige ainda a análise pelo método *push-down accounting*, nos casos em que a reestruturação societária envolva empresas de um mesmo grupo.

Segundo Hausmann (2005, p. 1):

O processo de reestruturação societária exige dos gestores, além da utilização de estratégias e táticas organizacionais, métodos contábeis como forma de avaliação da transação envolvida. Destaca-se nesta pesquisa dois métodos contábeis: *purchase* e *push-down accounting*. O *pooling-of-interest*, método alternativo ao *purchase* não é mais usado nos Estados Unidos e no resto do mundo.

De acordo com a última reestruturação da Norma IFRS 3 é utilizado somente o método *purchase* como forma de avaliação de empresa nos momentos de reestruturação societária. Mas para fins didáticos apresenta-se o método de Equivalência Patrimonial e o método de comunhão de interesses.

2.6.1. Método de Equivalência Patrimonial

A equivalência patrimonial é um critério utilizado pelas empresas quando elas precisam reconhecer os resultados de seus investimentos relevantes em coligadas e controladas, no momento em que tais resultados são gerados naquela empresa, e não somente no momento em que são distribuídos na forma de dividendos. (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2003)

No Brasil, o processo de contabilização das operações de *business combination* está, em sua maioria, definido pela Lei 6.404/76 e pela instrução CVM nº 247/76. Os investimentos, que são obrigatoriamente avaliados pelo método de equivalência patrimonial, estão definidos no artigo 248 da Lei 6.404/76 descritos a seguir:

Artigo 248 - No balanço patrimonial da companhia, os investimentos relevantes (art. 247, parágrafo único) em sociedades coligadas sobre cuja administração tenha influência, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital social, e em sociedades controladas, serão avaliados pelo valor de patrimônio líquido, [...]

No entanto, para a aplicação do método de equivalência patrimonial no Brasil deve-se obedecer a dois requisitos. O primeiro é que o investimento seja em controlada ou coligada e segundo que o mesmo seja relevante. Dessa forma, apresenta-se o conceito de relevância conforme o artigo 247 da Lei 6.404/76, parágrafo único:

Artigo 247 – [...]

Parágrafo único. Considera-se relevante o investimento:

- a) em cada sociedade coligada ou controlada, se o valor contábil é igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia;
- b) no conjunto das sociedades coligadas e controladas, se o valor contábil é igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia.

Dessa forma, para que uma operação de *business combination* possa ser avaliada pelo método de equivalência patrimonial torna-se necessário que ela cumpra os dois requisitos básicos, conforme Instrução da CVM nº 247/96: a investida seja coligada ou controlada e o investimento seja relevante. Para ser considerada sociedade coligada, quando a entidade participa com 10% (dez por cento) ou mais do capital social da outra, sem controlá-la.

Para facilitar o processo de avaliação das empresas, considera-se também coligadas, para os fins desta Instrução, a empresa que participa indiretamente com 10% (dez por cento) ou mais do capital votante da outra, sem controlá-la; ou a

empresa que uma participa diretamente com 10% (dez por cento) ou mais do capital votante da outra, sem controlá-la, independentemente do percentual da participação no capital total.

Ainda conforme a Instrução da CVM nº 247/96, considera-se controlada, a sociedade na qual a investidora, diretamente ou indiretamente, seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, o controle administrativo. Para efeito de contabilização, o custo de aquisição de investimento em coligada e controlada deverá ser desdobrado e os valores resultantes desse desdobramento contabilizados em sub-contas separadas.

2.6.2. Método de Comunhão de interesses – *Pooling*

O processo de reestruturação societária era regido pelo primeiro pronunciamento norte-americano, que diz respeito a combinação de negócio, APB 16, vigente desde 1970. O APB 16 determinava que os métodos utilizados na contabilização da reestruturação societária deveriam ser o *pooling of interests* (método da comunhão de interesses) ou o *purchase* (método de compra).

Em junho de 2001, foram introduzidas modificações pelo FASB, por meio do FAS 141, no que diz respeito à contabilização no processo de reestruturação societária. A partir desta data, apenas o método *purchase* passou a ser utilizado.

Neste contexto, Schmidt e Santos (2002, p.19) esclarecem sobre os motivos que levaram o FASB a introduzir essas modificações: “[...] na essência todas as combinações de negócios são aquisições e conseqüentemente, todas essas operações devem ser consideradas da mesma maneira que outros ativos adquiridos, ou seja, com base no seu valor de troca.” Carvalho, Lemes e Costa (2006, p.58) afirmam que “uma das grandes alterações introduzidas pela IFRS 3 foi a proibição do uso do método de comunhão de interesses”

Este procedimento permitiu manter a melhor e a mais justa informação para os vários usuários das informações contábeis, sem a possibilidade de manipulação de resultados conforme interesse da empresa.

2.6.3. Método de Compra - *PURCHASE*

O método de contabilização denominado método de compra ou *purchase* caracteriza-se pela identificação dos acionistas da empresa compradora e dos acionistas da empresa adquirida. A troca de ações não existe porque os acionistas da empresa compradora não são os mesmos da empresa adquirida. O pagamento é realizado em moeda corrente, podendo ser efetuado com a emissão de ações ou títulos de dívidas.

O método *purchase*, é requerido pelo pronunciamento SFAS 141 para todas as combinações de negócios. Nesse método, os ativos adquiridos e as obrigações assumidas são registrados pelos seus valores justos e a diferença entre esses valores e o valor pago é registrada como *goodwill*.

A empresa compradora pode ser também a investidora e/ou a controladora, bem como a empresa adquirida pode ser a investida e/ou a controlada. Segundo El Hajj (1999, p. 35), *purchase* é o

[...] método contábil utilizado no reconhecimento das operações de *Business combination* como uma aquisição de uma empresa por outra. A empresa compradora registra pelo custo (valor pago) os ativos adquiridos menos os passivos assumidos, sendo a diferença entre o custo de aquisição e a soma do valor de mercado dos ativos tangíveis e intangíveis identificados menos os passivos registrados como *goodwill*. A Demonstração de Resultado da empresa compradora inclui as operações da empresa adquirida após a aquisição.

Nesse método, a base de negociação dos ativos adquiridos e passivos assumidos é o valor de mercado. Para mensurá-lo torna-se a base de cálculo para o custo de aquisição dos ativos e passivos da empresa adquirida.

Segundo El Hajj (1999, p.61), o processo contábil para as operações de reestruturação societária, deve abranger três passos, a saber:

1. determinar o custo de aquisição ou investimento (valor pago);
2. calcular a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento, alocando o custo identificável para os ativos adquiridos e passivos assumidos na base do respectivo valor de mercado na data da aquisição; e
3. reconhecer o *Goodwill* ou crédito em função da diferença entre o valor pago e o valor de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

No *purchase*, o custo de aquisição do investimento (o valor pago) deve ser definido conforme a(s) modalidade(s) de pagamento, sendo que se adicionam ao custo de aquisição todos os gastos diretos relacionados à transação como, por exemplo, o custo do projeto e os honorários pela prestação de serviço de consultores. Os gastos indiretos devem ser registrados como despesas do período.

Quanto à data de aquisição, esta deve coincidir com a data de consumação da transação, isto é, a empresa compradora recebe os ativos e passivos da empresa adquirida em troca do pagamento ou do reconhecimento das dívidas referente ao custo de aquisição (valor pago). Caso esta data não seja obedecida, é necessário um acordo formal, entre as partes relacionadas, firmando a efetiva data da transferência do controle da empresa para o adquirente.

No processo de reestruturação societária, utilizando-se o método *purchase*, se faz necessária a evidenciação de diversos aspectos, em notas explicativas, com o intuito de esclarecer aos acionistas, credores, funcionários e demais usuários das demonstrações contábeis, um melhor entendimento sobre todo o processo de reestruturação.

Segundo El Hajj (1999), estão identificados no APB 16, parágrafo 95, os aspectos necessários para a evidenciação em notas explicativas das operações efetuadas de acordo com o método *purchase*, entre eles são: o nome da empresa adquirida e descrição da operação; o método de contabilização; o custo da operação e o número de ações emitidas, se aplicável; o período a partir do qual os resultados da companhia adquirida estão incluídos na Demonstração do Resultado da empresa compradora; a descrição do plano de amortização do *goodwill*; a descrição das contingências relacionadas com a transação de compra, incluindo-se o tratamento de créditos fiscais, se existentes; e outras informações, tais como contingências, opções ou outros compromissos.

Salienta-se que, quando da utilização do processo do método *purchase*, faz-se necessária verificar e analisar minuciosamente cada conta contábil (ativas e passivas), que integram as demonstrações contábeis, facilitando averiguar as possíveis contingências, que muitas vezes não estão contabilizadas, mas podem afetar a situação financeira da empresa e, conseqüentemente, o valor do *goodwill*.

2.6.4. PUSH-DOWN ACCOUNTING

Quando o valor pago pelos ativos e pelos passivos for diferente do valor contábil, na utilização do *push-down accounting*, a SEC exige que as empresas investidas (adquiridas) reconheçam, em suas demonstrações contábeis, os efeitos das operações que foram realizadas pela investidora (compradora).

os ativos e passivos são evidenciados no Balanço Patrimonial ao valor de mercado com o respectivo ajuste de avaliação. Os efeitos sobre os itens patrimoniais serão reconhecidos, na Demonstração do Resultado do Exercício da empresa investida, no momento da realização, pois os elementos patrimoniais serão depreciados com base no valor de mercado. O impacto da apuração do resultado da empresa irá gerar efeito no cálculo da equivalência patrimonial.

Um dos critérios utilizados para contabilizar qualquer variação patrimonial de uma empresa coligada e/ou controlada é o método de equivalência patrimonial. A alteração deve ser registrada no momento da geração, nos resultados da empresa coligada e/ou controlada, independente dos dividendos serem ou não distribuídos.

Nessa situação, a empresa investida continuaria com o Balanço Patrimonial avaliado a valores contábeis, não ocorrendo alterações depois da reestruturação societária e conseqüente aquisição de seu controle.

No próximo capítulo, será analisado o impacto da adoção da IFRS 3 – *Business Combination* – nas empresas que apresentam suas demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, na bolsa de valores de Londres, no ano de 2005.

3. IMPACTO DA ADOÇÃO DAS IFRS

Com base no problema de pesquisa proposto e nos conhecimentos sintetizados na revisão da literatura, este capítulo apresenta os critérios da pesquisa realizada e a análise do impacto das IFRS no processo de *business combination* para as empresas listadas na bolsa de Londres, no segmento de petróleo, gás e energia. Além disso, apresenta os impactos no ativo das empresas para as demonstrações contábeis de transição para as IFRS.

3.1. Os Critérios da pesquisa

Todas as informações foram obtidas nos relatórios anuais de cada empresa, publicados na *home page*, no tópico de relacionamento com os investidores. Os endereços eletrônicos de cada empresa pesquisada estão relacionados na referência bibliográfica e, para facilitar futuras consultas, também a seguir.

Endereços Eletrônicos das empresas Pesquisadas		
Nº	Empresa	Endereço Eletrônico
1	ABBOT GROUP	www.abbotgroup.com/investorsrelations
2	BG GROUP	www.bgggroup.com/investors
3	BRITISH PETROLEUM	www.bp.com/investors
4	BURREN ENERGY	www.burren.co.uk/investors
5	CAIRN ENERGY	www.cairn-energy.plc.uk/investors
6	DANA PETROLEUM PLC	www.dana-petroleum.com/investorRelations
7	EMERALD ENERGY	www.emeraldenergy.com/investors
8	EXPRO GROUP	www.exprogroup.com/corpus/Investors
9	HUNTING	www.hunting.plc.uk/Investor
10	JKX OIL & GAS	www.jkx.co.uk/Investor
11	MELROSE RESOURCES	www.melroseplc.com/Investor
12	PETROFAC	www.petrofac.com/Investorsrelations
13	PREMIER OIL	www.premier-oil.com/investorsrelations
14	ROYAL DUTCH SHELL	www.shell.com/html/investor
15	SOCO INTERNATIONAL	www.socointernational.co.uk/financials/report&accounts
16	SONDEX	www.sondex.co.uk/investorsrelations
17	TULLOW OIL PLC	www.energyafrica.com/investors/reports&presentation
18	VENTURE PRODUCTION	www.vpc.co.uk/
19	WOOD GROUP (JOHN)	www.bgggroup.com/report&accounts

Na análise dos dados provenientes deste estudo, destacaram-se os processos de identificação de variáveis observadas e o impacto no valor do ativo dos grupos. Além do mais, foram identificadas as empresas britânicas, pelas seguintes critérios:

- 1) fazerem parte do mercado principal da bolsa de Londres – este é dividido em duas categorias – *Main Market* e *AIM*¹⁷;
- 2) pertencerem ao segmento de Petróleo, Gás e Energia;
- 3) adotarem pela primeira vez as normas do IASB em suas demonstrações contábeis em 2005;
- 4) terem passado pelo processo de fusão e aquisição nos últimos anos;
- 5) terem reconhecido *goodwill* – *positivo ou negativo*.

O impacto da implementação das IFRS nos relatórios financeiros das companhias da Comunidade Européia, listadas na Bolsa, foi significativo, quanto à legislação e à contabilidade fiscal, conforme a pesquisa realizada por Jermakowicz e Gornik-Tomaszewski (2006, p. 20). Os maiores desafios para a implementação da IFRS, segundo os autores, para as empresas da União Européia, consistiram nos seguintes tópicos:

1. A natureza complexa das IFRS, particularmente para grandes companhias
2. A falta de orientação para a implementação das IFRS.
3. A falta de interpretação uniforme das IFRS.
4. As regras finais não estão prontas para o fim do prazo 2005.
5. O impacto nos resultados contábeis.
6. O debate continuando da IAS 39.
7. As mudanças constantes das IFRS e a transformação das decisões do IASB em regulamentações da EU
8. A aplicação paralela com os sistemas de contabilidade nacional
9. A preparação de relatórios financeiros comparativos dos últimos anos,
10. A falta de conhecimento de IFRS entre os empregados e os auditores das empresas
11. O treinamento da equipe de funcionários e da gerência da contabilidade.
12. A mudança da mentalidade do pessoal das finanças e da estrutura de tecnologia de informações.

Ainda de acordo com os autores, muitas das companhias listadas no mercado acionário da comunidade européia continuarão a preparar os relatórios contábeis

¹⁷ AIM (*Alternative Investments Market*)– Mercado da bolsa de Londres para pequenas empresas, bem estruturadas e em crescimento, de qualquer país e de qualquer setor industrial. As atividades deste mercado iniciaram-se em 1995.

individuais, de acordo com padrões nacionais da contabilidade, visto que eles são usados para fins fiscais, cobrança de impostos, para a distribuição do lucro, e para o acompanhamento financeiro.

Com relação à percepção e aos desafios que cada empresa empreendeu para publicar as demonstrações financeiras de 2005, de acordo com as IFRS, a empresa de auditoria *PriceWaterHouseCoopers* publicou uma pesquisa,¹⁸ realizada em 2006, com 93 diretores financeiros das principais companhias listadas na bolsa de Londres. Entre elas, 40 % compõem o grupo de empresas responsáveis pelo índice FTSE 100 e 60 % o índice FTSE 250. Entre as conclusões, destaca-se que :

- algumas organizações pagaram um preço elevado para produzir os relatórios financeiros em IFRS, no prazo determinado pelo IASB. De uma base de 93 empresas, 2% delas gastaram mais de £ 5 milhões para convergir as normas contábeis para as IFRS e 10% delas mais de £1 milhão de Libras;
- dentre as normas que mais exigiram recursos financeiros e de pessoal destacam-se: os instrumentos financeiros com 37% destes recursos, as opções de compras de ações com 26% e os ajustes de *Business combination* com 4%, uma das mais baixas.
- as equipes de funcionários podem não ter adquirido a experiência necessária para continuar com a publicação dos relatórios financeiros em IFRS, só com recursos internos.
- Perguntados sobre o uso das IFRS para toda a organização, e não só para os demonstrativos consolidados, 42 % responderam já ter adotado o conjunto das normas para propósitos gerenciais internos e externos; e 29 por cento já utilizam as IFRS para as subsidiárias.
- Todos os participantes da pesquisa apóiam o uso do mesmo conjunto de GAAP para pequenas e grandes companhias britânicas, mesmo que haja exceções para as pequenas. Em fevereiro de 2007, o IASB publicou a norma para pequenas e médias empresas.

Sendo assim, este estudo buscará relacionar estes resultados com os dados encontrados nesta pesquisa e nas variáveis observadas para as empresas

¹⁸ Embracing Changes, disponível no endereço eletrônico: www.pwc.com/uk/ifrs

Britânicas, do segmento de Petróleo, Gás e Energia, do mercado principal da Bolsa de Valores de Londres.

3.2. Amostra das empresas

Nesta seção, serão apresentados, a partir da seleção do quadro 03, alguns dados das 19 empresas objeto do estudo, com base nos critérios definidos, quais sejam: a data de adoção das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, a utilização das exceções da IFRS 1, a participação em fusões e aquisições e o valor do *goodwill* proveniente das reestruturações societárias.

Nº	Empresa	Sub-setor	País de Origem	Mercado	Capital de Mercado - £m
1	ROYAL DUTCH SHELL	Integração de Petróleo e Gás	UK	UK Listed	117.610,42
2	BRITISH PETROLEUM	Integração de Petróleo e Gás	UK	UK Listed	115.476,90
3	BG GROUP	Integração de Petróleo e Gás	UK	UK Listed	22.567,60
4	CAIRN ENERGY	Exploração & Produção	UK	UK Listed	2.964,21
5	TULLOW OIL PLC	Exploração & Produção	UK	UK Listed	2.353,16
6	WOOD GROUP (JOHN)	Equipamentos & Serviços	UK	UK Listed	1.181,67
7	BURREN ENERGY	Exploração & Produção	UK	UK Listed	1.177,04
8	PETROFAC	Equipamentos & Serviços	UK	UK Listed	1.074,31
9	SOCO INTERNATIONAL	Exploração & Produção	UK	UK Listed	1.071,51
10	DANA PETROLEUM PLC	Exploração & Produção	UK	UK Listed	992,45
11	VENTURE PRODUCTION	Exploração & Produção	UK	UK Listed	983,81
12	PREMIER OIL	Exploração & Produção	UK	UK Listed	851,20
13	EXPRO INTERNATIONAL GROUP	Equipamentos & Serviços	UK	UK Listed	722,47
14	ABBOT GROUP	Equipamentos & Serviços	UK	UK Listed	653,55
15	HUNTING	Equipamentos & Serviços	UK	UK Listed	576,64
16	JKX OIL & GAS	Exploração & Produção	UK	UK Listed	442,54
17	MELROSE RESOURCES	Exploração & Produção	UK	UK Listed	389,97
18	SONDEX	Equipamentos & Serviços	UK	UK Listed	154,71
19	EMERALD ENERGY	Exploração & Produção	UK	UK Listed	112,04

Quadro 03: Empresas Britânicas listadas no setor principal da Bolsa de Londres, no setor de Petróleo, Gás e Energia.

Fonte: www.londonstockexchange.com

O quadro 03 mostra as empresas objeto de pesquisa divididas em três subsetores: Exploração e Produção, Equipamentos e Serviços e Integração de Petróleo e Gás. Verifica-se, também, que o volume de capital negociado no mercado acionário, em milhões de Libras Esterlinas, é bastante diverso.

Como os relatórios financeiros destas empresas são auditadas pelos maiores empresas do segmento do mundo e, no ano de 2005, obedeceram às Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, apresenta-se no quadro 04, as empresas de auditorias que fiscalizaram cada grupo pesquisado.

Empresas de auditoria	Grupos auditados
PriceWaterhouseCoopers LLP	Abbot Group, BG Group, Hunting, Royal Dutch Shell, Venture, John Wood group
Ernest & Young LLP	British Petroleum, Cairn Energy, Dana Petroleum, Emerald Energy, JXX Oil e Gas, Petrofac, Sondex
Deloitte & Touche LLP	<i>Burren</i> Energy, The Expro Group, Premier Oil, Soco International, Tullow Oil
KPMG Audit Plc	Melrose Resources

Quadro 04: As Empresas de Auditoria

Nota-se que para o segmento de petróleo, gás e energia objeto de estudo desta pesquisa, a empresa de auditoria com maior número de clientes foi a empresa Ernest & Young LLP, com sete (7) empresas.

3.3. Dados das Empresas

No quadro 05 são apresentados alguns dados das empresas selecionadas nas quais foi verificado o impacto das IFRS, como: receita de vendas, lucro líquido, lucro por ações, valor do patrimônio e o patrimônio líquido, obtido das demonstrações contábeis de 2005.

Classificação das empresas							
Nº	Nome Empresa	Receita Vendas	Lucro Líquido	Lucro por Ação	Total do Ativo	Patrimônio Líquido	Número de Empregados
		milhões	milhões	Pounds	milhões	milhões	2005
1	ABBOT GROUP ^a	376.976	7.647	9,60	565.622	160.084	4.600
2	BG GROUP ^a	5.612	1.568	43,20	11.300	6.280	5.363
3	BRITISH PETROLEUM ^b	253.621	22.632	105,74	206.914	80.765	96.200
4	BURREN ENERGY ^b	390.333	220.929	159,04	586.103	472.368	^c
5	CAIRN ENERGY ^b	262.562	79.072	50,37	1.014.012	757.598	^c
6	DANA PETROLEUM PLC ^a	165.625	64.155	80,13	435.539	270.675	^c
7	EMERALD ENERGY ^b	32.079	4.239	8,24	55.633	42.039	33
8	EXPRO INTERNATIONAL GROUP ^a	211.273	9.559	13,50	92.440	70.515	^c
9	HUNTING ^a	1.521.900	26.200	21,20	694.700	183.600	2.350
10	JKX OIL & GAS ^b	82.900	37.229	25,15	166.867	148.306	337
11	MELROSE RESOURCES ^b	94.506	22.407	28,90	275.615	163.564	^c
12	PETROFAC ^b	1.485.000	75.400	24,80	986.650	195.127	6.600
13	PREMIER OIL ^b	359.400	38.600	47,00	842.700	376.100	^c
14	ROYAL DUTCH SHELL ^b	306.731	26.261	3,79	219.516	97.924	109.000
15	SOCO INTERNATIONAL ^b	57.160	20.477	29,30	284.508	266.239	^c
16	SONDEX ^a	31.713	1.250	4,70	79.910	49.658	450
17	TULLOW OIL PLC ^a	445.200	98.581	17,50	389.019	113.136	200
18	VENTURE PRODUCTION ^a	164.103	31.098	25,30	551.815	133.832	^c
19	WOOD GROUP (JOHN) ^b	2.761,9	83,6	16,40	1.130.600	700.900	19.000

Quadro 05 - Classificação das Empresas em 2005

Fonte: Bolsa de Valores de Londres (2006)

a) Libra Esterlina

b) Dólar Americano

c) Sem número de funcionários

Os espaços em branco no número de funcionários referem-se a dados não disponíveis nos relatórios financeiros e nem nos endereços eletrônicos da empresa. Em seguida, serão referidas as informações obtidas sobre cada empresa, objeto do estudo, e o impacto sobre as demonstrações financeiras com a adoção das IFRS, no Balanço Patrimonial de Abertura e Anual das empresas em IFRS. Ressalta-se que os Relatórios Contábeis estarão expressos em moeda Norte-Americana ou em moeda Britânica, sendo representados, respectivamente, pelos símbolos, em dólares, por “U\$”, e em Libras Esterlinas por “£ 000” ou somente por “£”.

3.4. As Empresas e as IFRS

Nesta seção serão apontados os impactos nas demonstrações financeiras com a adoção das IFRS para as empresas britânicas de petróleo, gás e energia, listadas na Bolsa de Valores de Londres. Cada subseção refere-se a uma empresa, de acordo com o quadro 05 acima.

Antes das observações sobre cada companhia e quais normas adotaram no processo de convergência da norma local para as IFRS, indicaremos, os pronunciamentos emitidos pelo IASB, que puderam ser observados na pesquisa.

3.4.1. *Abbot Group*

O endereço oficial do Abbot Group na *internet* informa que ele constrói plataformas fixas de perfuração de petróleo no mar do norte do Reino Unido e é o maior construtor deste produto fora das Américas. Além disto, é um dos líderes no comércio de perfuração e operação dessas plataformas. O grupo conta com mais de 4.600 funcionários no mundo, centralizados, especialmente, na Rússia, na Região do Mar Cáspio, na Líbia e no Oriente Médio, no entanto, a matriz está localizada em Aberdeen, Escócia. As atividades do grupo estão centradas, quase exclusivamente, em torno de sua subsidiária principal KCA DEUTAG.

Os relatórios financeiros consolidados do grupo foram preparados conforme as IFRS, em 2005. O ano de adoção delas foi 2004, em que foi preparado o balanço de abertura em 01 de Janeiro e nos demonstrativos financeiros em 31/12/04. Ainda de acordo com o Relatório Anual de 2005, a adoção das IFRS não causou efeitos materiais nos demonstrativos financeiros do grupo.

No processo de transição para as IFRS, a empresa, normalmente, deve aplicar a nova norma retrospectivamente aos demonstrativos financeiros, a não ser nos casos em que as exceções previstas pela IFRS 1 sejam recomendadas. O grupo apresentou um resumo com as principais normas adotadas na transição, são elas:

- IFRS 3 - Combinações de Negócios

- IAS 19 – Benefícios de Empregados
- IAS 21 – Efeitos de Mudanças em Taxas Cambiais
- IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e Divulgação

Os seguintes dados fornecem um resumo dos efeitos no patrimônio líquido do grupo na reconciliação entre IFRS e UKGAAP, realizada nos valores do Patrimônio Líquido, em Janeiro e Dezembro de 2004.

Resumo do Patrimônio Líquido	1 Janeiro 2004 £ 000	31 Dezembro 2004 £ 000
Patrimônio Líquido Total em UK GAAP	147.049	153.257
Reversão da Amortização do <i>Goodwill</i> (<i>impairment</i> líquido)	-	5.227
Amortização dos Ativos Intangíveis (reclassificação do <i>goodwill</i>)	-	(256)
Reconhecimento de déficit de pensão líquido	(8.544)	(12.397)
Reversão dos Impostos diferidos do déficit de pensão em UK GAAP	(780)	(560)
Reversão dos dividendos propostos das ações ordinárias	5.460	5.627
Patrimônio Líquido Total em IFRS	143.185	150.898

Quadro 06: Reconciliação do Patrimônio Líquido de UK GAAP para IFRS
Fonte: Grupo Abbot (2005)

No Balanço de Abertura do grupo em IFRS, verifica-se que os ajustes principais referem-se às obrigações com benefícios de aposentadorias e com pagamento de dividendos propostos. Esses ajustes reduziram os lucros acumulados em £3.864.000 libras Esterlinas e não houve variação no valor do *goodwill*. Estes impactos estão demonstrados no quadro 07.

No Balanço anual de 2004, houve uma redução de £2.359.000 libras nos valores do patrimônio líquido, conforme apresentado no quadro 08.

RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
em Janeiro de 2004 (data transição)

	UK GAAP	Efeitos da transição para IFRS	
	£ '000	£ '000	£ '000
Ativos Não Correntes			
Imobilizado	133,119	-	133,119
<i>Goodwill</i>	70,673	-	70,673
Ativos Intangíveis	88	-	88
Investimentos	57	-	57
Ativos Fiscais diferidos	1,083	-	1,083
	205,020	-	205,020
Ativos Correntes			
Estoques	17,612	-	17,612
Clientes e outros Recebíveis	107,423	(900)	107,423
Caixa e equivalentes de Caixa	16,095	-	16,095
	141,130	(900)	140,230
Total Ativos	346,150	(900)	345,250
Passivo Corrente			
Fornecedores e outros	(86,134)	5,460	(80,674)
Passivos Fiscais	(4,961)	-	(4,961)
Empréstimos	(16,174)	-	(16,174)
Provisões e outros passivos	(6,181)	-	(6,181)
	(113,450)	5,460	(107,990)
Ativos Correntes Líquidos	27,680	4,560	32,240
Passivos Não Correntes			
Empréstimos	(22,872)	-	(22,872)
Passivos Fiscais diferidos	(1,126)	120	(1,006)
Obrigações com benefícios de Empregados	(40,590)	(8,544)	(49,134)
Provisões e outros Passivos	(21,063)	-	(21,063)
	(85,651)	(8,424)	(94,075)
Total Passivo	(199,101)	(2,964)	(202,065)
Ativos Líquido	147,049	(3,864)	143,185
Capital e Reservas			
Capital em Ações Resgatadas	26,375	-	26,375
Ágio de Ações	90,123	-	90,123
Lucros Acumulados	30,590	(3,864)	26,726
	147,088	(3,864)	143,224
Participações de Minoritários	(39)	-	(39)
Patrimônio Líquido Total	147,049	(3,864)	143,185

Quadro 07: Balanço Patrimonial Grupo *Abbot* em 1/01/2004.
Fonte: Grupo *Abbot* (2005)

No Balanço anual de 2004, houve uma redução de £2.359.000 libras nos valores do patrimônio líquido, conforme apresentado no quadro 08. Os principais ajustes foram:

Balanço Patrimonial em 31 Dezembro 2004			
	UK GAAP	Transição para IFRS	IFRS
	£ '000	£ '000	£ '000
Ativos Não Correntes			
Imobilizado	155,903	-	155,903
<i>Goodwill</i>	78,793	4,693	83,486
Ativos Intangíveis	261	278	539
Investimentos	257	-	257
Ativos Fiscais diferidos	1,161	-	1,165
	236,379	4,791	241,350
Ativos Correntes			
Estoques	20,304	-	20,304
Clientes e outros Recebíveis	79,007	(800)	78,207
Caixa e equivalentes de Caixa	28,568	-	28,568
	127,879	(800)	127,079
Total Ativos	364,258	4,171	368,429
Passivo Corrente			
Fornecedores e outros	(71,273)	5,627	(65,646)
Passivos Fiscais	(9,741)	-	(9,741)
Empréstimos	(31,331)	-	(31,331)
Provisões e outros passivos	(2,386)	-	(2,386)
	(114,731)	5,627	(109,104)
Ativos Correntes Líquidos	13,148	4,827	17,975
Passivos Não Correntes			
Empréstimos	(41,087)	-	(41,087)
Passivos Fiscais diferidos	(1,405)	240	(1,165)
Obrigações com benefícios de Empregados	(41,405)	(12,397)	(53,802)
Provisões e outros Passivos	(12,373)	-	(12,373)
	(96,270)	(12,157)	(108,427)
Total Passivo	(211,001)	(6,530)	(217,531)
Ativos Líquido	153,257	(2,359)	150,898
Capital e Reservas			
Capital em Ações Resgatadas	26,375	-	26,375
Ágio de Ações	90,123	-	90,123
Outras Reservas	521	(54)	467
Lucros Acumulados	36,252	(2,305)	33,947
	153,271	(2,359)	150,912
Participações de Minoritários	(14)	-	(14)
Patrimônio Líquido Total	153,257	(2,359)	150,898

Quadro 08: Ajustes no Patrimônio Líquido em 31/12/04
 Fonte: Grupo *Abbot* (2005)

A reversão da amortização do *goodwill* aumentou os ativos líquidos em £5.671.000. Este valor foi compensado pelo reconhecimento de £534.000 em *impairment*, sob IFRS em 31 de dezembro de 2004. As IFRS requerem que os Ativos intangíveis e o seu valor justo, desde que possam ser confiavelmente mensurados, sejam reconhecidos separadamente do *goodwill*. Um valor de £534.000 foi realocado do *goodwill* para os ativos intangíveis. Esse se refere à aquisição da empresa IADC Ltda, em novembro 2004. Em 31 de dezembro de 2004, o grupo reconheceu a amortização dos ativos intangíveis adquiridos no valor de £278.000.

Sob as IFRS, as obrigações com benefício de aposentadoria devem ser reconhecidas no balanço de transição. Isto causou uma redução £12.397.000 nos lucros acumulados do grupo em, 31 de dezembro de 2004. Os ajustes referentes à distribuição de dividendos propostos realizados no Balanço patrimonial, após o fechamento, sob IFRS, aumentaram os ativos líquidos em £5.627.000, em 31 de dezembro 2004. O grupo, então, optou por reconhecer todos os ganhos e as perdas atuariais na Demonstração de Resultados.

Demonstração de Resultados do Exercício em 31/12/04			
	UK GAAP	Transição para IFRS	IFRS
	£ '000	£ '000	£ '000
Receita de Vendas	366.954	-	366.954
Custos de vendas	(304.157)	-	(304.157)
Lucro Bruto	62.797	-	62.797
Despesas Operacionais	(39.234)	4.300	(34.934)
Perdas com Sócios	(245)	-	(245)
Lucro Operacional	23.318	4.300	27.618
Custos Financeiros	(2.278)	-	(2.278)
Lucros Financeiros	815	-	815
Lucro Antes dos Impostos	21.855	4.300	26.155
Impostos	(8.070)	120	(7.950)
Lucro do Período	13.785	4.420	18.205

Quadro 09: Reconciliação do Lucro Líquido em 31/12/04
Fonte: Grupo *Abbot* (2005)

Na Demonstração de Resultado do Exercício de 31/12/04, os seguintes ajustes foram realizados na conta de despesas operacionais: em primeiro lugar, o *goodwill* sob as IFRS, está sujeito ao teste de *Impairment*, desta forma, o impacto da reversão da amortização do *goodwill* aumentou os lucros do período em £ 5.668.000, sendo compensado pelo reconhecimento de £534.000 em *impairment*. Depois, o valor de £560.000 foi realocado do *goodwill* para os ativos intangíveis e a amortização, no valor de £260.000, foi reconhecida nessa data. Por fim, os ajustes dos ganhos e das perdas atuariais foram reconhecidos na demonstração de Resultados, aumentando as despesas com pensões no período em £ 674.000. E ainda, os pagamentos adiantados de pensão em UK GAAP foram baixados, e o imposto diferido aumentou o lucro do período em £ 220.000, em 31 de dezembro 2004.

3.4.2. BG Group

O Grupo BG é líder mundial na extração, transmissão e distribuição de gás natural. O *site* oficial do grupo BG informa que o gás natural é o combustível fóssil mais limpo e menos prejudicial ao ambiente e que o objetivo principal do grupo consiste em transformar esse combustível, com a cooperação de governos, de acionistas e de outras partes interessadas, no mais usado no mercado mundial.

O grupo tem sede em *Reading*, na Inglaterra, mas atua em vários países da Europa, da América do Sul, inclusive no Brasil, da Ásia, do Mediterrâneo, da África, da América do Norte e no Caribe. Possuía, cerca de, 5363 funcionários, em 2005.

As Demonstrações Financeiras do grupo foram publicadas em IFRS, em 31 de dezembro 2005, e o balanço de transição para as IFRS em 1 de janeiro de 2003, pois o grupo publica sempre dados de dois anos para comparação. O grupo adotou as orientações previstas pela IFRS 1, sendo que as principais diferenças foram causadas pelas:

- IFRS 3 – Combinações de negócios – o valor atual dos ativos não foram reajustados na data de transição.
- IAS 19 – Benefícios de Empregados – o reconhecimento de perdas e ganhos atuariais.

- IAS 21 – os efeitos de Mudanças em Taxas Cambiais foram zerados.
- IAS 32 E 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – normas adotadas somente a partir 01 de janeiro de 2005.

BALANÇO PATRIMONIAL						
Grupo BG	1 de Janeiro de 2003			31 de Dezembro de 2003		
	UK GAAP	Efeitos da transição	IFRS	UK GAAP	Efeitos da transição	IFRS
	£ `000	£ `000	£ `000	£ `000	£ `000	£ `000
Ativos						
Ativos Não correntes						
Goodwill	252	-	252	252	17	269
Outros Ativos Intangíveis	561	-	561	588	(387)	201
Imobilizado	4.102	(75)	4.027	4.020	(88)	3.932
Investimentos	733	(6)	727	1.028	(14)	1.014
Outros Investimentos	9	-	9	10	-	10
Ativos Fiscais Diferidos	24	14	38	22	15	37
Clientes e outros Recebíveis	69	-	69	66	-	66
	5.750	(67)	5.683	5.986	(457)	5.529
Ativo corrente						
Estoques	105	-	105	119	-	119
Clientes e outros Recebíveis	661	(19)	642	749	(30)	719
Caixa e equivalentes de Caixa	268	-	268	313	-	313
	1,034	(19)	1,015	1.181	(30)	1.151
Ativos Classificados Venda				-	449	449
Total dos Ativos	6,783	(86)	6,697	7.167	(38)	7.129
Passivo						
Passivo Corrente						
Empréstimos	(580)	-	(580)	(495)	-	(495)
Obrigações e Outros	(901)	69	(832)	(880)	142	(738)
Passivos Fiscais Diferidos	(98)	-	(98)	(108)	-	(108)
	(1,579)	69	(1 510)	(1.483)	142	(1.341)
Passivo Não Corrente						
Empréstimos	(690)	-	(690)	(539)	-	(539)
Fornecedores e outros	(190)	93	(97)	(154)	80	(74)
Passivos Fiscais	(645)	(60)	(705)	(715)	(79)	(794)
Obrigações com benefícios de Aposentadorias	(70)	(47)	(117)	(73)	(50)	(123)
Provisões e outros Passivos	(261)	-	(261)	(287)	-	(287)
	(1,856)	(14)	(1,870)	(1.768)	(49)	(1.817)
Passivos associados venda					(56)	(56)
Total do Passivo	(3,435)	55	(3,380)	(3.251)	37	(3.214)
Ativos Líquidos	3,348	(31)	3,317	3.916	(1)	3.915
Patrimônio Líquido						
Ações Ordinárias	353	-	353	353	-	353
Prêmio de Ações	45	-	45	47	-	47
Reservas	-	-	-	-	(34)	(34)
Outras Reservas	1,702	-	1,702	1.702	-	1.702
Lucros Acumulados	1,224	(23)	1,201	1.823	33	1.856
	3,324	(23)	3,301	3.925	(1)	3.924
Participação dos Minoritários	24	(8)	16	(9)	-	(9)
Total do Patrimônio Líquido	3,348	(31)	3,317	3.916	(1)	3.915

Quadro 10: Balanço Patrimonial Grupo BG em 1/01/2003
Fonte: BG Group (2005)

O impacto da adoção das IFRS, no balanço de abertura em 2003, causou ajustes no patrimônio líquido do grupo no valor de £31.000 milhões de Libras. Sob UK GAAP, era de £3.348.000 e, em IFRS ficou em £3.317.000. Esta diminuição foi causada pelos seguintes fatores:

- IAS 19 - Pensões de Empregados - (redução £ 33 milhões de Libras)
- Compra ou venda da Power Premier - (aumento de £ 22 milhões de Libras)
- IAS 12 – Impostos Diferidos- (Perda de £ 54 milhões de Libras)
- IFRS 2 – Dividendos - (Ganho de £ 55 milhões de Libras)
- Balanços Regulatórios - (redução de £ 19 milhões de Libras)
- Outros - (redução de £ 2 milhões de Libras)

3.4.3. *British Petroleum* - BP

O grupo *British Petroleum* opera globalmente, com atividades de negócio e clientes, em mais de 100 países da Europa, nos Estados Unidos, no Canadá, na Rússia, na América do Sul, na Austrália, na Ásia e na África. Os interesses de exploração e de produção de petróleo e gás estão em 26 países. Apenas 40% dos ativos fixos do grupo estão situados nos Estados Unidos, 25% no Reino Unido e o restante na Europa. A BP é organizada em três segmentos de negócio: a exploração e produção, o desenvolvimento e o transporte do gás e o processamento e o refino de petróleo e de gás natural.

O grupo preparou suas Demonstrações Financeiras de acordo com as IFRS, com base nos dados de 31 de dezembro 2004. A data de transição para as IFRS foi 1 de janeiro de 2004, e o grupo adotou os princípios previstos pela IFRS 1. As demonstrações financeiras são registradas em dólar norte americano.

Os relatórios financeiros consolidados da empresa foram preparados conforme as IFRS, em 2005, em dólares americanos, mas os relatórios das subsidiárias obedecem aos princípios UK GAAP. O grupo usou a exceção de não aplicar a IFRS 3 para a aquisição de subsidiárias para as transações realizadas

antes de Janeiro de 2003 e ainda utilizou as seguintes exceções permitidas pela IFRS 1:

- IAS 32 - Instrumentos Financeiro: Divulgação e apresentação' (IAS 32) e
- IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração em 1 de Janeiro de 2005.
- IFRS 3 - combinações de negócio do não foram aplicadas às aquisições das subsidiárias ou de entidades sob controle comum.
- IAS 21 - As diferenças cumulativas da conversão da moeda corrente da libra para dólar foram zeradas, em 1 janeiro 2003.
- IAS 19 - O grupo reconheceu todos os ganhos e as perdas atuariais acumulados referentes às pensões e em outros benefícios com aposentadoria, em 1 janeiro 2003
- IFRS 2 - o pagamento com base em ações

As diferenças principais na apresentação das demonstrações financeiras em UK GAAP e IFRS são as seguintes: (1) cessar a amortização do *goodwill*; (2) ajustar os impostos diferidos provenientes das aquisições; as diferenças na avaliação dos estoques; o salário de subsidiárias e de entidades conjuntamente controladas; (3) débito de valores maiores como custos de manutenção; (4).não reconhecer os dividendos propostos como obrigações no Balanço Patrimonial; (5) reconhecer como despesa do valor justo das opções de compra dos empregados; (6) reconhecer o valor justo das swaps; (7) reconhecer mudanças no valor justo dos derivativos na demonstração de resultados.

	31 Dezembro 2004 U\$ 000	31 Dezembro 2003 U\$ 000
Lucro antes da adoção das IFRS	15.961	10.652
Patrimônio Líquido	(43)	
Amortização do <i>Goodwill</i>	1.489	1.376
IAS 12 - Imposto de Renda	(74)	708
Maior custos de Exploração	(217)	(120)
IFRS 2 - Pagamento com base em Ações	(24)	(39)
Swaps	39	2
Perdas com vendas	78	
Outros Ajustes	53	39
Lucro após a adoção das IFRS	17.262	12.618

Quadro 11: Ajustes no Lucro do ano em 2003 e 2004
Fonte: BP (2005)

Em 2004, a companhia realizou várias aquisições, no total de \$ 84 milhões. No entanto, os valores de *fair value* para ajustes foram insignificantes para os ativos e passivos adquiridos. O valor de *Goodwill* proveniente dessa aquisição totalizou U\$27 milhões. Houve também um *goodwill* adicional de U\$59 milhões, provenientes da aquisição da *Solvay*. Todas as combinações de negócio foram contabilizadas pelo método de Compra, e o valor justo dos ativos fixos tangíveis foi estimado pelo valor presente líquido dos fluxos futuros de caixa.

GOODWILL - U\$ milhão	2005	2004	2003
Custos			
Em 01 de Janeiro	11.182	10.592	10.440
Ajustes de Câmbio	(488)	332	476
Aquisições	86	328	5
Ajustes de <i>Fair Value</i>	-	-	(289)
Amortizações	(409)	(70)	(40)
Em 31 de Dezembro	10.371	11.182	10.592
Perdas por <i>Impairment</i>			
Em 01 de Janeiro	325	-	-
Ajustes de Câmbio	-	-	-
<i>Impairment</i> no Ano	59	325	-
Amortizações	(384)	-	-
Em 31 de Dezembro	-	325	-
Valor Contábil em 31 Dezembro	10.371	10.857	10.592

Quadro 12: valores de *Goodwill* ajustados em IFRS
Fonte: BP (2005)

3.4.4. *Burren Energy*

O grupo *Burren energy* trabalha com a exploração e produção de petróleo em quatro grandes regiões do mundo: Mar Cáspio, Oeste da África, no Oriente Médio e na Índia.

No processo de transição para as IFRS, o grupo ajustou o balanço patrimonial de 01 de janeiro de 2004, fazendo dele o balanço de abertura em IFRS. Além disso, mudou a moeda de apresentação das demonstrações financeiras de libras esterlinas para dólar americano. O quadro 13 mostra as alterações no valor do patrimônio líquido, com a diminuição dos lucros Acumulados, em U\$ 5.955 milhões, no processo de adoção das IFRS.

Nesta demonstração, o grupo não separou os valores dos ativos intangíveis e do *goodwill* conforme recomenda a IFRS 3.

Balço Patrimonial de Abertura em IFRS				
(1 Janeiro de 2004)				
	UK GAAP	UK GAAP	Efeito da Transição para IFRS	IFRS
	£ '000	US\$ '000	US\$ '000	US\$ '000
Ativos				
Ativos Não correntes				
Ativos Intangíveis e outros goodwill	818	1,461	2,329	3,79
Imobilizado	-	-	173,422	173,422
Ativos Fixos Tangíveis	<u>98.860</u>	<u>176.542</u>	<u>-176.542</u>	<u> </u>
	99,678	178,003	(791)	177,212
Ativo Circulante				
Estoques	490	876	-	876
Clientes e outros Recebíveis	7,398	13,211	-	13,211
Caixa e equivalentes de Caixa	<u>20.788</u>	<u>37.123</u>	<u>-</u>	<u>37.123</u>
	28,676	51,210	 	51,210
Total Ativo	<u>128.354</u>	<u>229.213</u>	<u>(791)</u>	<u>228.422</u>
Passivo				
Passivo Circulante				
Fornecedores e outra Obrigações	(14,783)	(26,399)	303	(26,096)
Contratos derivativo de preço petróleo	-	-	(5,467)	(5,467)
Empréstimos de Curto Prazo	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
	(14,783)	(26,399)	(5,164)	(31,563)
Passivo não corrente				
Empréstimos	(3,159)	(5,641)	-	(5,641)
Provisões	(1,982)	(3,540)	-	(3,540)
	<u>(5.141)</u>	<u>(9.181)</u>	<u> </u>	<u>(9.181)</u>
Total Passivo	<u>(19.924)</u>	<u>(35.580)</u>	<u>(5.164)</u>	<u>(40.744)</u>
Ativos Líquidos	<u>108.43</u>	<u>193.633</u>	<u>(5.955)</u>	<u>187.678</u>
Patrimônio Líquido				
Capital em Ações	25,028	44,695	-	44,695
Prêmio em Ações	48,746	87,50	-	87,050
Outras Reservas	1,734	3,096	-	3,096
Reservas Fusão	(7,121)	12(716)	-	(12,716)
Reservas de Reavaliação	16,630	28,805	-	28,805
Ações a ser emitids	-	-	20	20
Lucros e Prejuízos Acumulados	<u>23.913</u>	<u>42.703</u>	<u>(5.975)</u>	<u>36.728</u>
Total Patrimônio Líquido	<u>108.430</u>	<u>193.633</u>	<u>(5.955)</u>	<u>187.678</u>

Quadro 13: Balço patrimonial de Abertura do grupo *Burren* em IFRS
Fonte: *Burren* (2005)

Os quadros 13 e 14 apresentam a Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado com os impactos ocorridos, em 2004, no processo de convergência para as IFRS.

Balanço Patrimonial Consolidado				
(31 Dezembro de 2004)				
	UK GAAP	UK GAAP	Efeito da	IFRS
	£ '000	U\$ '000	Transição	U\$ '000
			para IFRS	
			U\$ '000	U\$ '000
Ativos				
Ativos Não correntes				
Ativos Intangíveis e outros goodwill	1.982	3.796	4.585	8.381
Imobilizado	-	-	253.826	253.826
Ativos Fixos Tangíveis	135.594	259.783	(259.783)	-
	137.576	263.579	(1.372)	262.207
Ativo Circulante				
Estoques	529	1.015	-	1.015
Clientes e outros Recebíveis	19.664	37.673	-	37.673
Caixa e equivalentes de Caixa	20.858	39.962	-	39.962
	41.051	78.650	-	78.650
Total Ativo	178.627	342.229	(1.372)	340.857
Passivo				
Passivo Circulante				
Fornecedores e outra	(26.699)	(51.150)	7.550	(43.600)
Contratos derivativo de preço	-	-	(10.528)	(10.528)
Empréstimos de Curto Prazo	(303)	(580)	-	(580)
	(27.002)	(51.730)	(2.978)	(54.708)
Passivo não corrente				
Empréstimos	(2.151)	(4.121)	-	(4.121)
Provisões	(10.057)	(19.268)	-	(19.268)
	(12.208)	(23.389)	-	(23.389)
Total Passivo	(39.210)	(75.119)	(2.978)	(78.097)
Ativos Líquidos	139	267.110	(4.350)	262.760
Patrimônio Líquido				
Capital em Ações	23.706	45.419	-	45.419
Prêmio em Ações	45.623	87.409	-	87.409
Outras Reservas	1.616	3.096	-	3.096
Reservas Fusão	(6.638)	(12.716)	-	(12.716)
Reservas de Reavaliação	14.247	27.295	-	27.295
Ações a ser emitidas	3.892	7.457	(3.093)	4.364
Lucros e Prejuízos Acumulados	56.971	10.915	(1.257)	9.658
Total Patrimônio Líquido	139.417	267.110	(4.350)	262.760

Quadro 14: Balanço Patrimonial Consolidado, em IFRS, 2004.

Fonte: *Burren* (2005)

Além das alterações no balanço de abertura, os principais impactos em 2004 podem ser resumidos pela:

- Mudança da moeda corrente de libra esterlina para dólar americano;
- Redução de 4% no preço das ações após a convergência para IFRS;
- Redução do lucro líquido de 2004 em U\$ 2.800 milhões, principalmente proveniente da adoção das IAS 32 E 39, o que ocasionou perdas de *hedge* no valor de U\$ 5.100 milhões; depreciação adicional do campo de exploração no Congo, no valor de U\$ 600 milhões e baixa de U\$ 2.800 milhões pela diminuição de incentivos em opções de ações;
- Redução do patrimônio líquido do grupo pela reclassificação dos custos pré-operacionais como ativos intangíveis e pela baixa dos custos de pré-licença de exploração, no valor de U\$ 0.5m;
- O fluxo de caixa alterou a forma de apresentação.

Demonstração de Resultados de Exercícios Consolidado				
(31 Dezembro de 2004)				
	UK GAAP	UK GAAP	Efeito da Transição para IFRS	IFRS
	£ '000	U\$ '000	U\$ '000	U\$ '000
Recita de Vendas	87.102	159.884	25.903	185.787
Custos da Vendas				
Depreciação	(16.133)	(29.613)	(569)	(30.182)
Perdas nos Contratos de Derivativos	-	-	(30.964)	(30.964)
Outros Custos de Vendas	(14.461)	(26.720)	-	(26.720)
Total custo de vendas	(30.594)	(56.333)	(31.533)	(87.866)
Lucro Bruto	56.568	103.551	(5.630)	97.921
Despesas Administrativas				
Incentivos de Programa aposentadorias	(4.537)	(8.328)	2.810	(5.518)
Outras despesas Administrativas	(2.931)	(5.205)	-	(5.205)
Total despesas administrativas	(7.468)	(13.533)	2.810	(10.723)
Outras Despes Operacionais				
Baixa de Custos de Pré-licença	-	-	(12)	(12)
Lucro Operacional	49.040	90.018	(2.832)	87.186
Juros e resultado de Investimentos	370	678	-	678
Custos Financeiros	(932)	(1.709)	-	(1.709)
Lucro Antes dos Impostos	48.478	88.987	(2.832)	86.155
Impostos	(9.669)	(17.748)	-	(17.748)
Lucros do ano				
Lucros Titulares Empresa	38.809	71.239	(2.832)	68.407
Dividendos Propostos	(4.113)	(7.550)	7.550	-
Lucros Retidos no Ano	34.696	63.689	4.718	68.407

Quadro 15: Demonstração de Resultado de Exercícios em 31/12/04
Fonte: *Burren* (2005)

O grupo destacou ajustes referentes ao *goodwill* proveniente de aquisições em anos anteriores a 2005. O fluxo de caixa do grupo não foi alterado.

3.4.5. Cairn Energy

O grupo Escocês Cairn Energy de exploração, produção e distribuição de petróleo e gás tem suas principais atividades localizadas na Índia. As demonstrações financeiras foram preparadas em IFRS a partir de 2005 e o balanço inicial foi elaborado em janeiro de 2004. As demonstrações são registradas em libras esterlinas. O grupo conta com uma equipe de, aproximadamente, 639 funcionários.

O grupo conta com várias *joint ventures* para realizar suas operações e todas as combinações de negócios, efetuada antes de 01 de janeiro de 2004, não foram revistas, de acordo com as exceções permitidas pela IFRS 1. O imposto diferido passivo foi reconhecido a partir dos ajustes do *fair value* proveniente das combinações de negócios, de acordo com a IAS 12. Entre as exceções, o grupo também recorreu às seguintes:

- Os valores dos ativos tangíveis e intangíveis foram reajustados a *fair value*;
- As diferenças de mudanças de taxas cambiais foram zeradas em 31/12/2003.
- Os relatórios financeiros de abertura contemplaram a IFRS 6 - referente à exploração e avaliação de recursos Minerais.

Os custos de exploração e avaliação de recursos naturais não puderam mais ser contabilizados como ativos de exploração e, portanto, foram ajustados em £ 18.671 milhões de libras, em 2003. Com isso, em 2004, o grupo aumentou os custos de exploração em £ 37 mil. Quaisquer ajustes desta natureza e/ou referentes ao resultado de *impairment* dos campos de produção de petróleo serão compensados com os valores lucros acumulados.

No processo de convergência para as IFRS, as empresas devem adotar os valores justos para todos os grupos patrimoniais. Ao ajustar os valores dos ativos a *fair value*, o grupo reconheceu, em 2004, ganhos excepcionais de vendas de

£40.523 milhões referentes aos ativos de produção no Mar do Norte. Os custos de exploração dos campos de petróleo, que, sob UK GAAP, podiam ser ativados e eram sujeitos ao teste de *impairment*, com as IFRS foram baixados, integralmente, no balanço patrimonial de abertura em IFRS. Os valores dos campos de exploração de petróleo foram ajustados em £6.053 milhões devido à depreciação, exaustão e amortização dos mesmos.

Com a aplicação da IAS 21, em que todos os ativos e passivos do grupo devem ser mensurados na moeda corrente do grupo, neste caso, libra esterlina, os efeitos das mudanças na taxa de câmbio levaram a uma diminuição dos lucros acumulados em £4.389 milhões.

Os passivos fiscais diferidos, provenientes de ajuste a *fair value* de combinações de negócios anteriores à data de transição, foram reconhecidos e diminuiram os lucros acumulados, no balanço de transição, em £6.810 milhões.

Nas Demonstrações de Resultado de 31 de Dezembro de 2004, o grupo reconheceu ganhos de £3.710 milhões com a aplicação da IFRS 7 para os prêmios de ações distribuídos após 07 de novembro de 2002.

Outros ajustes foram realizados no balanço de abertura em IFRS, entre eles, destaca-se a provisão de £55 mil libras, relacionadas com os direitos dos empregados, valor que subiu para £104 mil libras em dezembro de 2004.

Nota-se que o grupo não contabilizou ajustes referentes ao *goodwill* proveniente de aquisições anteriores a 2005. O patrimônio líquido do grupo foi avaliado a *fair value*, e desta reavaliação foram contabilizados os passivos fiscais diferidos, conforme recomenda a IAS 12.

3.4.6. Dana Petroleum

O grupo de petróleo de Dana PLC é uma companhia britânica com ações vendidas no mercado principal da bolsa de Londres, focada no desenvolvimento e na exploração internacional de petróleo de baixo impacto e produção de baixo risco no mar do Norte da Grã-Bretanha.

Os relatórios financeiros do grupo foram publicados em IFRS a partir de janeiro de 2005, tendo realizado o primeiro balanço patrimonial, para efeitos de

comparação em IFRS, em 01 de Janeiro de 2004. Os principais impactos na adoção das IFRS, no balanço de abertura, foram provenientes da adoção das seguintes normas:

- IFRS 2 - pagamento baseado em ações
- IAS 12 – Imposto de Renda
- IAS 32 e 39 - Instrumentos Financeiros

Além disso, os resultados do ano de 2004, em UK GAAP, foram ajustados na transição para IFRS, conforme os valores apresentados no quadro 16:

	31 Dezembro 2004 £ 000
Lucro antes da adoção das IFRS	22.367
IFRS 2 - Pagamento com base em Ações	(115)
IAS 12 - Imposto de Renda	694
IAS 16 - Ativos Imobilizados	(10.718)
Lucro após a adoção das IFRS	12.228

Quadro 16: Lucro antes e após IFRS
Fonte: Dana *Petroleum* (2005)

A aplicação da IFRS 2 sobre os prêmios de ações distribuídos aos empregados do grupo, em Novembro de 2002, requer que eles sejam amortizados no período de validade dos mesmos. Estes reajustados a *fair value*, geraram uma redução do lucro Líquido da empresa em £115.000 de Libras, em 2004. No entanto, parte desse valor foi compensado pelo registro do Imposto de renda diferido, proveniente do reconhecimento de PRT¹⁹ de £694.000 de libras na data de transição.

A forma de contabilizar as despesas com a atividade de exploração e produção de petróleo foi alterada pela IAS 16, e devendo ser contabilizadas no período em que ocorrerem. Como consequência, o lucro de 2004 reduziu em £10.718.000 de Libras, líquido das compensações com o imposto de renda diferido. No total houve uma diminuição nos lucros do período em £12.228 milhões de libras

¹⁹ PRT - provisão para os impostos diferidos nas vendas de petróleo.

A reconciliação dos valores do patrimônio líquido nesse período está descrita no quadro 17.

Reconciliação do Patrimônio Líquido de UK GAAP para IFRS		
	31 Dezembro	01 Janeiro
	2004	2004
	£ 000	£ 000
Fundo dos Acionistas em UK GAAP	187.753	156.421
Participação de Minoritários	1.696	1.407
Total Patrimônio Líquido em UK GAAP	189.449	157.828
Ajustes em IFRS		
IFRS 2 - Pagamento com base em Ações	1.051	275
IAS 12 - Imposto de Renda	(232)	(926)
IAS 16 - Ativos Imobilizados	(32.443)	(21.725)
Fundo dos Acionistas em UK GAAP	157.825	135.452

Quadro 17: Reconciliação do Patrimônio Líquido antes e após IFRS

Fonte: Dana *Petroleum* (2005)

O grupo Dana *Petroleum* desenvolve as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás por meio de acordos contratuais sujeitos ao controle conjunto do negócio – *joint venture* – situação em que a IFRS 3 não é aplicada. Além disso, as combinações de negócio realizadas antes de 1 de janeiro de 2004 não foram ajustadas.

3.4.7. Emerald Energy

O grupo *Emerald Energy* é uma companhia britânica exploradora e produtora de hidrocarbonetos na Colômbia e na Síria. Os relatórios financeiros do grupo são reportados em dólar americanos. O grupo adotou as IFRS em 2005 mas preparou o balanço inicial em 01 de janeiro de 2004, e os principais impactos foram causados pela adoção das seguintes normas, no balanço de abertura do grupo.

- IFRS 2 - A companhia não utilizou a isenção disponível na transição para as IFRS. O valor justo das opções de ações emitidas foi calculado usando o método *Black-Scholes*²⁰.

²⁰ O modelo de Black-Scholes é utilizado para medir o valor de um direito de compra ou venda de ações (opção). Ele é calculado por uma equação diferencial parcial parabólica que relaciona o preço

- IAS 16 – os ativos de petróleo e gás com vidas econômicas menores que a duração das licenças, são avaliados, agrupadas e depreciados com base em suas vidas úteis.
- Sob IAS 21, a conversão das despesas em libras esterlinas era feita pela taxa média do período e não com o valor do câmbio na data do fechamento, como era a prática anterior.
- Sob IAS 38, todas as despesas com projetos, em que a companhia não tinha nenhuma licença de exploração e produção, eram baixadas integralmente no resultado do período.

A adoção dessas medidas teve impacto direto no lucro do grupo em 31 de dezembro de 2004, como demonstrado a seguir:

	30 Junho 2004 \$ '000	31 Dezembro 2004 \$ '000
Lucro antes da adoção das IFRS	1.716	6.475
Compensação pagamento em ações	(646)	(855)
Exaustão	(96)	62
Depreciação	(92)	(184)
Custos de exploração, previamente capitalizados	-	(122)
Variações de Câmbio	(6)	115
Lucro após a adoção das IFRS	876	5.491

Quadro 18: Reconciliação do Lucro antes e após IFRS
Fonte: *Emerald Energy (2005)*

O grupo utilizou também as seguintes exceções previstas pela IFRS 1 no balanço de abertura em IFRS:

- os valores dos ativos imobilizados foram mantidos iguais aos publicados em 2003, em UK GAAP, supondo-os ajustados a valor justo;
- considerar que, na data da transição para IFRS, os efeitos de mudanças em taxas cambiais tenham sido zerados.
- O pagamento com base em ações -IFRS 2 – só foi aplicado a contas do patrimônio líquido após 07 de novembro de 2002.

de derivativos ao preço atual das ações subjacentes em termos de parâmetros de mercado, sendo dentre estes o mais importante e de difícil obtenção a volatilidade. (Black and Scholes, 1973).

O Balanço Patrimonial de abertura foi reajustado com o reconhecimento dos impostos diferidos provenientes da diferença temporária do balanço patrimonial e do valor dos impostos dos ativos fixos, em relação à empresa Colombiana e ao grupo.

	UK GAAP	Ajuste	IFRS
	2003	2003	2003
	\$ '000		\$ '000
Ativos não correntes			
Imobilizado			
Ativos intangíveis de gás e petróleo	-	-	-
Ativos tangíveis de gás e petróleo	17.913	-	17.913
Outros ativos	256	-	256
Investimentos	-	-	-
	18.169	-	18.169
Ativos não correntes			
Estoques	23	-	23
Ativos Correntes	264	-	264
Estoques	-	-	-
Clientes e outros recebíveis	-	-	-
Imposto diferido	-	-	-
Impostos Corporativos	-	-	-
Caixa e depósitos de Curto Prazo	8.951	-	8.951
	9.238	-	9.238
Total Ativo	27.407	-	27.407
Passivo Corrente			
Fornecedores outros pagáveis	465	-	465
Reservas	1.262	-	1.262
Provisões	410	-	410
	2.137	-	2.137
Passivo não corrente			
Imposto Diferido	-	2.240	2.240
Patrimônio Líquido			
Capital em Ações	27.766	-	27.766
Prêmio em Ações	39.541	-	39.541
Lucros Acumulados e Reservas	(42.037)	(2.240)	(44.277)
	25.270	-	23.030
Total Passivo	27.407	-	25.167

Quadro 19: Balanço de Abertura em IFRS de 1 de Janeiro de 2004
 Fonte: *Emerald Energy (2005)*

O grupo *Emerald* não divulgou nenhuma aquisição nesse período e nem o reconhecimento de *goodwill* referente à reavaliação dos ativos a valor justo na data de transição para as normas IFRS.

3.4.8. *Expro International Group*

Expro International Group é a uma companhia internacional de exploração de petróleo do Reino Unido e fornece serviços e produtos para a exploração segura, eficiente e econômica de reservas de hidrocarboneto. O grupo está listado na Bolsa de Valores de Londres, mas suas operações estão espalhadas pela América do Norte, Reino Unido, África e Ásia.

A data de transição de UK GAAP para as IFRS foi em 01 de Abril de 2004. O grupo publica suas demonstrações financeiras anuais em 31 de Março, em libras esterlinas. Os primeiros resultados preparados pelo grupo sob IFRS foram os resultados interinos de 30 de Setembro de 2005 e as diferenças mais significativas entre as demonstrações financeiras em UK GAAP e IFRS, para o Grupo *Expro*, foram causadas pela adoção das seguintes normas:

- IFRS 3 – Combinações de Negócios
- IAS 10 – Eventos após a data do Balanço,
- IFRS 2 – Pagamento com Base em Ações,
- IAS 19 – Benefícios de Empregados
- IAS 21 – efeitos de Mudanças em taxas cambiais.
- IAS 31 – Participações em *Joint Ventures*
- IAS 17 – *Leasing*

O impacto nos resultados e nos ativos líquidos do grupo, ajustados em IFRS, para o ano de 31 de Março de 2005 e para o período de 30 de Setembro de 2004 está expresso no quadro 20.

	31 Março 2005		30 Set. 2004		01 Abril 2004	
	IFRS	UK GAAP	IFRS	UK GAAP	IFRS	UK GAAP
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Receita de Vendas	211.273	21.273	100.648	100.648	-	-
Lucro Operacional	12.501	11.121	8.158	7.214	-	-
Lucros após os Impostos	3.780	4.437	4.614	4.696	-	-
Ativos Líquidos	53.190	70.515	62.751	76.175	62.883	74.166
Lucro por ação - Básica	5,70	6,70	7,00	7,10	-	-

Quadro 20 : Resumo do Impacto das IFRS.

Fonte: *Expro International Group (2005)*

De acordo com as informações apresentadas no Relatório Anual, o grupo Expro atendeu aos procedimentos previstos pela IFRS 1 – Adoção Pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiros - e utilizou as exceções previstas no balanço de abertura das demonstrações em IFRS. As exceções foram quanto à:

- IFRS 3 - não aplicou as alterações previstas para combinações de negócio que ocorreram antes de 1 de abril 2004;
- IAS 21 - ajustou as reservas em moeda estrangeira a zero em 1 abril 2004. As perdas e ganhos só foram contabilizados após essa data;
- IFRS 2 - o grupo não aplicou as provisões para pagamento com base em ações para as opções e as garantias concedidas em ou antes de 7 de novembro de 2002, nas que não foram adquiridas até 1 de janeiro 2005;
- Decidiu aplicar a IAS 32 e a IAS 39 somente a partir de 1 de abril 2005; e
- A IAS 19 - provisões para benefícios dos empregados - os ganhos ou perdas atuariais foram reconhecidos no patrimônio líquido, na data da transição do balanço patrimonial.

Os ajustes no valor atual do *Goodwill*, divulgado pelo Grupo, no processo de transição entre UK GAAP para IFRS, são os seguintes:

	31 Março 2005 £m	30 Set. 2004 £m	01 Abril 2004 £m
Valor atual do <i>Goodwill</i> em UK GAAP	18.757	18.494	19.327
Reclassificação do <i>goodwill</i> dos ativos intangíveis em IFRS	(3.389)	-	-
Impostos diferidos dos Ativos Intangíveis	1.629	1.790	1.831
Reversão da Amortização do <i>goodwill</i>	1.810	831	-
<i>Impairment</i> adicional	(629)	-	-
Mudanças de Câmbio	(12)	171	-
Valor atual do <i>Goodwill</i> em IFRS	18.166	21.286	21.158

Quadro 21: Ajustes no valor do *goodwill*

Fonte: *Expro International Group*

No balanço patrimonial de abertura, em 01 de abril de 2004, o *goodwill* proveniente da combinação de empresas, que, sob a IFRS 3, deve ser reconhecido separadamente dos ativos intangíveis, não apresentou nenhum valor. O grupo optou por não identificar nenhum ativo intangível adquirido por aquisições realizadas antes da data de transição. Ainda no balanço patrimonial de transição, o imposto diferido passivo de £ 1.831.000 foi reconhecido em respeito à transição das normas provenientes da combinação de negócio prévia, aumentando o valor do *goodwill* no mesmo montante.

O grupo adquiriu, em fevereiro de 2005, a empresa *Matre Instruments*, registrando um *goodwill* no valor de £5.703.000, de acordo com UK GAAP. Na transição para IFRS 3, em 31 de março 2005, o grupo reclassificou os ativos intangíveis no valor de £ 3.389.000, separado do *goodwill*, na conta Ativos intangíveis referentes à compra da empresa MATRE. Com os ajustes de impostos diferidos, o teste de *impairment* e a reversão da amortização do *goodwill*, sob IFRS, houve um impacto de £ (591) no valor em 31/03/2005.

Para o ano terminado em 31 de Março de 2005, o lucro da empresa em UK GAAP foi reajustado, sob o impacto das IFRS, como segue:

Reconciliação dos Lucros - 31 de Março 2005

	£m
Lucros do Ano em UK GAAP	4.437
a) Amortização do <i>Goodwill</i>	1.180
b) Ativos Intangíveis	(143)
c) Imobilizado	(155)
d) Pagamento com base em Ações	52
e) Benefícios dos funcionários	(438)
f) Imposto Diferido	(1.153)
Lucros do Ano em IFRS	3.780

Quadro 22: Impacto no lucro
 Fonte: *Expro International Group* (2005)

A transição para as IFRS não causou nenhum impacto no fluxo de caixa do Grupo.

3.4.9. *Hunting*

O Grupo *Hunting* PLC é uma companhia internacional de serviços do petróleo que fornece soluções de exploração, transporte, produção e distribuição de petróleo e de gás para as maiores companhias do mundo. Criado em 1874, o grupo conta com o apoio de, aproximadamente, 2.350 funcionários, distribuídos nas quatro principais áreas de produção: Reino Unido, Canadá, Europa e Estados Unidos.

As principais mudanças nos Relatórios Financeiros, na data de transição para as IFRS, são: sob a IFRS, a contabilização de pensões e dos benefícios dos empregados diminui os resultados da empresa mais do que sob os UK GAAP (SSAP 24); o *goodwill* não é amortizado e, conseqüentemente, aumentou o lucro do período em £2.7m de 31 de dezembro 2004, sob as UK GAAP; o aumento do custo das opções de ações em £0.3m, com o reconhecimento para o período terminado em 31 de dezembro 2004; o aumento da provisão do imposto diferido.

O quadro 23 apresenta os principais impactos no balanço patrimonial em 01 de Janeiro de 2004 e em 31 de Dezembro de 2004.

	Em 01 de Janeiro de 2004			Em 31 de Dezembro de 2004		
	UK GAAP	Efeitos da Transição para IFRS	IFRS	UK GAAP	Efeitos da Transição para IFRS	IFRS
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Ativos						
Ativos não Correntes						
Imobilizado	160.500	900	161.400	158.100	-2.300	155.800
Goodwill	49.100	-3.300	45.800	44.800	2.700	47.500
Ativos Intangíveis	-	3.300	3.300	-	3.100	3.100
Participações em Coligadas	13.000	-100	12.900	8.700	-	8.700
Investimentos	5.600	-	5.600	3.800	-200	3.600
Benefícios de Aposentadorias Recebíveis e outros Ativos	21.700	-3.400	18.300	25.800	-2.000	23.800
Impostos Diferidos Ativos	1.400	-100	1.300	3.400	-100	3.300
	-	5.800	5.800	-	11.200	11.200
	251.300	3.100	254.400	244.600	12.400	257.000
Ativo Circulante						
Estoques	93.200	200	93.400	75.700	800	76.500
Clientes e outros Recebíveis	129.500	-500	129.000	140.500	-100	140.400
Impostos Correntes	5.800	400	6.200	-	-	-
Investimentos	400	-400	-	-	-	-
Caixa e equivalentes a caixa	15.300	500	15.800	15.100	-	15.100
	244.200	200	244.400	231.300	700	232.000
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores e outros	138.300	-3.700	134.600	156.800	-4.000	152.800
Impostos Correntes	-	-	-	1.500	-400	1.100
Empréstimos	8.700	-100	8.600	16.400	-	16.400
Provisões	-	-	-	-	600	600
	147.000	-3.800	143.200	174.700	-3.800	170.900
Ativo Circulante Líquido	97.200	4.000	101.200	56.600	4.500	61.100
Passivos Não-Correntes						
Empréstimos	133.600	-	133.600	129.300	-	129.300
Imposto Diferido Passivo	34.400	14.700	49.100	39.500	20.000	59.500
Obrigações com Aposentadorias	-	1.300	1.300	-	1.900	1.900
Outros pagamentos	2.900	-900	2.000	3.000	-1.100	1.900
Provisões	12.800	2.400	15.200	11.500	2.100	13.600
	183.700	17.500	201.200	183.300	22.900	206.200
Ativos Líquidos	164.800	-10.400	154.400	117.900	-6.000	111.900
Patrimônio Líquido						
Capital em Ações	73.200	-	73.200	25.300	-	25.300
Prêmio de Ações	41.500	-	41.500	41.500	-	41.500
Ações em Tesouraria	-100	-	-100	-	-	-
Reservas de Reavaliação	17.800	-7.800	10.000	16.600	-7.800	8.800
Outras reservas	-	-500	-500	-	13.600	13.600
Lucros Acumulados	29.200	-2.100	27.100	30.800	-11.800	19.000
Total dos Acionistas	161.600	-10.400	151.200	114.200	-6.000	108.200
Participações dos Minoritários	3.200	-	3.200	3.700	-	3.700
Total Patrimônio Líquido	164.800	-10.400	154.400	117.900	-6.000	111.900

Quadro 23 : Balanço Patrimonial Consolidado Jan. e Dez. 2004
Fonte: Hunting (2005)

Sob UK GAAP, o software de computador era capitalizado como ativo imobilizado, mas, sob as IFRS, eles foram classificados como ativo intangível; portanto, este ativo foi reclassificado como ativo intangível, no valor £3.3m, em 1 janeiro 2004, e £3.1m, em 31 de dezembro 2004.

De acordo com informações da empresa, as outras diferenças compreendem um número de ajustes que, individualmente, não foram significativos. Além disso, informam que a adoção das IFRS não provocou nenhum impacto na estratégia corporativa, nas decisões operacionais ou no valor do negócio. Diante desta afirmativa, as principais mudanças nos relatórios financeiros do grupo, em 31 de Dezembro de 2004, foram causadas pela adoção das normas relacionadas no quadro 24.

Ajustes no Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 2004

	Benefícios dos Empregados IAS 19 £m	Goodwill IFRS 3 £m	Dividendos IAS 10 £m	Reservas de Reavaliação IAS 12 e 16 £m	Impostos diferidos IAS 12 £m	Realocações e Outros £m	Total dos Ajustes £m
Ativos							
Ativos não Correntes							
Imobilizado	-	-	-	-	-	(2.300)	(2.300)
Goodwill	-	2.700	-	-	-	-	2.700
Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	3.100	3.100
Participações em Coligadas	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	(200)	(200)
Benefícios de Aposentadorias	(2.000)	-	-	-	-	-	(2.000)
Recebíveis e outros Ativos	(600)	-	-	-	-	500	(100)
Impostos Diferidos Ativos	-	-	-	-	11.200	-	11.200
	(2.600)	2.700	-	-	11.200	1.100	12.400
Ativo Circulante							
Estoques	-	-	-	-	-	800	800
Clientes e outros Recebíveis	-	-	-	-	-	(100)	(100)
Impostos Correntes	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes a caixa	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	700	700
Passivo							
Passivo Circulante							
Fornecedores e outros	(1.400)	-	(3.000)	-	-	400	(4.000)
Impostos Correntes	-	-	-	-	(400)	-	(400)
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	-	-	600	600
	(1.400)	-	(3.000)	-	(400)	1.000	(3.800)
Ativo Circulante Líquido	1.400	-	3.000	-	400	(300)	4.500
Passivos Não-Correntes							
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Imposto Diferido Passivo	(600)	200	-	4.400	16.200	(200)	20.000
Obrigações com Aposentadorias	1.900	-	-	-	-	-	1.900
Outros pagamentos	-	-	-	-	-	(1.100)	(1.100)
Provisões	-	-	-	-	-	2.100	2.100
	1.300	200	-	4.400	16.200	800	22.900
Total Ativo e Passivo	(2.500)	2.500	3.000	(4.400)	(4.600)	-	(6.000)
Patrimônio Líquido							
Capital em Ações	-	-	-	-	-	-	-
Prêmio de Ações	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	-	(7.800)	-	-	(7.800)
Outras reservas	15.800	-	-	-	-	(2.200)	13.600
Lucros Acumulados	(18.300)	2.500	3.000	3.400	(4.600)	2.200	(11.800)
Total dos Acionistas	(2.500)	2.500	3.000	(4.400)	(4.600)	-	(6.000)
Participação dos Minoritários	-	-	-	-	-	-	-
Total Patrimônio Líquido	(2.500)	2.500	3.000	(4.400)	(4.600)	-	(6.000)

Quadro 24 : Ajustes das IFRS no Balanço Patrimonial de 31/12/04.

Fonte: *Hunting* (2005)

Estes ajustes foram necessários pela aplicação das seguintes normas:

1) IAS 19: o reconhecimento do saldo líquido das pensões e do benefício de aposentadoria, no Balanço Patrimonial, resultou em uma redução dos ativos líquidos de £2.5m.

2) IFRS 3: a não amortização do *goodwill* resultou em um aumento de £2.5m no patrimônio líquidos e no lucro, após o imposto.

3) IAS10: os dividendos pagáveis e recebíveis são reconhecidos no período em que são aprovados, isto aumentou o patrimônio líquido em £3.0m.

4) IAS 12 e IAS 16: o Imposto de renda e o ativo imobilizado, respectivamente, sob as IFRS, são reavaliados e o excesso de depreciação com base no custo histórico é transferido da reserva de reavaliação para os lucros acumulados. Esta operação diminuiu o patrimônio líquido em £(4.4m). Nenhuma transferência era feita sob os UK GAAP.

5) IAS 12: os ativos e passivos fiscais diferidos não são mais compensados, então, o imposto diferido é reconhecido como diferença provisória, incluindo a reavaliação dos ativos não monetários. Em 31 de dezembro de 2004, essas contas aumentaram, respectivamente, £11.2m e £20.0m.

6) Antes de 1998, sob o UK GAAP, o *goodwill* era baixado das reservas e incluído na Demonstração de Resultados na venda de um negócio. Sob as IFRS, esse *goodwill* não é restabelecido. Sob UK GAAP, em 31 de dezembro de 2004, £1.0m de *goodwill*, previamente baixado das reservas foi incluído em perdas do período. Sob IFRS, esse valor não foi restabelecido e, conseqüentemente, causou um aumento de £1.0m nos lucros de 2004.

7) Sob IAS 21: os efeitos de mudanças em taxas cambiais devem ser mensurados separadamente e incluídos nas diferenças de moeda estrangeira. O grupo optou pela transição entre moeda estrangeira em 01 de Janeiro de 2004.

3.4.10. *JKX Oil & Gas*

O grupo JKX trabalha na produção e exploração de gás e petróleo em países como a Bulgária, Geórgia, Ucrânia, Turquia, Itália e Estados Unidos desde 1995, ano de abertura de suas atividades como companhia pública, com uma média anual de 337 funcionários.

Os relatórios financeiros do grupo são apresentados em dólar e, no ano de 2005, foi adotado, pela primeira vez, as IFRS. O grupo adotou a IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relatórios financeiros e as

seguintes normas que causaram impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo:

- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis,
- IFRS 2 – Pagamento com Base em Ações,
- IAS 10 – Eventos após a data do Balanço,
- IAS 12 – Imposto de Renda,
- IAS 16 – Imobilizado,
- IAS 21 – efeitos de Mudanças em taxas cambiais.

O resumo das principais mudanças no balanço patrimonial e na demonstração dos resultados está exposto no quadro 25.

	UK GAAP 2004	Impactos da Transição	IFRS 2004
	\$000	\$000	\$000
Demonstração de Resultado			
Receita de Vendas	46.594	-	46.594
Lucro Bruto	28.167	(114)	28.053
Lucro Operacional	23.648	(267)	23.381
Lucro antes dos Impostos	23.666	(267)	23.399
Lucro por ações – básico (Cent.)	14,08	(0,35)	13,73
Balanço Patrimonial			
Patrimônio Líquido	100.253	73	100.326

Quadro 25 : Principais mudanças nas informações Financeiras de 2004.
Fonte: JKX (2004)

O processo de reconciliação afetou o lucro antes dos impostos em U\$ 267.000 provenientes da adoção da IAS 16, que aumentou os custos de vendas em U\$ 114.000, depois da realização do teste de *impairment* para os ativos imobilizados, e da adoção da IFRS 2, que aumentou as despesas administrativas em U\$ 153.000. No Balanço Patrimonial, o patrimônio líquido foi aumentado em U\$ 73, conforme informações no quadro 25. O fluxo de Caixa do grupo não sofreu nenhum impacto com o processo de transição.

A reconciliação dos resultados de 2004, com base no padrão contábil em UK GAAP para as IFRS, no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações de Resultado, está apresentada nos quadros 26 e 27.

Reconciliação dos Resultados de 2004 de UK GAAP para as IFRS
Demonstração de Resultados do Grupo para o ano
de 31 de Dezembro de 2004

	UK GAAP \$000's (em formato IFRS)	IFRS 2 \$000's	IAS 10 \$000's	IAS 12 \$000's	IAS 16 \$000's	IFRS \$000's
Receita de Vendas	46.594	-	-	-	-	46.594
Custos de Vendas	(18.427)	-	-	-	(114)	(18.541)
Lucro bruto	28.167	-	-	-	(114)	28.053
Despesas Gerais e Administrativas	(4.519)	(153)	-	-	-	(4.672)
Lucro Operacional	23.648	(153)	-	-	(114)	23.381
Despesas de Vendas	564	-	-	-	-	564
Despesas Financeiras	(546)	-	-	-	-	(546)
Lucros e Perdas antes dos Impostos	23.666	(153)	-	-	(114)	23.399
Impostos	(3.894)	-	-	(226)	-	(4.120)
Lucros/Perdas do Ano	19.772	(153)	-	(226)	(114)	19.279
Participação Minoritários	53	-	-	-	-	53
JKX Acionistas	19.719	(153)	-	(226)	(114)	19.226
	19.772	(153)	-	(226)	(114)	19.279

Quadro 26 : Ajustes na Demonstração de Resultados

Fonte: JKX (2004)

**Reconciliação dos Resultados de 2004 de UK GAAP para as IFRS
Balço Patrimonial do Grupo para o ano de 31 de Dezembro de 2004**

	UK GAAP \$000's (IFRS format)	IAS 1 \$000's	IFRS 2 \$000's	IAS 10 \$000's	IAS 12 \$000's	IAS 16 \$000's	IAS 21 \$000's	IAS 27 \$000's	IFRS \$000's
Ativos									
Ativos Permanentes									
Ativos Intangíveis	14.428	-	-	-	-	-	499	-	14.927
Ativos Fixos	65.467	-	-	-	-	(114)	-	-	65.353
Outros Ativos não circulantes	-	3.090	-	-	-	-	-	-	3.090
	79.895	3.090	-	-	-	(114)	499	-	83.370
Ativo Circulante									
Estoques	194	-	-	-	-	-	-	-	194
Clientes	15.013	(3.090)	-	-	-	-	-	-	11.923
Bancos	39.134	-	-	-	-	-	-	-	39.134
	54.341	(3.090)	-	-	-	-	-	-	51.251
Passivo									
Passivo Circulante									
Títulos de Empréstimos Conversíveis	(17.662)	-	-	-	-	-	-	-	(17.662)
Impostos Correntes	(1.696)	-	-	-	-	-	-	-	(1.696)
Fornecedores e outros	(13.724)	-	-	780	-	-	-	-	(12.944)
	(33.082)	-	-	780	-	-	-	-	(32.302)
Ativos e Passivos Circulantes Líquido	21.259	(3.090)	-	780	-	-	-	-	18.949
Passivos Não-Correntes									
Provisões	(475)	-	-	-	-	-	-	-	(475)
Imposto Diferido Passivo	(333)	-	-	-	(1.185)	-	-	-	(1.518)
	(808)	-	-	-	(1.185)	-	-	-	(1.993)
Participações dos Minoritários	(93)	-	-	-	-	-	-	93	-
Ativos Líquidos	100.253	-	-	780	(1.185)	(114)	499	93	100.326
Patrimônio Líquido									
Capital em Ações	21.582	-	-	-	-	-	-	-	21.582
Prêmio de Ações	22.127	-	-	-	-	-	-	-	22.127
Reservas de Fusão	30.680	-	-	-	-	-	-	-	30.680
Outras reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Capital	587	-	-	-	-	-	-	-	587
Opções sobre ações	-	-	171	-	-	-	-	-	171
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	499	-	499
Lucros Acumulados	25.277	-	(171)	780	(1.185)	(114)	-	-	24.587
Total dos Acionistas	100.253	-	-	780	(1.185)	(114)	499	-	100.233
Juros dos Minoritários	-	-	-	-	-	-	-	93	93
Total Patrimônio Líq.	100.253	-	-	780	(1.185)	(114)	499	93	100.326

Quadro 27 : Impacto das IFRS no Balço Patrimonial de 2004

Fonte: JKX (2004)

O grupo aplicou a IFRS 2 para as opções de ações executivas remanescentes em aberto em 1 de Janeiro de 2005, com exceção das opções garantidas antes de 7 de Novembro de 2002. A IAS 10 faz com que os dividendos

propostos sejam reconhecidos no período em que são aprovados nas reuniões gerais ou declarados, e não no período em que eles estão relacionados. A IAS 12 requer que o imposto de renda diferido seja reconhecido como uma diferença temporária entre os impostos com base nos ativos e passivos e seus valores reduzem os lucros acumulados.

A reconciliação proveniente da adoção da IAS 16 refere-se à depreciação dos itens dos ativos imobilizados em contrapartida com os custos de produção. Sob a IAS 16, cada componente do imobilizado foi depreciado separadamente. Quanto à IAS 21, os efeitos das mudanças nas taxas de Câmbio derivaram-se da subsidiária italiana na conversão de Libras Esterlinas para o Euro.

A empresa não registrou impacto na adoção da IFRS 3 no processo de reconciliação das demonstrações financeiras porque estes valores foram contabilizados junto com os ativos intangíveis.

3.4.11. *Melrose Resources*

O grupo *Melrose Resources plc* trabalha no segmento de exploração e de produção de petróleo, com sede em Edimburgo (Escócia), mas com atuação na Bulgária, no Egito, na França e nos Estados Unidos. O grupo foi fundado em 1997 e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de Londres.

O grupo publica as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, em moeda Norte-americana, e utilizou as exceções previstas pela IFRS 1, referentes à adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros.

A empresa informou as alterações ocorridas na preparação das primeiras demonstrações financeiras da empresa com base nas informações do grupo para o ano de 2004. As demonstrações financeiras eram publicadas em UK GAAP e em Libras Esterlinas e passaram a ser divulgadas em dólar e em IFRS.

As normas contábeis que afetaram as contas do balanço patrimonial e da demonstração de resultado do exercício, em 1 de Janeiro de 2004, foram as seguintes:

- IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatórios financeiros
- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- IFRS 2 – Pagamento com Base em Ações
- IAS 12 – Imposto de Renda.

A reconciliação afetou o valor dos ativos de U\$ 182.387 para U\$183.260. O maior impacto foi dos Impostos diferidos, provenientes da adoção da IFRS 2.

Os ajustes nas demonstrações financeiras de dezembro de 2004 foram mais significativos e, além das normas acima, sofreram impacto também das seguintes normas:

- IAS 21 – efeitos de Mudanças em taxas cambiais,
- IFRS 6 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais,
- IAS 10 – Eventos após a data do Balanço, e
- IAS 39 – Instrumentos Financeiros.

Os impactos estão listados no quadro 28: Reconciliação do Patrimônio Líquido em 31/12/04.

Reconciliação do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2004														
	UK GAAP	UK GAAP	IAS 21	IFRS 1	IAS 1	U\$	Successful	IFRS 2	IFRS 6	IAS 10	IAS 12	IAS 39	IFRS	U\$
	£000	U\$ 000	U\$ 000	U\$ 000	000	Efforts	U\$ 000	U\$ 000	U\$ 000	U\$ 000	U\$ 000	U\$ 000	000	000
Ativos Real. a Longo Prazo														
Ativos Intangíveis	9.545	18.388	-	-	-	-	-	(26)	-	-	-	-	-	18.362
Ativos Tangíveis	104.417	201.639	114	-	(1.384)	(33.188)	-	-	-	-	-	-	-	167.181
Impostos Diferidos	3.041	5.859	73	-	1.801	9.605	-	-	-	2.841	(1.098)	(1.098)	19.081	
Recebíveis a Longo Prazo	1.515	2.919	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.919
	118.518	228.805	187	-	417	(23.583)	-	(26)	-	2.841	(1.098)	(1.098)	207.543	
Ativo Circulante														
Estoques	-	-	-	-	1.384	-	-	-	-	-	-	-	-	1.384
Clientes	10.984	21.162	(5)	-	(1.801)	-	-	-	-	-	-	-	-	19.356
Bancos e Equivalentes	2.199	4.237	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.237
	13.183	25.399	(5)	-	(417)	-	-	-	-	-	-	-	-	24.977
Total Ativos	131.701	254.204	182	-	-	(23.583)	-	(26)	-	2.841	(1.098)	(1.098)	232.520	
Passivo Circulante	(5.672)	(10.929)	77	-	(760)	-	-	-	1.393	-	(21)	(21)	(10.240)	
Passivo a Longo Prazo	(48.714)	(93.853)	-	-	760	52	-	-	-	-	-	3.668	(89.373)	
Total Passivo	(54.386)	(104.782)	77	-	-	52	-	-	1.393	-	3.647	3.647	(99.613)	
Ativos Líquidos	77.315	149.422	259	-	-	(23.531)	-	(26)	1.393	2.841	2.549	2.549	132.907	
Patrimônio Líquido														
Capital em Ações	7.602	13.606	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.606
Ágio de Ações	320	617	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	617
Reserva Especial	61.801	111.244	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	111.244
Outras Reservas	(10.893)	(9.321)	636	8.685	-	-	417	-	-	-	-	(13)	404	
Lucros Acumulados	18.485	33.276	(377)	(8.685)	-	(23.531)	(417)	(26)	1.393	2.841	2.562	2.562	7.036	
Patrimônio Líquido	77.315	149.422	259	-	-	(23.531)	-	(26)	1.393	2.841	2.549	2.549	132.907	

Quadro 28 : Reconciliação do Patrimônio Líquido de 2004

Fonte: *Melrose* (2005)

O principal responsável pela diminuição do patrimônio líquido refere-se à alteração na contabilização das despesas de exploração de petróleo, que, em UK GAAP, podiam ser contabilizadas nos ativos intangíveis e, em IFRS, diminuíram o resultado do período (*successful efforts*).

O grupo não divulgou qualquer impacto nos lucros ou nos ativos referente à aplicação da IFRS 3. O quadro 29 mostra as alterações nos lucros referentes à adoção das IFRS, para os demonstrativos de 31/12/04.

Reconciliação dos Lucros em 31 de Dezembro de 2004										
	UK GAAP	UK GAAP U\$ 000	IAS 21 U\$ 000	IAS 1 U\$ 000	Successful Efforts	IFRS 2 U\$ 000	IAS 10 U\$ 000	IAS 39 U\$ 000	IAS 12 U\$ 000	IFRS U\$ 000
Receita de Vendas	30.660	59.069								59.069
Perdas na exploração dos campos	-	-	-	-	(34.355)					(34.355)
Outros Custos de Vendas	(14.362)	(27.669)	-	-	2.191	-	-	-	-	(25.478)
Lucro bruto	16.298	31.400	-	-	(32.164)	-	-	-	-	(764)
Despesas Administrativas	(2.184)	(4.444)	310	(375)	(1.024)	(350)	-	-	-	(5.883)
Antes dos Custos Financ.	14.114	26.956	310	(375)	(33.188)	(350)	-	-	-	(6.647)
Juros Recebíveis	248	457	(6)	-	-	-	-	-	-	451
Custos Financeiros	(4.043)	(7.702)	(1.226)	375	-	-	-	3.660	-	(4.893)
Custos Financeiros Líq.	(3.795)	(7.245)	(1.232)	375	-	-	-	3.660	-	(4.442)
Lucro antes dos Impostos	10.319	19.711	(922)	-	(33.188)	(350)	-	3.660	-	(11.089)
Impostos	(2.677)	(5.327)	168	-	9.658	-	-	(1.098)	(322)	3.079
Lucro depois dos Impostos	7.642	14.384	(754)	-	(23.530)	(350)	-	2.562	(322)	(8.010)
Dividendos Propostos	(760)	(1.393)	-	-	-	-	1.393	-	-	-
Resultados transferidos para as Reservas	6.882	12.991	(754)	-	(23.530)	(350)	1.393	2.562	(322)	(8.010)

Quadro 29 : Reconciliação dos Lucros
Fonte: *Melrose* (2005)

O quadro acima mostra como o lucro da empresa, antes da reconciliação, transformou-se em prejuízo após a adoção das IFRS. A principal causa foi o reconhecimento de perdas em função dos insucessos na exploração de poços de petróleo. No entanto, o grupo não divulgou em quais localidades isso ocorreu.

3.4.12. *Petrofac*

O grupo Petrofac atua internacionalmente em três áreas: construção, serviços e equipamentos de petróleo, e a principal atividade é a de sugerir soluções para a produção e processamento de petróleo e de gás. O grupo tem suas atividades operacionais espalhados pela Ásia, África e Europa.

O primeiro ano em que a empresa teve suas ações negociadas na bolsa de valores de Londres foi em 2005. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em US\$ pois uma significativa proporção de recursos vem dos Estados Unidos.

As demonstrações financeiras foram preparadas sob os princípios do Custo Histórico, com exceção dos instrumentos de derivativos financeiros e dos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados a valor justo e seguem as normas contábeis das Ilhas de Jersey, que não diferem, segundo os relatórios contábeis, das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS. O grupo adotou as Normas Internacionais em 2003 e elaborou o balanço de abertura em 31/12/2002.

Os principais efeitos da adoção de novas normas para os relatórios financeiros foram causados pelas:

- IFRS 2 – Pagamento com base em ações;
- IFRS 3 – Combinações de negócios;
- IAS 36 – *Impairment* de Ativos;
- IFRS 5 – Ativos não correntes Mantidos para venda e Operações descontinuadas;
- IAS 21 – Efeito de Mudanças em taxas Cambiais.

Esses efeitos serão discutidos abaixo, com ênfase para os impactos no Balanço patrimonial e na Demonstração de Resultados Consolidada proveniente da amortização do *Goodwill* e das aquisições, por meio de combinações de negócios.

A IFRS 3 aplica-se para a contabilização de combinações de negócios realizada em ou após 31 de Março de 2004. O efeito da adoção dessa norma no grupo cessou a amortização anual do *goodwill*, que passou a ser, anualmente, testado por *impairment*, a menos que um evento tenha ocorrido durante o ano que requeira que o teste do *goodwill* seja mais freqüente. Essa norma foi aplicada nas demonstrações financeiras consolidadas em janeiro de 2005 e, conseqüentemente, o lucro líquido e o percentual dos acionistas, para o ano terminado em 31 de Dezembro de 2004, não foram afetados pela adoção desta nova Norma.

O efeito da adoção IFRS 3 para a amortização do *goodwill*. Está resumido no Quadro 30, referente à alteração no valor do *goodwill*, no Balanço Patrimonial de 2005, a seguir:

	2005	2004
	US\$ '000	US\$ '000
Em 1 Janeiro, amortização líquida	49,653	26,376
Aquisições durante o ano	5,405	19,118
Despesas de Amortização	–	(2,484)
Diferenças de Cambio	(5,875)	6,643
Em 31 Dezembro, amortização líquida	49,183	49,653

Quadro 30 : Alteração do *Goodwill*.
Fonte: Petrofac (2005)

3.4.13. *Premier Oil*

A empresa *Premier Óleo* é uma companhia limitada incorporada na Escócia e listada na Bolsa de Valores de Londres. As principais atividades da companhia e de suas subsidiárias (grupo) são a exploração e a produção de petróleo e gás no sul e Sudeste da Ásia, no Reino Unido e na África.

As demonstrações financeiras são registradas em dólares americanos, pois as principais transações do grupo são realizadas nesta moeda, e foram preparadas de acordo com as IFRS. As contas são elaboradas sob os princípios do Custo Histórico, com exceção da reavaliação dos instrumentos financeiros e determinadas propriedades, na data de transição para as IFRS.

Ao adotar as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), o grupo *Premier Oil* teve como principais efeitos os seguintes aspectos, que não alterou o valor da empresa:

- nenhuma mudança na estratégia da empresa em busca da valorização econômica de seus ativos;
- nenhuma mudança no fluxo de caixa para re-investimentos;
- transparência no desempenho do grupo para os recursos e os programas de exploração de petróleo;

- redução dos lucros, após os impostos, no resultado de 2004, no valor de U\$ 21.7 milhões;
- redução dos Ativos Líquidos de U\$ 76.2 milhões.

As mudanças na Norma de apresentação dos relatórios financeiros com a adoção das IFRS para a *Premier Oil* foram várias, mas quatro normas tiveram efeitos significativos nas demonstrações de 2005, sendo elas: IAS 16 – Imobilizado; IAS 31 – Participação em *Joint-Venture*; IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais e IAS 12 – Imposto de Renda.

As mudanças nas regras de contabilização foram responsáveis pela baixa de ativos, no Balanço Patrimonial, referente à empresa PKP (US\$37.8 milhão) e de ativos intangíveis do grupo no valor de U\$ 40.6 milhões. Além disso, os custos de exploração foram reduzidos em U\$ 21.2 milhões.

Os resultados de 2004, apresentados de acordo com os UK GAAP, sofreram as alterações descritas no quadro 31, após a adoção das Normas Internacionais:

Impacto da Adoção das IFRS – U\$			
Nos Lucros depois dos Impostos		Nos Ativos Líquidos	
Lucro depois dos impostos	43.800	Ativos Líquidos	430.300
Benefícios de empregados	(1.500)	Benefícios de empregados	(8.800)
Custos de Pré-Licença	3.900	Custos de Pré-Licença	(2.300)
PRT diferido	4.500	PRT diferido	(22.200)
<i>Fair value</i>	(4.400)	<i>Fair value</i>	(4.400)
<i>Joint Venture</i> na empresa PKP	(2.900)	<i>Joint Venture</i> na empresa PKP	(37.800)
Ativos Intangíveis	(21.300)	Ativos Intangíveis	(40.700)
IFRS	22.100	<i>Fair value</i> na Indonésia	9.800
Valores em milhões de Dólares		<i>Fair value</i> no Reino Unido	30.000
		IFRS	354.100

Quadro 31 : Impacto da Adoção nos Lucros e Patrimônio Líquido de 2004
Fonte: Premieroil (2005)

Essas alterações, por um lado, foram provenientes dos ajustes dos resultados de 2004, nos lucros, depois dos impostos foram, de U\$ 43.8 milhões de dólares (UK

GAAP), e com a adoção da IAS 19, esse lucro foi reduzido em U\$ 1.5 milhões, provenientes do reconhecimento de obrigações de benefícios e pensões de longo prazo dos empregados. Além disso, as IFRS requerem que os custos de pré-licença de exploração de petróleo sejam reconhecidos no ano em que ocorra. A reversão de valor aumentou os resultados em U\$ 3.9 milhões. A provisão para os impostos diferidos nas vendas de petróleo (PRT) foram revertidas do balanço patrimonial, aumentando os resultados no valor de U\$ 4.5 milhões. De acordo com a IAS 16, a apresentação do ativo imobilizado a *fair value* (IFRS 1) ocasionou a amortização de tais ativos, no valor de U\$ 8 milhões, compensados por U\$ 3.6 de impostos diferidos, diminuindo os lucros em U\$ 4.4 milhões. A adequação a IFRS referente à *Joint Venture* na companhia do Paquistão reduziu os lucros de 2004 em U\$ 2.9 milhões. Com a baixa contábil dos custos de exploração de algumas atividades da empresa e a melhor administração dos ativos intangíveis, os lucros reduziram-se em U\$ 21.3 milhões, tendo como resultado ajustado pela IFRS o valor de U\$ 22.1 milhões.

Por outro lado, os impactos no patrimônio líquido, que, em 2004, totalizavam U\$ 430.3 milhões de dólares (UKGAAP), com a adoção da IAS 19, foram reduzidos em U\$ 8.8 milhões, provenientes do reconhecimento de obrigações de benefícios de longo prazo dos empregados e pensões. Além disso, as IFRS requerem que os custos de pré-licença de exploração de petróleo sejam reconhecidos no ano em que ocorrem, reduzindo os ativos em mais U\$ 2.3 milhões; A provisão para os impostos diferidos nas vendas de petróleo (PRT) foram revertidas do balanço patrimonial, com diminuição no valor de U\$ 22.2 milhões. Atendendo à IAS 16, a reavaliação dos ativos imobilizados a *fair value*(IFRS 1) ocasionou a amortização dos ativos imobilizados, no valor de U\$ 8 milhões, compensados por U\$ 3.6 de impostos diferidos, com redução dos lucros em U\$ 4.4 milhões; a adequação à IFRS referente à *Joint Venture*, na companhia do Paquistão, reduziu o valor dos ativos líquidos em 37.8 milhões. Com a baixa contábil dos custos de exploração de algumas atividades da empresa e a melhorias de ações relacionadas aos ativos intangíveis, os ativos líquidos reduziram-se em U\$ 40.7 milhões. Com relação aos ajustes a *fair value* dos ativos líquidos da empresa na Indonésia e no Reino Unido, houve um aumento, respectivamente, de U\$ 9.8 milhões e de U\$ 30.0 milhões no patrimônio líquido da empresa. O saldo do patrimônio líquido, ajustado pelas IFRS, ficou no valor de U\$ 354.1 milhões.

Nota-se, portanto, que a empresa não registrou alterações provocadas pela adoção da IFRS 3 nas operações de combinação de negócios no processo de transição das normas contábeis do Reino Unido para as IFRS.

3.4.14. *Royal Dutch Shell*

O grupo *Royal Dutch Shell*, conhecido como Shell, tem, em seu complexo, empresas do setor petroquímico, bio combustível, energia solar e eólica e está presente em mais de 140 países.

O grupo publica seus dados financeiros de acordo com US-GAAP - em dólar, mas faz a ressalva de que os valores não divergem dos valores divulgados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade. A empresa adotou as normas do IASB, conforme determinação da União Européia, em 2005, mas preparou o balanço de abertura em IFRS, em Janeiro de 2004.

No Balanço de Abertura em IFRS, o impacto total da adoção das Normas Contábeis Internacionais foi limitado e restrito a poucas áreas chave, entre eles, pode-se destacar que não houve nenhum impacto na estrutura financeira ou estratégia do grupo, como também no fluxo de caixa.

O balanço inicial de 1 de Janeiro de 2004 apresentou uma redução nos ativos líquidos em torno de U\$ 4.7 bilhões e um aumento na dívida em U\$ 0.2 bilhões resultado, principalmente, do reconhecimento de ganhos e de perdas em benefícios de empregados, conforme o quadro 32, a seguir.

Impacto da Adoção das IFRS		
01/01/2004 - em bilhões de Dólares	UK GAAP	US GAAP
Ativos Líquidos	76.200	76.200
Benefícios de empregados	(1.200)	(4.900)
Custos de Pré-Licença	(200)	400
Imposto diferido	(2.100)	(200)
Vendas e Arrendamentos	(600)	200
<i>Outros</i>	(600)	(200)
IFRS	71.500	71.500

Quadro 32: Impacto das IFRS no Patrimônio Líquido
Fonte: *Royal Dutch Shell* (2005)

Pode-se destacar que as principais alterações com a adoção de novas normas para os relatórios financeiros foram causados pelo uso das exceções previstas pela IFRS 1, quanto ao uso de: IAS 16 – Imobilizado-, IAS 19 – benefício dos empregados - e IAS 21 – Efeito de Mudanças em taxas Cambiais.

Além destes pronunciamentos, as demonstrações financeiras sofreram com a adoção das seguintes normas:

- IFRS 2 – Pagamento com Base em Ações – Prêmios em Ações distribuídas após 7 de novembro de 2002 e não utilizadas até 1 de janeiro de 2005 foram contabilizados como despesas diminuindo os resultados em 100 milhões de dólares (depois dos impostos). Não houve nenhum impacto no fluxo de Caixa
- IAS 12 – Imposto de Renda – A adoção ocasionou um aumento no valor dos passivos fiscais diferidos em U\$ 200 milhões de dólares
- IAS 14 – Relatórios por Segmento continuarão a ser publicados.
- IAS 16 – Imobilizado – a mudança na taxas de depreciação diminuiram os resultados em U\$ 400 milhões de dólares.
- IAS 17 – *Leasing* – os ganhos com operações de vendas não poderão mais ser diferidos, o que aumentou o patrimônio líquido em U\$ 200 milhões de dólares.
- IAS 19 - Benefícios de empregados -
- IAS 27/28/31 – Demonstrações Contábeis Consolidadas e Separadas, Investimentos em coligadas e Participações em *Joint Venture* – não causaram impacto nos resultados e, conseqüentemente, nem no patrimônio líquido.
- IAS 32/39 - Instrumentos Financeiros :Apresentação e Divulgação, Reconhecimento e Mensuração – só foi adotada em janeiro de 2005.
- IAS 36 - *Impairment* de Ativos, não teve impacto nos resultados e, conseqüentemente, nem no patrimônio líquido.

3.4.15. *Soco International*

A *Soco Internacional* é uma empresa de exploração e produção de petróleo e Gás, com sede em Londres, mas com atuações no Oriente Médio, no Sudeste Asiático e nas regiões Ocidentais da África.

As demonstrações financeiras foram publicadas em dólar americano e seguiram as IFRS, conforme recomendação da União Européia. Os dados base de 2004 foram convertidos em moeda americana e, depois, reconciliados com as IFRS, de acordo com a IFRS 1. As principais alterações estão relacionadas no quadro 33, conforme dados do Relatório Anual de 2005.

Impacto da adoção das IFRS nos Relatórios de Dezembro de 2004

	UK GAAP	UK GAAP	Efeitos da	IFRS 2004
	£m	U\$ 000	adoção IFRS	U\$ 000
Demonstração de Resultado				
Lucro Operacional	12.438	22.830	641	23.471
Lucro antes dos Impostos	15.499	28.930	641	29.571
Lucro por ações – básico	22,2p	41,5c	0,9c	42,4c
Balanco Patrimonial				
Patrimônio Líquido	134.356	258.027	(10.840)	247.187

Quadro 33: Impacto da adoção das IFRS
fonte: Soco International (2005)

O efeito da transição para a IFRS na Demonstração de Resultados da companhia, em 31 de dezembro de 2004, foi uma diminuição nas despesas administrativas e um aumento no lucro no valor de US\$ 305,000, com base nos ajustes da IFRS 2. Em contrapartida, no balanço Patrimonial da companhia, nessa mesma data, houve um aumento nos lucros retidos, provenientes de ajustes para diferenças de câmbio, por U\$579,000 (1 janeiro 2004 - U\$243,000), e do aumento de outras reservas por U\$52,000 (1 janeiro 2004 - U\$ 11,000) como resultando da transição da IFRS 2.

No grupo, para o ano de 2005, como parte do processo de adoção das IFRS, não há efeito sobre o *goodwill*, pois o grupo trabalha com parcerias na forma de *Joint ventures*.

3.4.16. *Sondex*

O grupo *Sondex* é uma empresa de equipamentos de óleo e serviços, de origem britânica e listada na bolsa de Londres. Essa empresa adotou a Norma Internacional no ano de 2004, sendo que os relatórios financeiros básicos para a transição foram os publicados e auditados em 20/02/2005. As áreas de maior impacto com a adoção da Norma Internacional foram: Ativos Intangíveis, Combinação de Negócios, Pagamento com base em Ações e o Imposto de Renda.

Reconciliação dos Resultados de UK GAAP para IFRS	
Ano de 28 de Fevereiro de 2005:	
	£.'000 ²¹
Lucro atribuível aos Acionistas em UK GAAP	2,323
IAS 38 - Capitalização e amortização dos custos de desenvolvimento.	445
IFRS 3 - Remoção da amortização do <i>goodwill</i>	2,247
IFRS 3 - Amortização na aquisição de ativos intangíveis	(1,926)
IFRS 2 – Custo adicional para pagamento com base em ações	(245)
IAS 19 – Reconhecimento dos benefícios dos empregados	(71)
IAS 12 – Reconhecimento da diminuição no Imposto de renda	151
Lucro atribuível aos Acionistas em IFRS	2,924

Quadro 34: Reconciliação no Lucro
Fonte: Sondex (2005)

A IFRS 3 requer a identificação, valorização e subsequente amortização dos ativos intangíveis adquiridos como parte de uma Combinação de negócios. O grupo adquiriu a empresa *Geolink* em Junho de 2004, e o valor dos ativos intangíveis em IFRS foi de £13.900 milhões de Libras (líquidos). A amortização do *Goodwill* foi de £2.2m e dos ativos Intangíveis de £1.9m.

²¹ Dados em milhões de Libras Esterlinas - £.'000

Comparação de UK GAAP e IFRS

	UK GAAP £'000	IFRS £'000
Receita de Vendas	31,713	31,713
Custo de vendas	(13,990)	(14,158)
Lucro Bruto	17,723	17,555
Outros lucros operacionais	178,000	178,000
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(3,438)	(3,135)
Despesas vendas, Marketing & Consumidores	(3,181)	(3,283)
Despesas Administrativas	(3,881)	(3,786)
Lucro Operacional antes dos custos e amortização	7,401	7,529
Amortização na aquisição de ativos intangíveis	(2,348)	(2,026)
Receitas Financeiras	206,000	206,000
Custos financeiros	(1,060)	(1,060)
Lucro Antes dos Impostos	4,199	4,649
Impostos	(1,876)	(1,724)
Lucro Atribuível aos Acionistas	2,323	2,925
Dividendos	(1,073)	(830,000)
Lucros Acumulados	1,250	2,095

Quadro 35 – Impacto no Lucro da Sondex
Fonte: Sondex (2005)

As alterações no lucro das ações básicas, após a convergência das demonstrações financeiras, foram de 4.7 *pence*, de acordo com UK GAAP, para 5.9 *pence* sobre a IFRS.

A norma IFRS 3 requer que os ativos intangíveis, incluindo marcas, tecnologia e o valor da lista de clientes, sejam avaliados como uma combinação de negócio tal como uma aquisição. Os valores atribuídos a esses recursos devem ser reconhecidos nos relatórios financeiros consolidados para a combinação de negócio, e os seus valores devem ser alocados do valor residual do *goodwill*, e o excesso amortizado de acordo com a vida útil estimada dos recursos. O valor restante atribuído ao *goodwill* já não é mais amortizado.

A Sondex optou por aplicar a IFRS 3 para as combinações de negócio que aconteceram após 1º de Março de 2004 e que incluíram, conseqüentemente, a aquisição de *Geolink* em junho 2004, mas não a aquisição precedente da empresa *Computer Sonic Systems*, em dezembro 2003. Fazendo uso da exceção permitida pela IFRS 1.

O resultado da aplicação de IFRS 3 foi a remoção do custo prévio da amortização do *goodwill* no valor de £2,247,000 de libras e a introdução do custo de amortização dos ativos intangíveis, atingindo £1,925,769. Um crédito de imposto diferido no valor de £577,731 foi reconhecido na amortização dos recursos intangíveis segundo a IFRS 3, e foi incluído no custo de despesas de impostos sob as IFRS.

3.4.17. *Tullow Oil plc*

O grupo *Tullow Oil* de exploração e produção de petróleo, com sede em Londres e com, aproximadamente, 200 funcionários, em várias partes do mundo, adotou as IFRS para os demonstrativos financeiros de 2004, e seus efeitos foram registrados em 01 de Janeiro de 2005. No processo de transição, estavam envolvidos a gerencia sênior do grupo e representantes de auditores externos, e os dados convergidos foram aprovados e publicados em 23 de Agosto de 2005.

A transição para as IFRS resultou em impactos nas seguintes áreas de acordo com as IFRS: IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, IAS 12 - no Imposto de Renda proveniente de aquisição e combinações de negócios, e IAS 39 - nos Instrumentos Financeiros. O resumo dos impactos da IFRS nos resultados de 2004 está no quadro 36.

	UK GAAP £m	IFRS £m	% Mudança	Comentários das principais mudanças
Receita com Vendas	225.300	225.300	0	Sem mudanças
Custos Operacionais	63.500	60.800	-4	IAS 17 Leasing Espoir
Depreciação e Amortização	67.600	80.400	19	IAS 17 Leasing Espoir, IAS 12 Imposto Bruto Energy Africa, IAS 16 Depreciação do Imobilizado: Gawain
Lucro Operacional	67.500	56.800	-16	Depreciação Adicional
Lucro depois dos Impostos	32.900	31.300	-5	Compensação da depreciação Negativa Gawain pela redução do custo impostos sobre receita de vendas de petróleo (PRT)
Fluxo de Caixa Operacional	154.300	154.300	0	Sem mudanças
Ativos Líquidos	379.100	375.500	-1	Compensação da depreciação Negativa Gawain pela redução do custo PRT
Lucro por Ação básica	6,18	5,88	-5	
Dividendos por Ação	1,75	1,75	0	Sem mudanças

Quadro 36 - Impacto na transição nos Resultados em UK GAAP para IFRS
Fonte:Tullow (2005)

O grupo *Tullow Oil* divulgou os impactos da combinação de negócios realizado em Maio de 2004, na aquisição da empresa da *Energy África*, como ajustes no imposto de renda diferido – IAS 12. Essa norma requer que o imposto de renda diferido seja reconhecido como uma diferença temporária nas aquisições caracterizadas como combinação de negócios, desde que tais eventos sejam reconhecidos na mesma demonstração contábil e haja imposto resultante de uma combinação de negócios.

Ainda de acordo com a IAS 12, o imposto diferido é reconhecido na aquisição como parte da avaliação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos e, em contrapartida, excluída a provisão para reavaliação dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, como define os UK GAAP.

O grupo reconheceu um adicional de passivos fiscais diferidos no valor de £49.3 milhão dessas diferenças provisórias em 31 de Dezembro de 2004. O valor justo atribuído aos ativos não correntes foi aumentado pelo valor correspondente. O grupo *Tullow Oil* fez uso da exceção permitida pela IFRS 1 quanto à aplicação da IFRS 3.

3.4.18. Venture

O grupo *Venture Production PLC* de exploração e produção de petróleo implementou as normas de Contabilidade Internacional nos demonstrativos financeiros de 2004, tendo como principais impactos, nos resultados de 2005, os provenientes da adoção da: IFRS 2 - pagamento com base em ações, IAS 12 - Imposto de renda e IAS 39 - Instrumentos financeiros.

No processo de transição das demonstrações financeiras da empresa para as IFRS, a entidade aplicou, retrospectivamente, as IFRS, exceto para as isenções previstas pela IFRS 1. O grupo optou por avaliar as aquisições antes de 01 de janeiro a valores das combinações de negócio, previsto na IFRS 3. No entanto, não houve destaque desses valores nas demonstrações divulgadas.

As contas apresentadas no quadro 37 sofreram os impactos da adoção das normas internacionais de Contabilidade, conforme dados do Relatório Anual de 2005 do Grupo *Venture Production*.

Comparação entre UK GAAP e IFRS - (£ million)

Principais Resultados	Pré IFRS	Pré IFRS	Aumentos / (diminuições)	Ajustes IFRS	Pós IFRS
	2005	2004		2005	2005
Produção (boepd)	29,864	16,832	13,032	-	29,864
Receita de Vendas	164.1	81.5	82.6	-	164.1
Lucro Bruto	82.2	1.9	80.3	(3.8)	78.4
Lucro Operacional	83.0	5.0	78.0	(9.5)	73.5
Lucro antes dos Impostos	71.9	(0.3)	72,2	(16.0)	55.9
Resultado depois dos impostos	40.0	(5.5)	45.5	(8.9)	31.1
Lucro por ação (pound)	36.1	(5.0)	41,9	(12.2)	23.9

Quadro 37: Impacto das IFRS

Fonte: Venture (2005)

A empresa publicou uma nota explicativa, informando que, em 2004, foram incluídas despesas de *Impairment* de £18.1 milhões pelas Operações da empresa em *Trinidad*.

O ano de 2005 foi marcado por resultados positivos com aumento da produção diária de petróleo, no fluxo e caixa e nos lucros recordes da empresa. No entanto, esse ano também foi marcado por mudanças significativas de regulamentos contábeis, com a Adoção pela primeira vez das Normas Contábeis Internacionais. A

receita de vendas de £164.1 milhão nos doze meses 2005 (em 2004 foi de: £81.5 milhão) cresceram 101% referente ao mesmo período em 2004. Conforme informações da empresa, isto reflete um aumento de 77% na produção de barril de petróleo em equivalente por dia (boepd) de 29.864 (em 2004 foi de: boepd 16.832) e também pelos preços mais elevados do produto, no mercado internacional. O lucro operacional de £73.5 milhão foi menor em £9.5 milhão devido à adoção das IFRS, compensado pela diminuição dos *unit lifting costs*²².

O lucro antes dos impostos de £55.9 milhões (2004: perda £0.3 milhão) foi menor em £6.5 milhão, referente ao custo de *hedge*, em consequência da adoção da IAS 39, resultando em um lucro antes do imposto de £71.9 milhão. Não houve nenhum impacto no fluxo de caixa com a adoção das IFRS.

A adoção das IFRS teve um impacto significativo no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado de Exercícios, no entanto, os relatórios financeiros não trazem dados desse impacto no objeto de estudo deste trabalho, qual seja *goodwill*.

3.4.19. Wood Group Plc

O Grupo de Equipamentos de petróleo e Serviços *John Wood* opera em mais de 40 países e atende a vários grupos de clientes. Os maiores operadores internacionais de petróleo, as empresas nacionais e as independentes, as companhias de energia elétrica e de distribuição. Por região, a América do Norte representa 40% de seu mercado, seguida pela Europa com 32%, a América do Sul e a Ásia, respectivamente, com 12% e 16%. Este é um dos motivos que contribuem para que os Relatórios Financeiros sejam registradas em dólar americanos.

O grupo preparou suas Demonstrações Financeiras de acordo com as IFRS, com base nos dados de 31 de dezembro 2005, e preparou o relatório de transição de 2004 na mesma base. A data de transição para as IFRS é 1 janeiro 2004 e o grupo adotou as orientações previstas pela IFRS 1.

²² Os *unit lifting costs* são definidos como: Custos de *Royalty*, custos de produção, de horas extras (*Workover*) e de projetos, de transporte e de processos e de despesas de gerais.

De acordo com o Relatório Anual da empresa de 2005, as principais diferenças para o grupo nesse processo, foram :

- Os pagamentos com base em ações – IFRS 2 foram registrados com relação a todas as opções de ações concedidas após 7 de novembro de 2002;
- O *goodwill* não é amortizado de acordo com a IFRS, mas sujeito à revisão anual pelo teste de *impairment*. Em 2005, houve uma reversão da amortização do *Goodwill* no valor U\$16.9 milhões referentes a operações continuadas e aquisições
- O grupo tem várias transações sob a denominação de *Joint Ventures*, que sob as IFRS foram proporcionalmente consolidados e os dados pertencentes ao Wood Group foram incluídos nas demonstrações financeiras de 2005.
- Os dividendos propostos não são mais reconhecidos como dividendos e foram revertidos no montante de \$11.1m em 2005 e \$10.4m em dezembro 2004 sob IFRS.
- O reconhecimento e a mensuração dos instrumentos financeiros - IAS 39 - diferem consideravelmente do UK GAAP, embora não houvesse nenhum impacto no lucro do grupo.

A empresa informou que a preparação das demonstrações financeiras sob as IFRS requer o uso de estimativas e de suposições que afetam o valor dos ativos e passivos publicados, bem como as receitas e as despesas, durante o ano. Embora estas estimativas sejam baseadas no melhor conhecimento da gerência sobre os valores, evento ou ações, os resultados reais podem diferir das estimativas.

O grupo usa o método de compra para contabilizar as aquisições, sendo que o *Goodwill* representa o excesso do custo de uma aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. O valor do *goodwill* resultou do custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Em 2004, o saldo de *goodwill* no valor de U\$ 16.900 foi revertido em 01 de Janeiro de 2004 contra a conta de lucros acumulados.

GOODWILL - U\$ milhão	Goodwill	Software Computador	Outros	Total
Custos				
Em 01 de Janeiro 2005	297.500	16.900	13.800	328.200
Ajustes de Câmbio	(3.700)	(1.500)	(500)	(5.700)
Adições	-	6.700	2.500	9.200
Aquisições	18.700	-	900	19.600
Em 31 de Dezembro 2005	312.500	22.100	16.700	351.300
Amortização e Impairment Agregado				
Em 01 de Janeiro 2005	400	10.600	8.300	19.300
Ajustes de Câmbio	-	(1.000)	(400)	(1.400)
Custo do ano	-	3.500	1.300	4.800
Em 31 de Dezembro 2005	400	13.100	9.200	22.700
Valor Contábil em 31 Dezembro 2005	312.100	9.000	7.500	328.600
Custos				
Em 01 de Janeiro 2004	236.000	10.500	9.100	255.600
Ajustes de Câmbio	1.800	300	500	2.600
Adições	-	6.600	4.200	10.800
Aquisições	59.700	-	-	
Vendas	-	(500)	-	(500)
Em 31 de Dezembro 2004	297.500	16.900	13.800	328.200
Amortização e Impairment Agregado				
Em 01 de Janeiro 2004	-	8.400	4.300	12.700
Ajustes de Câmbio	-	500	400	900
Custos do Ano	-	2.000	3.600	5.600
<i>Impairment</i>	400	-	-	400
Vendas	-	(300)	-	(300)
Em 31 de Dezembro 2004	400	10.600	8.300	19.300
Valor Contábil em 31 Dezembro 2004	297.100	6.300	5.500	308.900

Quadro 38: *Goodwill* e outros ativos intangíveis
 Fonte: Wood Group.(2005)

A partir dos dados apresentados de cada empresa, serão discutidos, no próximo tópico, os resultados alcançados, de acordo com os objetivos propostos.

3.5. Os Resultados da pesquisa

A adoção das IFRS continua a ser um processo para o qual as companhias do setor de petróleo e gás estão se dirigindo. Das 20 companhias britânicas listadas no mercado principal da bolsa de Londres, que compõem o setor, 19 quantificaram o impacto na data prevista.

Essas 19 empresas relataram o impacto da transição para as IFRS no Relatório Anual de 2005, nas informações para os associados ou por meio de relatórios semestrais. Essas informações foram usadas para avaliar o impacto no ativo total na data da transição e os efeitos nas Demonstrações de Resultado para o fim do primeiro ano de adoção das IFRS.

Devido à natureza desse segmento, em que há uma diversidade de tamanho e de operações realizadas pelas empresas, apesar da similaridade do produto e do negócio, esta análise fornece um esclarecimento quanto ao impacto das IFRS até o momento. Mas, como toda pesquisa, há limitações inerentes. Esta não procura cobrir todas as Normas Internacionais de Contabilidade, mas focaliza, preferivelmente, as principais diferenças na adoção das IFRS e o impacto da IFRS 3 no balanço de abertura e no de transição. Considera-se, também, que as companhias adotaram essas normas sob circunstâncias próprias e as aplicaram de forma a atender a suas necessidades.

Nesta pesquisa, as principais Normas que impactaram os resultados das empresas estão apresentadas no quadro a seguir e podem ser assim resumidas: todas as 19 empresas fizeram uso da IFRS 1, 15 empresas (79% por cento) utilizaram as IFRS 2. com mais freqüência; 12 empresas utilizaram as IAS 12; 10 empresas utilizaram as IAS 21 e as IAS 39, e 09 utilizaram as IFRS 3 (47% por cento).

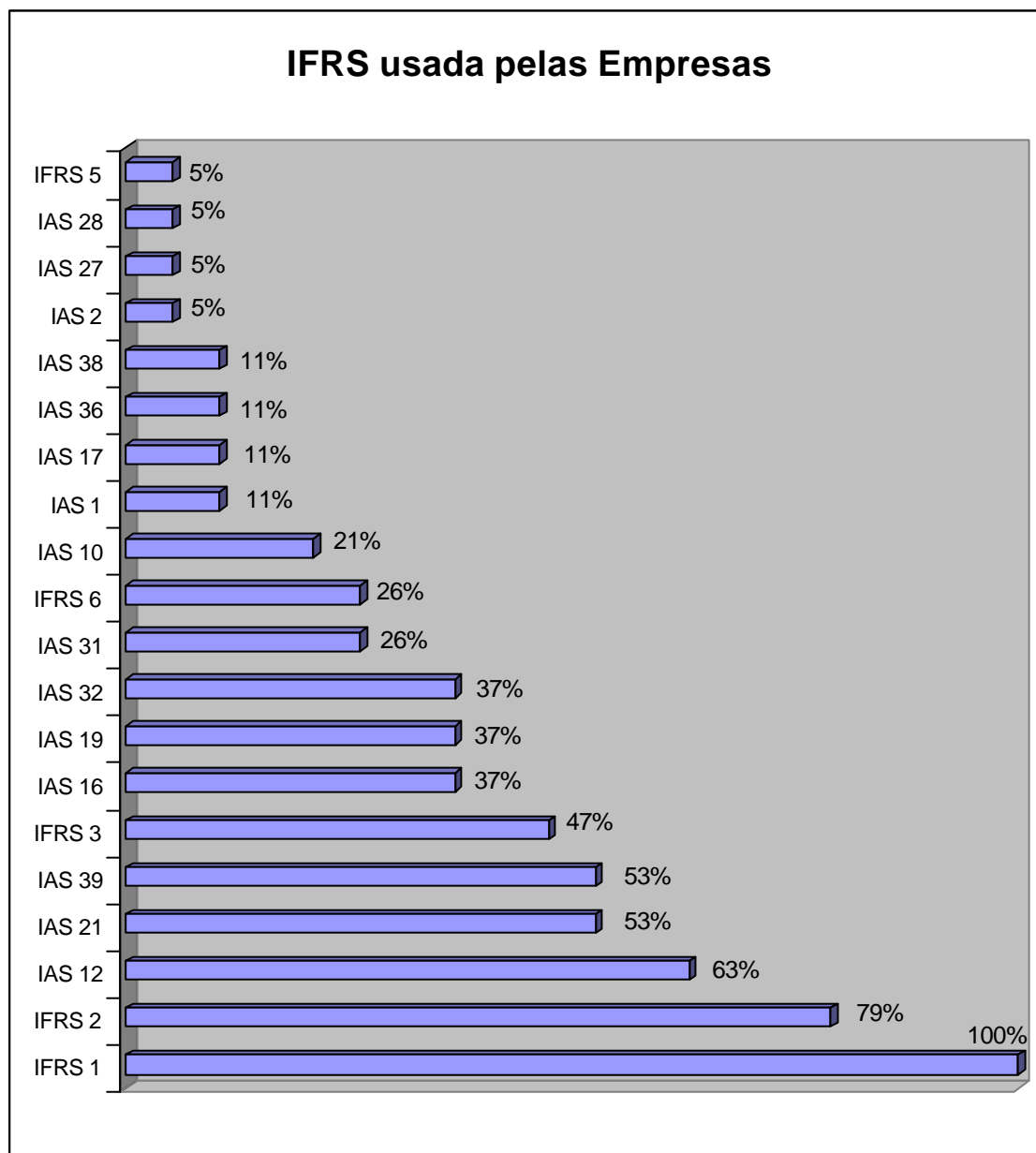


Gráfico 01: IFRS Adotadas pelas Empresas Pesquisadas

Portanto, para a descrição e a análise dos dados coletados junto às empresas pesquisadas foi adotada uma seqüência lógica de itens que, no seu desenvolvimento, permitem a consecução dos objetivos propostos neste estudo. Quais sejam: (1) data da adoção das IFRS, (2) uso da Exceção, (3) efeitos da adoção das normas internacionais no balanço patrimonial; (4) Combinações de Negócios e (5) efeitos do *goodwill*. Cada um deles será tratado a seguir.

3.5.1. Data da Adoção das IFRS

Com relação à data da adoção das IFRS, observou-se que todas as 19 empresas pesquisadas adotaram as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros nas suas demonstrações financeiras, em 2005, conforme recomendação da União Européia. Além disso, elas prepararam dados de comparação, ajustando os Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, o Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas do ano anterior.

Nos Relatórios Anuais publicados, não está descrita nenhuma dificuldade encontrada para a convergência das normas de UK GAAP para IFRS. No entanto, pesquisas realizadas, posteriormente, por empresas de auditoria, mostram que as empresas devem ainda investir em estudos e tempo para avaliar o custo benefício dessa implantação.

Com relação à definição da data de transição para as IFRS, sabe-se que ela depende do número de anos de informação comparativa que a entidade divulga junto com as demonstrações contábeis, no ano de adoção. Verifica-se que 16 empresas (84%) adotaram as Normas Internacionais de Contabilidade em 2004, duas empresas em 2005 e 01 única empresa em 2003. A empresa Petrofac, que adotou as IFRS em 2003, fez a abertura de capitais em 2005.

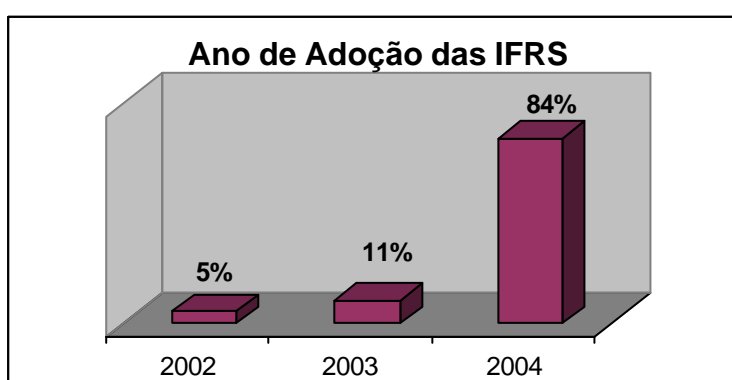


Gráfico 02: Data do Balanço de Abertura

3.5.2. Uso da Exceção

As empresas ao adotarem a IFRS 1 pela primeira vez, conforme abordado no capítulo 1, buscaram evidenciar informações de alta qualidade, transparentes e comparáveis. E além disso, este pronunciamento facilitou o processo de convergência para as IFRS. Neste trabalho, entre as 19 empresas pesquisadas, todas fizeram uso da exceção prevista pela IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros.

As empresas não precisam divulgar o balanço de abertura como parte de suas demonstrações contábeis iniciais em IFRS, apenas o de transição anual para comparação e evidenciação.

O uso da exceção provocou ajustes que foram diretamente reconhecidos em lucros acumulados ou, quando destacado, em outra conta do Patrimônio Líquido, como as reservas. As principais normas que geraram ajustes, pela adoção IFRS 1, foram:

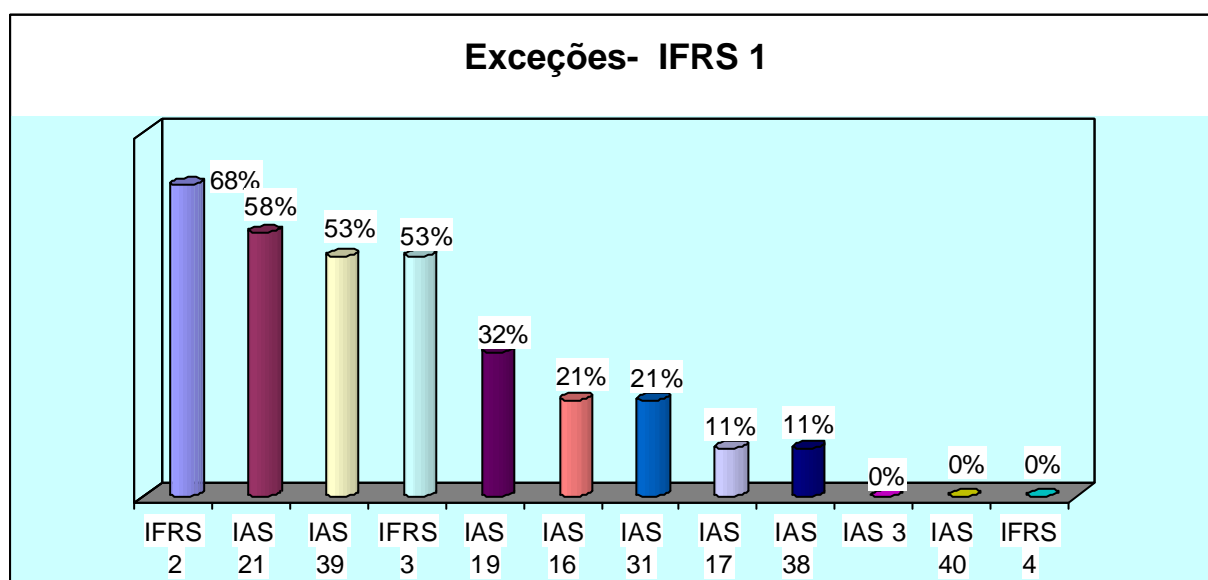


Gráfico 03: Uso da IFRS 1

3.5.3. Efeitos da adoção das normas internacionais no balanço patrimonial;

Ao adotar as IFRS em detrimento das normas locais, as empresas estão informando sua posição financeira para os diferentes usuários e propiciando tomadas de decisão em bases mais confiáveis. Essa adoção pode implicar reajustes em várias contas das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, em seus resultados.

Conforme o gráfico 04, a seguir, o ativo total, das empresas estudadas foi alterado de acordo com a adoção das Normas Internacionais. Alguns dos impactos foram positivos, aumentando o valor do patrimônio, e outros, negativos. A norma que causou impacto para o maior número das empresas pesquisadas foi a IAS 16. Ela refere-se ao tratamento do ativo imobilizado, tangível e intangível, que, no caso desta pesquisa refere-se aos intangíveis, Como, por exemplo, a contabilização dos poços de petróleo e os direitos de exploração; em seguida, a IAS 12 referente ao imposto de renda diferido, e, por fim, a IFRS 3 referente à combinação de negócios e o reconhecimento dos ativos intangíveis não identificáveis. Os ativos intangíveis identificáveis devem ser alocados em suas unidades geradoras de caixa.

A empresa que teve o maior impacto, em relação ao valor total dos ativos, foi a Dana *Petroleum*, com uma variação de 12,48%, reduzindo o valor dos Ativos da Empresa. A maior variação positiva foi da empresa *Petrofac*, em 10,26%, aumentando o valor dos ativos em U\$ 43.379. Respectivamente, considera-se como causa principal dessas variações a adoção da IAS 16 e da IFRS 3.

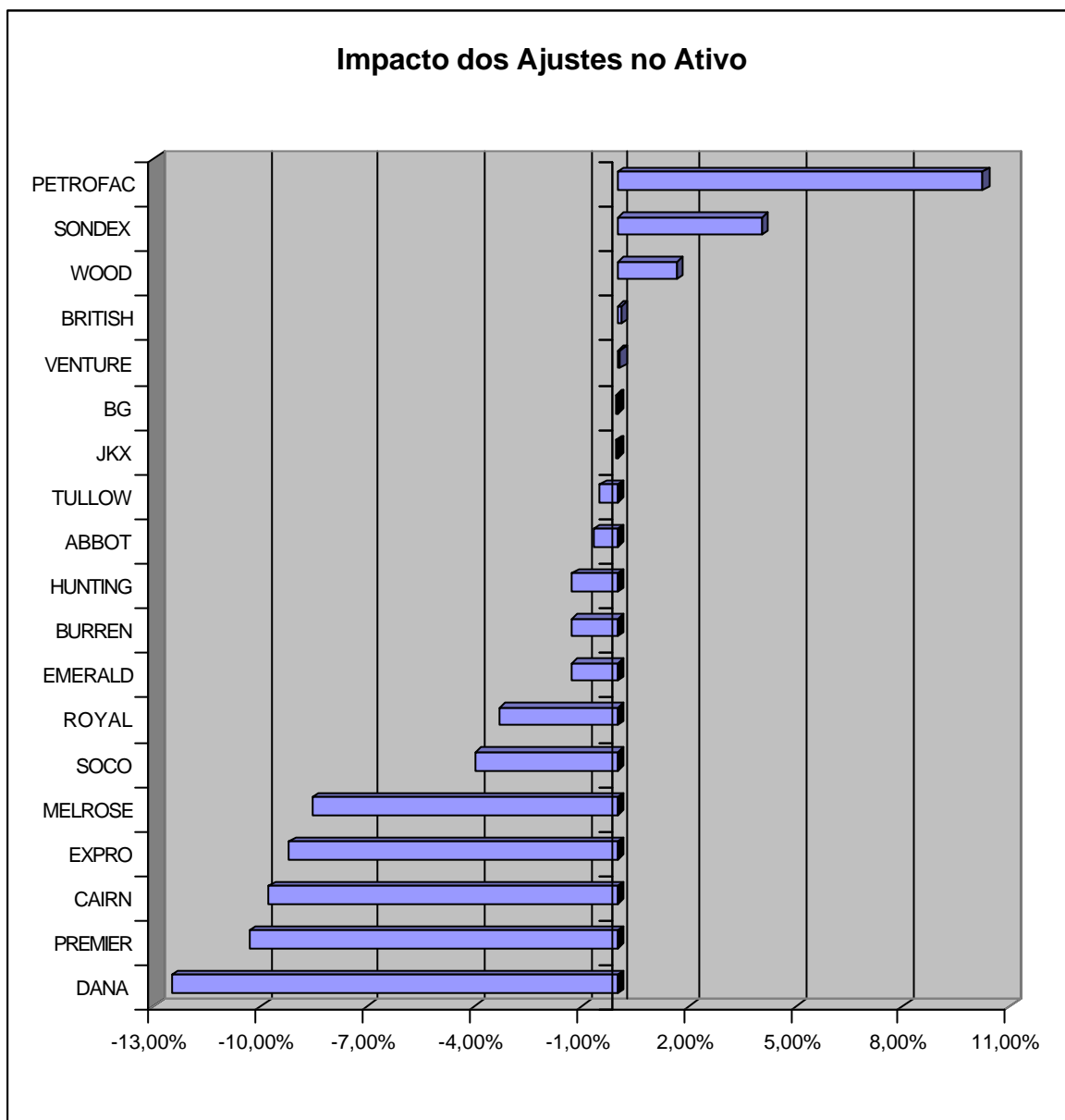


Gráfico 04: Impacto dos ajustes no Ativo

Os ajustes realizados nos demonstrativos contábeis dos grupos impactaram os resultados das companhias na transição entre o GAAP local para as IFRS, de acordo com os valores calculados na tabela 01, a seguir.

Tabela 01: Impacto dos Ajustes no Total do Ativo em relação à norma local.

Impacto dos Ajustes no Ativo Total - no balanço de Comparação - Norma Nacional				
Empresa	%	Total Ativo	Total Ajuste	
DANA	-12,48%	253.395	(31.624)	Mudança na forma de contabilizar os poços de petróleo - IAS 16.
PREMIER	-10,29%	740.400	(76.200)	Perdas de exploração em campos de petróleo.
CAIRN	-9,76%	611.572	(59.691)	Mudança na forma de contabilizar os poços de petróleo - IAS 16.
EXPRO	-9,19%	188.491	(17.325)	Maior Impacto com benefícios dos Empredados - IAS 19
MELROSE	-8,53%	254.204	(21.684)	Mudança na forma de contabilizar os poços de petróleo - IAS 16.
SOCO	-3,99%	271.874	(10.840)	Custos de Pré-licença de Exploração de poços de petróleo IFRS 6
ROYAL	-3,30%	187.446	(6.179)	Maior Impacto com benefícios dos Empredados - IAS 19
EMERALD	-1,28%	53.216	(679)	Mudança na forma de contabilizar os poços de petróleo - IAS 16.
BURREN	-1,27%	342.229	(4.350)	Instrumentos Financeiros - IAS 39
HUNTING	-1,26%	475.900	(6.000)	Imposto de Renda - IAS 12
ABBOT	-0,65%	364.258	(2.359)	Maior Impacto com benefícios dos Empredados - IAS 19
TULLOW	-0,49%	742.397	(3.617)	Mudança na forma de contabilizar os poços de petróleo - IAS 16.
JKX	-0,05%	134.236	(73)	Imposto de Renda - IAS 12
BG	-0,03%	8.592	(3)	Mudança na forma de contabilizar os poços de petróleo - IAS 16.
VENTURE	0,10%	297.477	284	Imposto de Renda - IAS 12
BRITISH	0,12%	192.583	236	Imposto de Renda - IAS 12
WOOD	1,66%	1.411.000	23.400	Goodwill - IFRS 3
SONDEX	4,05%	78.500	3.178	IAS 38 - Ativos Intangíveis e Goodwill - IFRS 3
PETROFAC	10,26%	422.797	43.379	Goodwill - IFRS 3 e Ativos Intangíveis - IAS 38

Os ajustes realizados nas empresas retratam as particularidades de cada uma ao adotar a Norma Internacional, no balanço anual de transição. Sendo que , a forma da divulgação das informações contábeis pode ter influenciado para que o impacto da adoção da IFRS 3, no Balanço Patrimonial das empresas pesquisadas, tenha sido menos percebido do que a adoção de outras normas, como as IAS 16 e as IFRS 2, como foi observado na tabela 01.

3.5.4. Combinações de Negócios e Efeitos do *Goodwill*

A norma sobre combinações de negócios, IFRS 3, foi emitida em 31 de março de 2004 e forneceu novos critérios de reconhecimento para os ativos intangíveis adquiridos, como a contabilização em separado do *goodwill*, a ser evidenciado em conta específica no balanço Patrimonial.

De acordo com a IFRS 3, um ativo intangível, por um lado, é identificável quando qualquer excesso da participação da adquirente, aparece nos valores justos dos ativos líquidos sobre o custo da Combinação e tem como ser identificado separadamente. Por outro lado, ele pode não ser identificável e será tratado como *goodwill*.

Os ativos intangíveis mais comuns, no segmento de petróleo, gás e energia, são três: (1) as áreas de exploração de petróleo que perderam a capacidade comercial de exploração; (2) o direito de exploração de um poço de petróleo expirou ou não será renovado; e (3) não há planejamento ou orçamento para futuras explorações.

Das 19 empresas pesquisadas, apenas oito apresentaram os valores das combinações de negócios realizadas, em 2004, separados dos valores dos ativos intangíveis. Nenhuma das companhias restabeleceu as aquisições antes da data da transição para as IFRS, usando, portanto, da exceção permitida pela IFRS 1. Oito empresas das 19 fizeram ajustes quanto à não amortização do *goodwill* com a adoção da IFRS 3, e alguns dos valores mensurados podem ser conferidos nos gráficos 04 e 05 a seguir.

Na data da aquisição, quando os valores são reajustados e as diferenças não são perfeitamente identificáveis em cada unidade geradora de caixa, identifica-se o *goodwill* em uma única conta. Essa medida faz com que a evidenciação dos valores sejam mais correta e confiável. Portanto, com menor possibilidade de distorções.

Para finalizar esta etapa, serão analisados e determinados os impactos da IFRS 3 no Balanço Patrimonial em relação ao valor do Ativo.

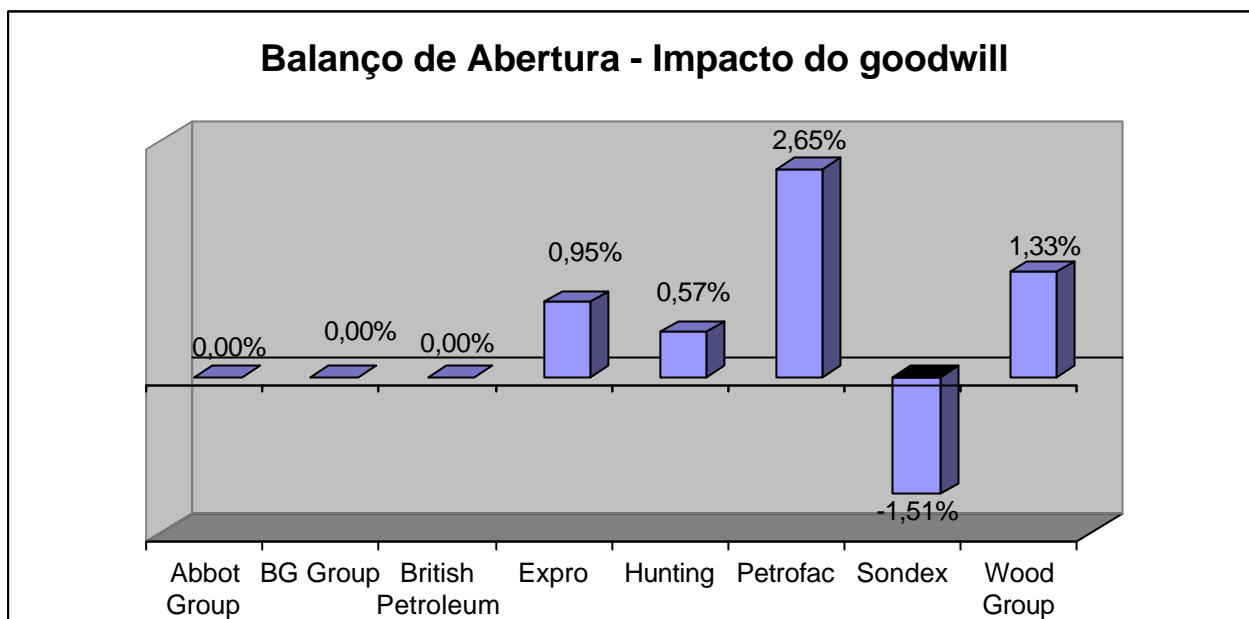


Gráfico 05: Balanço de Abertura em IFRS

O gráfico 05 apresenta as informações resultantes desta pesquisa que tornaram possível a resolução da questão-problema formulada. Sendo assim, foi observado que o Grupo Petrofac registrou o maior impacto em relação ao total do Ativo, no valor de 2,65%. Este percentual refere-se ao valor pago na aquisição de uma empresa e na reclassificação dos ativos intangíveis, no Balanço de Abertura em IFRS. No geral, os valores relativos causaram baixo impacto nos ativos das empresas.

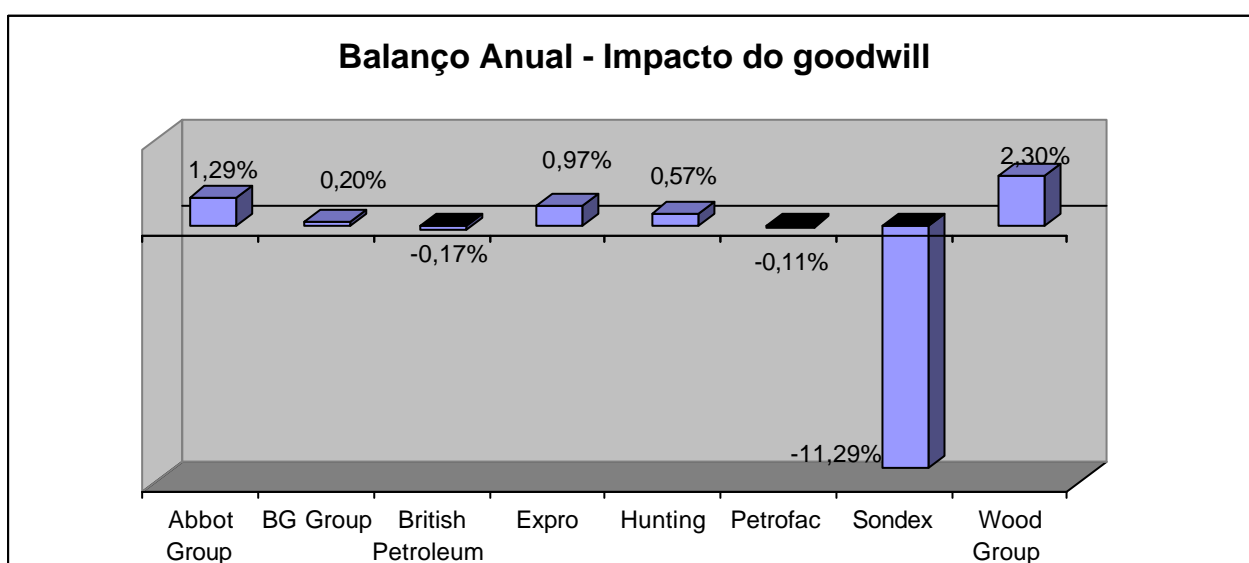


Gráfico 06: Impacto do *Goodwill* no Balanço de Anual

No Balanço Patrimonial Anual, de transição para as IFRS, os grupos *John Wood* e *Sondex* tiveram, respectivamente, o maior e o menor impacto no ativo, com as operações de reconhecimento do *goodwill*. Na primeira empresa esse impacto foi referente à reversão da amortização do *goodwill* e à reclassificação dos ativos intangíveis. Para a segunda empresa, a aquisição da empresa *Geolink* e os ajustes nas contas de impostos diferidos e no reconhecimento de determinadas diferenças de ajustes de cambio, conforme os percentuais a seguir

3.6. Resumo dos Resultados

A pesquisa realizada mostrou que as empresas britânicas, do segmento de Petróleo, Gás e Energia, do mercado principal da Bolsa de Valores de Londres, adotaram as IFRS nas Demonstrações Contábeis de 2005, conforme a recomendação da União Européia. Sendo uma delas, evidenciou os Relatórios Financeiros em 2002, duas em 2003 e dezesseis empresas somente em 2005., isto em função do número de anos de informação comparativa que as empresas divulgam.

Quanto às regras de Adoção Pela Primeira Vez das IFRS, emitidas em 19/06/03, com o nome de IFRS 1, verificou-se que todas as empresas declararam de forma explícita o uso das exceções permitidas por esta norma no momento de transição para as IFRS, para reduzir o esforço exigido para a convergência das demonstrações contábeis.

O impacto da adoção das IFRS no ativo total das empresas, no Balanço Patrimonial de transição anual, em função de todas as normas, está apresentado na tabelas 02, a seguir. A única empresa que passou de um resultado positivo (lucro) para prejuízo, foi a empresa *Melrose*. A maior parte das empresas apresentou diminuição do valor dos ativos, principalmente em função da IAS 16, que refere-se à reclassificação dos ativos quanto à contabilização da vida útil dos poços de petróleo e aos direitos de exploração.

Tabela 02: Impacto no Total do Ativo, no Balanço de Abertura em IFRS.

Nº	Nome Empresa	Valor Ativo -	Impacto	%	Impacto no	%
		Balanço Anual	Total		Goodwill	
		milhões	milhões		milhões	
1	ABBOT GROUP ^a	364.258	(2.359)	-0,65%	4.693	1,29%
2	BG GROUP ^a	8.592	(3)	-0,03%	17	0,20%
3	DANA PETROLEUM PLC ^a	253.395	(31.624)	-12,48%		
4	EXPRO GROUP ^a	188.491	(17.325)	-9,19%	1.831	0,97%
5	HUNTING ^a	475.900	(6.000)	-1,26%	2.700	0,57%
6	SONDEX ^a	78.500	3.178	4,05%	(8.861)	-11,29%
7	TULLOW OIL PLC ^a	742.397	(3.617)	-0,49%		
8	VENTURE PRODUCTION ^a	297.477	284	0,10%		
9	BRITISH PETROLEUM ^b	192.583	236	0,12%	(325)	-0,17%
10	BURREN ENERGY ^b	342.229	(4.350)	-1,27%		
11	CAIRN ENERGY ^b	611.572	(59.691)	-9,76%		
12	EMERALD ENERGY ^b	53.216	(679)	-1,28%		
13	JKX OIL & GAS ^b	134.236	(73)	-0,05%		
14	MELROSE RESOURCES ^b	254.204	(21.684)	-8,53%		
15	PETROFAC ^b	422.797	43.379	10,26%	(470)	-0,11%
16	PREMIER OIL ^b	740.400	(76.200)	-10,29%		
17	ROYAL DUTCH SHELL ^b	187.446	(6.179)	-3,30%		
18	SOCO INTERNATIONAL ^b	271.874	(10.840)	-3,99%		
19	WOOD GROUP(JOHN) ^b	1.411.000	23.400	1,66%	32.400	2,30%

Observa-se também que somente 08 empresas evidenciaram, separadamente, os efeitos no *goodwill*, no balanço anual, durante o processo de transição para as IFRS, com a adoção da IFRS 3. Acredita-se que isto ocorreu em função da forma de divulgação das informações contábeis, no Balanço Patrimonial das empresas pesquisadas. Ressalta-se que a contabilização das operações de *business combination* envolve três importantes passos: identificar a adquirente, mensurar o custo da combinação de negócios e, alocar, na data de aquisição, o custo da operação para os ativos, passivos e passivos contingentes adquirido. Sendo que o valor do *goodwill*, surge pela diferença entre o custo da Combinação de negócios e a participação da adquirente no valor justo dos ativos passivos e passivos contingentes identificados da adquirida, reconhecidos na combinação de negócios.

O impacto dessas normas, também foi observado no trabalho de Haverty (2006) - goodwill, imposto de renda, efeito de mudanças em taxas cambiais, benefícios de empregados e reavaliação do imobilizado - . Isto permite concluir que elas podem ser os principais itens de comparabilidade entre dois conjuntos de normas que estão em processo de convergência ou que precisem ser comparados.

Sendo assim, passa-se para a conclusão desta pesquisa no capítulo seguinte.

4. Considerações Finais

Esta pesquisa teve como finalidade investigar os impactos no valor do ativo com a adoção da IFRS 3 - *business combination* -, no Balanço Patrimonial de Abertura e Anual, para uma amostra de 19 empresas, do segmento de Petróleo, Gás e Energia, listadas na Bolsa de Valores de Londres (FTSE), que fizeram a convergência de suas demonstrações contábeis em 2005. Para tanto, foram identificados os valores registrados de goodwill para oito organizações e, a partir da sua identificação, procedeu-se ao estabelecimento da relação com os possíveis impactos no Ativo das empresas. Sob esse enfoque, obtiveram-se resultados diferentes para todas as empresas, sendo detectada a possibilidade de ganhos e de perdas conforme descritos nos gráficos 05 e 06.

De acordo com os resultados obtidos, e dentro de uma perspectiva descritiva, pode-se concluir que:

- Para evitar as distorções nos resultados, quando as empresas mudaram o local de divulgação de suas demonstrações contábeis, a União Européia aprovou, em 2002, que as empresas com ações negociadas nas bolsas de valores, deveriam adotar as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) para os resultados consolidados dos grupos com efeito em 01 de Janeiro de 2005, emitidas pela Junta de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). Constatou-se nas empresas pesquisadas que todas seguiram esta recomendação.

- As exigências para a Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatórios financeiros - IFRS 1 – prevêm o uso de algumas exceções no balanço de abertura das demonstrações em IFRS na aplicação retrospectiva a todas as demonstrações apresentadas, e constatou-se que todas as empresas pesquisadas fizeram uso da maioria das exceções permitidas.

- A adoção das IFRS pelas empresas, nos balanços de abertura e anual, causou impacto, às vezes, positivos, outros negativos, nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo. No entanto, percebeu-se que os valores foram baixos em relação ao ativo total das empresas. Notou-se ainda que, entre as IFRS com maior incidência nos valor divulgado - as IAS 16, IAS 2, IAS 19, IAS 21 e IFRS 3 -, são coerentes com as classificadas na pesquisa de *Haverty* (2006).

- Com relação ao *goodwill*, o impacto foi considerado pequeno para a maioria das empresas, com exceção do grupo Sondex, que foi 11 por cento negativo. No balanço de abertura, o impacto foi menor do que o observado no balanço anual, em relação aos percentuais de comparação com o ativo total. Verificou-se, ainda, que o impacto das IFRS 3, no Balanço Patrimonial, foi menor do que a adoção de outras normas, como das IAS 16 e das IFRS 2. Entende-se que esse fato é um reflexo do uso do teste de *impairment* para identificar o valor justo dos ativos e passivos, no momento da adoção da Norma Internacional. Também, pode-se explicar pelas características do segmento escolhido e o uso das exceções e orientações da IFRS 1.

- Uma vez que esta pesquisa resulta de um estudo específico de um único segmento, no qual, apenas 19 realidades semelhantes foram observadas, embora sejam importantes companhias da FTSE, os resultados não podem ser generalizados. Além do que, o estudo analisou o impacto somente nos ativos da empresa. Todavia espera-se que os dados obtidos sirvam como alerta no que concerne à importância do processo de convergência das normas contábeis nacionais para as internacionais e as implicações nos valores patrimoniais.

As empresas informaram que a preparação das demonstrações financeiras sob as IFRS requer o uso de estimativas e de suposições que afetam o valor dos ativos e passivos publicados, bem como as receitas e as despesas durante o ano. Embora tais estimativas sejam baseadas no melhor conhecimento da gerência sobre os valores, evento ou ações, os resultados reais podem diferir das estimativas

Tendo em vista os subsídios oriundos desta pesquisa, sugere-se o desenvolvimento de trabalhos futuros dentro de uma perspectiva mais aprofundada, visando contribuir com maiores informações acerca dos impactos das IFRS nos Relatórios financeiros e, também, dos benefícios que eles trarão para os diferentes usuários.

Também, com a opção de adotar as IFRS para todas as companhias britânicas, não só as listadas na Bolsa de Valores, a convergência entre as IFRS e os UK GAAP está se transformando em um projeto com implicações maiores para os legisladores, as empresas de auditorias e os analistas de mercado, com reflexos em todas as áreas de negócio.

A diversidade dos padrões contábeis ainda é uma barreira considerável ao fluxo de capital internacional, mas, com o processo de convergência das normas de

cada país para a norma internacional, espera-se que a comparabilidade dos dados financeiros das empresas, pelos seus diferentes usuários, e, ainda, o crescimento do financiamento internacional e as melhorias na tecnologia de comunicação, ampliem o número de países que adotam esta Norma, como já fizeram a Austrália, o Canadá, a Grécia, a Índia, a África do Sul e outros .

5. BIBLIOGRAFIA

ABBOT GROUP PLC. **Annual Report & Accounts 2005**. Disponível em: <<http://www.abbotgroup.com/investorsrelations>> Acesso em:28/11/2006.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo** – Fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1997.

ANJOS, Maria Anita dos. Retrospectiva da Economia Brasileira nos Últimos 45 Anos. **Revista FAE Business**, n.4, dez. 2002.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. São Paulo: Atlas, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Início – economia e finanças – Séries Temporais – Tabelas especiais – Investimento Estrangeiro Direto**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/rex/IED/Port/Ingressos/planilhas/DivulgacaoPaíses95-05.xls>. Acesso em:22/08/2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, D.T.D; SOUZA, H.H.R.F.D.; STEUER, R. Gestão nos processos de fusões e aquisições. *In*: Barros, D.T.D. (Ed.). **Fusões e Aquisições no Brasil: Entendendo as razões dos sucessos e fracassos**. São Paulo: Atlas, 2003. p. 17-49.

BG GROUP. **Annual Report & Accounts 2005**. Disponível em: <<http://www.bgggroup.com/investors>>. Acesso em:28/11/2006, às 10:40

BLACK, Fischer; SCHOLES, Myron. The Pricing of options and Corporate Liabilities. **Journal of Political Economy**. 1973: 637-654.

BORELY, Arnaldo; SILVA, José Antônio; ALMEIDA, Walber; CARDOZO, Júlio Sergio. BUSINESS COMBINATION: Análise Comparativa das Normas Europeias, Norte-Americana e Brasileiras. **Revista Pensar Contábil**. Rio de Janeiro, v.7, n.30, p.35-41. 2006

BRASIL. Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

BRITISH PETROLEUM ENERGY PLC. **Annual Report & Accounts 2005**. Disponível em: <www.bp.com/investors>. Acesso em:28/11/2006, às 10:34.

BURREN ENERGY PLC. **Annual Report & Accounts 2005**. Disponível em: <www.burren.co.uk/investors> Acesso em:04/10/2006, às 16:28.

CAIRN ENERGY PLC. **Annual Report & Accounts 2005**. Disponível em: <www.cairn-energy.plc.uk/investors>. Acesso em:12/11/2006, às 08:53.

CANO, Marcelo. **O efeito da onda de fusões e aquisições na economia brasileira**. 2002. Tese de Mestrado – Faculdade Estadual de Campinas, UNICAMP, São Paulo.

CASTRO NETO, José Luís de. **Contribuição ao estudo da prática harmonizada da contabilidade na União Européia**. 1998. Tese de Doutorado – Faculdade de Economia, Administração e contabilidade, FEA/USP, São Paulo.

CARVALHO, Nelson L.; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes da. **Contabilidade Internacional: aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2006.

CARVALHO, Nelson L. **Normas de Contabilidade Internacional, Desenvolvimento Econômico, Geração de Emprego e Renda: Temas Conjugados**. Artigo publicado na 13ª edição do Guia Demonstrações Financeiras e Sinopse Legislativa 2003/ 2004, editado pela *Price waterhouse Coopers*, São Paulo.

CASALI, Adriana Machado. **Comunicação Organizacional em fusões e aquisições internacionais**. Tese de Doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

CERS - Committee of European Securities Regulators. **Recommendation for additional guidance regarding the implementation of International Financial Reporting Standards (IFRS) 30/12/03**. < disponível em: www.cesr-eu.org. Acesso em 10 jun 2006.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Estatuto os Conselhos de Contabilidade. Brasília, 1998.

Committee of European Securities Regulators (2003b, December). *Recommendation for additional guidance regarding the transition to IFRS*. European regulation on the application of IFRS in 2005. CESR/03-323e. Paris, France: CESR. Disponível em: <http://www.cesr.eu/index.php?docid=213>. Acesso em: 15/10/06.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. Instrução 247/76. **Avaliação sobre investimentos em sociedades controladas e coligadas**. Disponível em: www.cvm.gov.br. Acesso em 26 jun.2006.

_____. Dliberação nº 29. **Estrutura Conceitual Básica Da Contabilidade** . Disponível em: www.cvm.gov.br. Acesso em 30 jun.2006.

DANA PETROLEUM.PLC. **Annual Report and Accounts 2005**. Disponível em <http://www.dana-petroleum.com/investorRelations>>. Acesso em 28 nov 06.

DELOITTE. IAS Plus website, boletim de abril de 2004: Disponível em: www.iasplus.com>. Acesso em: 2 jan. 2004.

El HAJJ, Zaina Said; LISBOA, Lázaro Plácido. *Business combination e Consolidação das Demonstrações Contábeis: Uma Abordagem Comparativa entre os Pronunciamentos e Normas dos US-GAAP, IASC e Brasil*. **Revista de Contabilidade & Finanças FEA USP**. São Paulo. Ano XII, Vol. 16, Número 27, 33-58, set/dez. 2001.

EMERALD ENERGY PLC. **Annual Report & Accounts 2005**. Disponível em: www.emeraldenergy.com/investors>. Acesso em: 28/11/2006, às 13:44.

EXPRO INTERNATIONAL GROUP PLC. **Annual Report & Accounts 2005**. Disponível em: www.exprogroup.com/corpus/Investors>. Acesso em: 28/11/2006, às 13:51.

FASB – *Financial Accounting Standards Board*. **Original Pronouncements – Accounting Standards of June 1, 2002. Vol I and Vol II**. USA: Wiley, 2003.

_____. FAS 141 e 142 – **Goodwill and Other Intangible Assets**. Emitido em junho de 2001. Disponível em: <http://www.fasb.org/pdf/>> Acesso em 17 mai 06

_____. **Statement of financial accounting concepts No.1, 1978.** Disponível em: <<http://www.fasb.org/pdf/con1.pdf>>. Acesso em: 17 mai 06

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações:** aplicável também as demais sociedades. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FREITAS Newton. **Relação jurídica & relação contábil.** In Gazeta Mercantil, São Paulo, 17 ago. 2006, p. A1.

FSA - *Financial Services Authority* **FSA publishes updated measure of UK market cleanliness.** Disponível em <www.fsa.gov.uk>. Acesso em 10 ago 2006.

GAZETA MERCANTIL, **Globalização Exige Novo Perfil do Contador.** Rio de Janeiro. Artigo publicado em 26 de fevereiro de 1999.

GAZETA MERCANTIL. **Lucro no Brasil vira prejuízo nos Estados Unidos.** Jornal de 10 de julho de 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1992.

HAVERTY, John L. *Are IFRS and U.S. GAAP converging? Some evidence from People's Republic of China companies listed on the New York Stock Exchange.* **Journal of Internaional Accounting, Auditing and Taxation .2006**

HAUSSMANN Darclê Costa Silva; CASTRO NETO José Luis de. **Análise comparativa da performance econômico-financeira de empresas do ponto de vista da reestruturação societária.** I Seminário de Ciências Contábeis. Blumenau/SC, 03 a 05 de outubro de 2005. Acesso em 11/08/2006.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BRENDA, Michael F. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

HUNTING PLC. **Annual Report & Accounts 2005.** Disponível em: <www.hunting.plc.uk/Investor>. Acesso em:25/11/2006, às 10:11.

IASB – **International Accounting Standards Board.** Disponível em: <<http://www.iasb.co.uk/>>. Acesso em 22/08/06.

IASB *International Accounting Standards Board*. **IASCF Foundation Structure**. Disponível em: < <http://www.iasb.org/about/structure.asp>>. Acesso em 31 ago 06.

IASB – **International Accounting Standards Board**. *International Accounting Standards (IAS): 32, 35, 36, 38, 39, 41, IFRS 1 e 3 (2005)*.

IBRACON. **Sumário da comparação das práticas contábeis adotadas no Brasil com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS**. Brasília: CFC; São Paulo: Ibracon, 2006.

INSTITUTO AUDITORES INDEPENDENTES – IBRACON. *Normas internacionais de contabilidade*. São Paulo: Ibracon, 1998.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R., **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: Aplicável as demais sociedades. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. & MARION, J.C. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

JERMAKOWICZ, Eva K., GORNIK-TOMASZEWSKI, Sylwia. *Implementing IFRS from the perspective of EU publicly traded companies*, **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation** (2006), doi:10.1016/j.intaccudtax.2006.08.003.

JKX OIL & GAS PLC. **REPORT & ACCOUNTS 2005**. Disponível em: <www.jkx.co.uk/Investor>. Acesso em:25/11/2006, às 12:10.

JKX OIL & GAS PLC. **First Time Adoption and Restatement of 2004 results under International Financial Reporting Standards**. Disponível em: [www.jkx.co.uk/Investor news](http://www.jkx.co.uk/Investor_news). Acesso em:27/01/2007, às 10:15.

KPMG Auditores independentes. **Comparação entre Práticas Contábeis – Combinações de Negócios**. Material Técnico. Departamento de Práticas Profissionais. Disponível em: <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/dpp/combinacoes_web.pdf> Acesso em 21/08/2006.

KPMG. **Pesquisas de Fusões e aquisições 2006 – 4º Trimestre**. KPMG Corporate Finance Ltda. São Paulo, pág 12. 2006. Disponível em: <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/fusoes_aquisicoes/2006/fusoes_2006_2trim.pdf>. Acesso em 29 ago 06.

KRAMER, M. W.; DOUGHERTY, D.S.; PIERCE, T.A. Managing Uncertainty during a corporate acquisition: A longitudinal study of communication during an airline acquisition. **Human Communication Research**. V. 30, nº 1, p. 71-101, January, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LISBOA, Nahor Plácido. **Uma contribuição ao estudo da harmonização de normas contábeis**, Dissertação de Mestrado, FEA/USP, 1995.

LOPES DE SÁ, Antônio. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

LOPES, Christianne Calado V. de Melo. Combinação de Empresas pelo Método de Compra dos Ativos: Análise Comparativa entre as Normas do IASB e do Brasil. **Revista de Contabilidade & Finanças FEA USP**. São Paulo. Ano XIV, Edição Comemorativa, 79-87, out. 2003.

MARTINS, V. A. **Contribuição à avaliação do goodwill: depósitos estáveis, um ativo Intangível**. São Paulo: FEA/USP 2002.

MELROSE RESOURCES PLC. **ANNUAL REPORT and ACCOUNTS 2005**. Disponível em: <www.melroseplc.com/Investor>. Acesso em: 25/11/2006, às 19:54

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

PETROFAC. **ANNUAL REPORT and ACCOUNTS 2005**. Disponível em: <www.petrofac.com/InvestorsRelations>. Acesso em: 25/11/2006, às 19:54

PREMIER OIL. **ANNUAL REPORT 2005**. Disponível em: <www.premier-oil.com/investorsrelations>. Acesso em: 25/11/2006, às 11:51.

PricewaterhouseCoopers. *Convergence of IFRS and US GAAP: Revista PwC View. Edição de 2 2006*. Disponível em: <www.cfodirect.pwc.com>. Acesso em 22 nov 06.

Reino Unido. **Pofitability of UK Companies**. disponível em <www.statistics.gov.uk/pdfdir/prof1006.pdf>. Acesso em 04 out 06

Reino Unido. National Statistics **Mergers and acquisitions involving UK companies** disponível em <www.statistics.gov.uk/pdfdir/ma0207.pdf>. Acesso em 06 fev 07.

ROYAL DUTCH SHELL. **ANNUAL REPORT 2005**. Disponível em: <<http://www.shell.com/html/investor>>. Acesso em 06/12/06.

ROSS, S. A., WESTERFIELD, R. W., JAFFE, J. F. **Administração Financeira**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, Edigar Bernardo dos. **Business combinations – aspectos contábeis e tributários**: um estudo comparativo entre as normas e práticas aplicáveis nos Estados Unidos e no Brasil. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP, 2005.

SEC - *Securities Exchange Comission*. Disponível em <<http://www.sec.gov>>

SEVERIANO Filho, Cosmo. **Metodologia de diagnóstico em segurança do trabalho**: orientada à elaboração do trabalho monográfico: Apostila do Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho. João Pessoa: DEP/UFPB, 1998.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; **Ativos Intangíveis nas Normas Internacionais – IASB. IX CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL**. Gramado, 2003.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane A. **Contabilidade Internacional Avançada**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Catia Beatriz Amaral da Silva et al. Uma Abordagem sobre as Transformações de Sociedades e a Necessidade de Harmonização das Normas Contábeis. **Revista de Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte. Ed. Especial, p. 143, nov.2003.

SILVA, Edna Lúcia da,; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Florianópolis, 2001.

SOCO INTERNATIONAL PLC. **Annual Report and Accounts 2005**. Disponível em <www.socointernational.co.uk/financials/report&accounts>. Acesso em 28 nov 06.

SONDEX. **Annual Report and Accounts 2005**. Disponível em <<http://www.sondex.co.uk/investorsrelations>>. Acesso em 28 nov 06.

TULLOW OIL PLC. **Annual Report and Accounts 2005**. Disponível em <www.energyafrica.com/investors/reports&presentation>. Acesso em 28 nov 06, às 10:51

UKOOA. **Economic Report 2006**. Disponível em: <www.ukooa.co.uk/issues/economic/econ06/pdf/report-2006.pdf> Acesso em: 01 fev 2007.

UNCTAD. **Reports: Mergers & Acquisitions (M&A), by country and region. Cross-border M&A database**. 2006. Disponível em: <www.stats.unctad.org/FDI/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=8> .Acesso em 29 jan 07.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

VENTURE PRODUCTION PLC. **Investors Relations**, Disponível em <<http://www.vpc.co.uk/>>. Acesso em 25 jan 07.

WEFFORT, Elionor F. Jreige. **O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional:** influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado. São Paulo: Atlas, 2005.

WOOD GROUP *Annual Report and Accounts 2005*. Disponível em <<http://www.bggroup.com/report&accounts>>. Acesso em 28 nov 06.

WHARTON, **Grandes negócios: o que há por trás da febre de fusões e aquisições?** Disponível em: <http://www.universia.com.br/wharton>. Acesso em 18 fev 07.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:**Planejamento e Métodos. 2 ed. Porto Alegre:Bookman, 2001.